

MUNDO:
crescem
os ultra-ricos e
os ultra-pobres

Ler páginas 21 a 23

a *Página* da educação

Director: José Paulo Serralheiro · www.apagina.pt · redacao@apagina.pt · ano XVII | n.º 183 | NOVEMBRO | 2008 Mensal | Continente e Ilhas 2 Euros [IVA incluído]

Portugal:
país de desigualdades crescente

Trabalho não basta para fugir à pobreza

ler nas páginas 34 a 35



Máquinas da memória do Mundo

O arqueólogo Vítor Oliveira Jorge em entrevista a "a Página"
ler nas páginas 25 a 27



05

**Danos colaterais
das avaliações
às escolas**

09

**Humanitarismos
perdem a força
da neutralidade**

10

**Descontentamento
docente volta às ruas
em 8 de Novembro**

12

**Ensinar
é aprender**

13

**Professores
sem portos
para os exílios**

Tecnologias, jogos e (des)encantos

As Olimpíadas (as Para olimpíadas também) foram um show de tecnologias. Como Paulo Serralheiro havia anunciado na edição de agosto/setembro, a transmissão de todos os eventos, com câmeras que captavam diferentes ângulos, levou os Jogos de Pequim para o mundo de forma mais “viva” do que até então.

Na dúvida, havia o recurso à gravação. Quem não se lembra da prova em que a chegada do grande campeão Michael Phelps gerou dúvidas sanadas pela disponibilização extraordinária do vídeo com o momento exato da batida de mão? Também houve episódios em que o recurso à tecnologia parece não ter evitado interpretações discutíveis por juízes de artes marciais, como no judô. Afinal, para que a tecnologia possa dar conta de um “tira-teima”, é preciso que o esporte em questão seja marcado pela exatidão de tempo, distância, altura, etc..

Em Pequim, na cerimônia de abertura, tecnologias velhas e novas foram aliadas a um elenco de milhares de pessoas dirigidas por Zhang Yimou. O espetáculo, impressionante, não deixou de ter certo ar “fake”, posteriormente aprofundado pela notícia de que o *play back* permitira colocar a melhor voz em menina mais bonita do que sua dona. Mas, pensando a produção cinematográfica como recurso para enganar o olho, a conjugação funcionou lindamente. Houve ainda momentos, como o da celebração da imprensa através dos blocos ondulantes que representavam os tipos móveis na geração de caracteres, em que a perfeita sincronia produzida pelos seres humanos foi posta no centro da apresentação. Ao se mostrarem, após formar a palavra Kè (“harmonia”), aquelas pessoas arrancaram aplausos ainda mais entusiásticos. Naquele ponto, era a ausência de tecnologia que agregava valor maior ao espetáculo. Também houve muitas discussões acerca da colocação de várias tecnologias a serviço da quebra de recordes. Da arquitetura das piscinas, projetadas para minimizar a ação das ondas, aos maiôs IZR ou LZR, produzidos para aumentar a velocidade dentro delas, a influência foi tanta que o jornal *O Globo* (13/08/2008) chegou a trazer como manchete do caderno de esportes a indagação: “Doping tecnológico?”

Assim, falar de tecnologias e jogos é lidar com dois processos de (des)encantamento: o que é introduzido para interferir no resultado e o que é assumido para aferi-lo com precisão. O primeiro tem sido objeto de discussões mais acaloradas no que diz respeito à sua legitimidade. O segundo tem sido cada vez mais difundido como recurso para garantir resultados justos.



No tênis, por exemplo, há o *hawk-eye* (“olho de águia”), que corresponde ao processamento computadorizado, em tempo real, de imagens captadas por câmeras de alta precisão, de modo a definir com exatidão milimétrica posição e trajetória da bola. O tenista pode apelar para este “desafio” três vezes ou mais por set, a depender de ter ou não razão nas reclamações feitas. De qualquer modo, o recurso não impede olhares desconfiados de alguns tenistas, quando se sentem prejudicados pelas medições milimétricas.

No futebol, a discussão do uso desta tecnologia tem girado em torno das decisões referentes à linha de gol: a bola a teria ultrapassado completamente? Outras dúvidas devem permanecer fora da esfera tecnológica: o atacante estava ou não impedido? Foi mesmo pênalti? A expulsão foi justa ou a falta não era para tanto?

De qualquer modo, enquanto a FIFA discute os limites da utilização de tecnologias na arbitragem futebolística, é importante pensar nas suas relações com justiça e paixão. Para que nenhum time seja “roubado”, quantas interrupções e retomadas marcariam o fluxo do tempo nos estádios? E, na saída, o ritual, que costuma incluir discussões entre um chope e outro, estaria circunscrito às questões técnicas e táticas e àquele espaço de interpretação dos “dados” gerados. Futebol com resultado (razoavelmente) justo, sem direito a muita reclamação e xingamento do árbitro? Não soa assim “desapaixonante”, como uma espécie de tecnologia para o desencanto?

Raquel Goulart Barreto

Laboratório Educação e Imagem, ProPEd-UERJ
Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasil

■ Folhas soltas de um caderno de viagem

júlio Roldão (roldeck@gmail.com)

eu não sou eu sou o outro

apontamentos para uma viagem à memória dos afectos

tumulto no teatro

a escola da noite

coimbra

ex-TEUC

de Raul Brandão
Eu Sou Um Homem de Bem
O Doido e a Morte
O Rei Imaginário

uma sala surpreendente

Teatro da Cerca de São Bernardo

Kusturica no TAGV

encenação Silvia Brito

Sofia, Ruizinho, António Augusto

Pátio da Inquisição

a inesperada e desconhecida actualidade de Brandão

continua no próximo nº!

E, para que se entenda mais adequadamente a minha reflexão, cito o que dizem alguns docentes

O Governo do Partido Socialista teria decidido atacar os direitos profissionais e sociais dos trabalhadores e apoiar descaradamente os interesses mais cegos do capital, se o clima internacional, e o nacional, não estivessem contaminados pelo espírito do neoliberalismo e pela bebedeira da especulação e do lucro a qualquer preço? Estou convencido que não. Ora isso quer dizer que a política de Sócrates & companhia não assenta em convicções estruturadas, mas é apenas um mimetismo do poder dominante. Coisa fraca que muda ao sabor da direcção dos ventos que sopram.

Sócrates não foi o inventor deste comportamento do bom discípulo que gosta de engraxar os mestres. Ele deu continuidade à postura já antes assumida por Durão Barroso & companhia. Ambos perceberam várias coisas, interrompidos brevemente pelo meio por Santana que não percebeu nada. Durão e Sócrates perceberam que dificilmente se é herói, ou ditador, em tempos de normalidade. Os heróis são um produto dos tempos dramáticos. E eles criaram um clima dramático. Um clima que lhes permitiu assumir-se como heróis e salvadores da pátria desgraçada. Clima pesado, a promover o vazio na cabeça da maioria do povo levando-o a aceitar ser saqueado e a permitir que os governos prestem vassalagem aos poderosos.

Este clima dramático, em que estes actores escolheram actuar, começou com o discurso da tanga de Durão e teve continuidade no discurso de Sócrates sobre a crise e a luta contra o *deficit*. Para mal dos nossos pecados tem agora continuação e sustentação mais real na crise internacional.

Este é, portanto, um tempo propício ao nascimento de heróis e ditadores na esfera do poder. Um tempo capaz de proporcionar o clima que permite criar na cabeça da maioria do povo o espaço vazio necessário à aceitação, como mal menor, de todas as desgraças e todas as pauladas que os senhores resolvam fazer chover sobre ele.

Hoje, numa rádio, dei por mim a escutar um exemplo significativo desta exploração do discurso da crise. Um indivíduo, apresentado como representante das pequenas e médias empresas, afirmava exaltado que «vão fechar milhares de empresas, vão para o desemprego milhares de trabalhadores se o governo não desistir de fazer política eleitoral e não recuar na ideia de aumentar o salário mínimo nacional». Fiz contas e conclui que tal aumento é de 24 euros mensais. Isto é, o que para mim é um insulto (24 miseráveis euros mensais) para o figurão é uma catástrofe.

Nós sabemos que enquanto os heróis de fresco apelavam para a necessidade do povinho se resignar à tanga, outros figurões, como os fundamentalistas do mercado e os administradores e gestores de entidades baseadas no jogo das acções, nos produtos fi-

nanceiros, uns estruturados outros imaginados, nos fundos de pensões, nos fundos imobiliários, nos fundos de fundos e noutras formas de criar riqueza virtual e pobreza real, enchiam a barriga e o mealheiro até rebentarem ou até o diabo escandalizado gritar, bonda! Convém recordar que o apelo ao povo para que se sacrifique, aumente o tempo de trabalho e reduza os seus já parcos rendimentos, tem como pano de fundo um mundo onde 1,2 biliões de pessoas sobrevivem com menos de um dólar por dia e 2,8 biliões sobrevivem aquém dos 2 dólares diários. E para não ficarmos mais indignados não escrevo o número dos milhões que morrem de fome ou de doenças facilmente curáveis. É também a estes que despudoradamente os pregadores da tormenta da crise apelam para que se contenham nos seus gastos sumptuários e se envergonhem dos seus «privilégios»!

A esta conjuntura, sem princípios e sem ética, não fugiu nem podia fugir a escola. Foi este o clima que permitiu à ministra da educação & companhia fazer a vida negra a funcionários e professores. A chamada bolha da especulação financeira rebentou e está a espalhar pelo mundo a peste acumulada. Será que a bolha da política educativa tóxica, produzida por Maria de Lurdes, também vai rebentar? Rebentará de madura, por si, ou será preciso picá-la? Que é preciso que rebente, é. Enquanto não rebentar não é possível limpar e iniciar o tratamento dos males educativos que entretanto cresceram.

A provar a necessidade de rebentar a bolha está o clima doentio que se vive nas escolas. Para que se entenda mais adequadamente a minha reflexão, cito o que dizem alguns docentes: uma professora diz-me que «o pior agora na minha escola é a prepotência do presidente do conselho executivo. Desde que se lhe meteu na cabeça que vai ser director está impossível. Agora as boas relações cultiva-as com o presidente da junta e com os da câmara. Com os funcionários e professores está sempre com duas pedras na mão (...) Vê lá que até mandou vir um pontómetro! E dizem que funcionários e professores têm todos de passar a picar o ponto. Isto é legal?», interroga-me. E acrescenta: «diz-se que ele terá dito que o tempo de permanência na escola vai servir para pontuar na avaliação!» E conclui: «a pontuar assim até parece que vai haver um campeonato da permanência na escola.» Outro professor diz que o pior é a relação com os alunos. «Eles não querem aprender seja o que for. Têm lá o seu mundinho e chateiam-se com tudo o que os tire de lá (...) já não tenho gozo nenhum em ensinar. A verdade é que eu já não ensino nada, gasto o tempo a querer ensinar». E acrescenta: «É uma frustração. Com este ambiente só apetece ir embora, estou farto».

Já outra professora diz-me que «o pior, mesmo o pior,

são os pais. Não se pode ter uma atitude de autoridade — não é autoritarismo — porque os meninos zangam-se e vão fazer queixinha para casa. Depois os pais vêm à escola e temos o caldo entornado (...) alguns já não se ficam pelos berros e pelos insultos, este ano já são duas as colegas que levaram uns bons safanões (...) e não são só os pais dos meninos dos dois bairros sociais que ficam aqui perto. Há outros paizinhos e mãezinhas que ficam muito enfadados se dermos um simples ralhete ao menino ou à menina». Mas a maioria parece centrar as queixas no clima criado pela burocracia avaliativa e a irracionalidade e violência dos horários. Confessa-me um professor: «Estou no 9º escalão e já não tenho nem tempo, nem pachorra, nem vontade para me adaptar a estas novas modas (...) eu gostava era de trabalhar com os alunos e agora é preciso esquecer os alunos e pensar nos colegas e na papelada. Não tenho jeito para pida e lá me vou arrastando até me poder ir embora (...) já não me importo de sair para a reforma com penalização. Já me penalizaram que chegue».

Os exemplos deste clima escolar negro são abundantes e esclarecedores. Se a bolha não rebenta mais depressa é porque o mercado de trabalho está também ele falido.

O poder dos trabalhadores aumenta na razão directa do aumento da oferta de trabalho compatível com as suas qualificações no mercado de trabalho. Se o nosso mercado de trabalho oferecesse emprego compatível, noutras áreas de actividade, acontecia em Portugal o que acontece noutros países: os professores abandonavam a profissão em passo de corrida e não pensavam na aposentação. O que os segura na escola já não é a vontade de lá estar. O que os segura é a ausência de outras ofertas de trabalho. Ora, quem quer uma boa escola sabe que não há pior situação do que esta. A boa escola exige que quem lá está — sejam alunos, professores ou funcionários — sinta o prazer de lá estar. Não é o caso da nossa escola hoje. E isso sim, é uma tragédia. E os que resistem a esta política educativa tóxica são uns heróis.

José Paulo Serralheiro

1 O rascunho deste editorial foi escrito aproveitando as cinco horas e vinte minutos em que estive à espera de uma consulta na urgência do Hospital de Santo António. Não são só as escolas a precisar de mais respeito por todos os que as frequentam. Os gestores dos hospitais também precisam de aprender a respeitar os doentes.

2 Bonda. É a palavra que eu penso que o diabo usa quando se sente envergonhado por ver tanta patifaria e perdendo a paciência grita: Basta! Chega de tanta sacanice! Bonda!



Londres 2012

Os Jogos Olímpicos são o maior espectáculo à escala do Planeta, por isso, todos os países do mundo, sem excepção, sonham com medalhas. Em consequência, as previsões são o mais natural. Desde que o homem se conhece a si próprio, a fim de tentar controlar o futuro, faz previsões e, depois, deseja que elas venham acontecer. O problema é que transformar o entusiasmo dos desejos na realidade das previsões, sem os pés bem assentes na terra, é uma espécie de jogo da roleta russa. Mais levado pelo entusiasmo do desejo do que pela realidade das previsões, em Novembro de 2004, o Presidente do Comité Olímpico de Portugal (COP) afirmou à "Revista Olimpo" nº 113: "considerar-me-ia muito defraudado se em Pequim não duplicássemos as medalhas e não aumentássemos o número de diplomas em 50 por cento." Ora, isto significava 6 medalhas e 15 diplomas. Depois, em 2005, mais comedido, assinou um protocolo com o Instituto do Desporto de Portugal (IDP), aonde se comprometeu a ganhar: (a) cinco classificações de pódio (medalhas); (b) doze classificações correspondentes a diplomas (até 8.º lugar); (c) dezoito modalidades desportivas presentes nos Jogos Olímpicos de Pequim 2008. Para o efeito, o COP recebeu do erário público a módica quantia de 14 milhões de

euros. Entretanto, em vésperas de partir para Pequim, numa euforia de desejos incontidos, ainda ouvimos o Presidente do COP anunciar uma expectativa de "onze medalhas menos uma", por afastamento do ciclista Sérgio Paulino, envolvido numa enorme confusão relativa a controlos antidoping de que o país ainda aguarda explicações. Perante a possibilidade de 11 medalhas os portugueses deliraram e os políticos ainda mais. Não há nada melhor do que um bom par de medalhas olímpicas para, momentaneamente, tirar qualquer país da mais complicada depressão. Em conformidade, o ministro da tutela de seu nome Pedro Silva Pereira apressou-se a anunciar que a injeção de 14 milhões de euros aplicada a Pequim (2008), ia ser repetida e reforçada no programa Londres (2012). E, de injeção em injeção, o ministro disse: "Penso que o trabalho de casa foi bem feito ao longo dos últimos quatro anos, e não estão previstas alterações para o próximo ciclo olímpico..." O problema é que apesar de todos os optimismos, os responsáveis pelo desporto nacional esqueceram-se que o desporto, antes de ser rendimento, medida, recordes, espectáculo, profissionalismo e resultados, é uma actividade sujeita às mais diversas contingências próprias de qualquer activida-

de humana. Em consequência, de contingência em contingência, no pânico da ausência de medalhas, caiu uma enorme borrasca sobre a caravela portuguesa. E no meio da tempestade dos resultados defraudados, o comandante do COP, possivelmente ao aperceber-se que não há especialistas na roleta russa, perante uma tripulação atónita e um país boquiaberto, anunciou que ia abandonar o barco. Depois, com o barco sem comandante e à deriva, Laurentino Dias o Secretário de Estado do Desporto, tomou conta do leme da nau olímpica, apressando-se a anunciar que ia mudar a rota programada para Londres (2012): "nós só devemos contratar e subscrever aquilo pelo qual somos responsáveis". "Não faria um contrato com essas condições". O tal das cinco medalhas, garantidas. Em conclusão, o COP não cumpriu um único objectivo a que se propôs ao assinar o protocolo com o IDP. Não ganhou cinco medalhas; não obteve doze diplomas; não se fez representar com 18 modalidades. Para o efeito, recebeu 14 milhões de euros, tendo o presidente do COP garantido ao país que assumiria a responsabilidade caso os objectivos não fossem atingidos. O problema é que a dita responsabilidade em Portugal geralmente morre solteira. Assim, o Presidente do COP, logo

que regressou a Lisboa, apressou-se a anunciar que estava na corrida para ganhar o quinto mandato à frente do COP. Afinal, as responsabilidades já não eram dele. Ficámos a saber que se a caravela olímpica foi a pique em Pequim, a culpa agora deve ser imputada aos jornalistas: "Enxovalharam os atletas" disse o homem do leme olímpico. (A Bola, 18-10-08). E disse-o com conhecimento de causa, até porque foi ele o primeiro a, publicamente, exigir-lhes "profissionalismo e o brio", quando a equipa nacional, maioritariamente constituída por atletas amadores, estava a dar o melhor de si! Entretanto, o grande responsável pelo naufrágio de Pequim não pára de se disponibilizar para assumir as responsabilidades que lhe competem. Desde que sejam terceiros a pagar a factura! Desta feita os jornalistas. Não compreende que não vale a pena assumir qualquer responsabilidade, sem que daí seja capaz de assumir as devidas consequências. E as consequências são as que se sabem. Até porque é urgente começar a programar Londres (2012) a partir das realidades do desporto português e não de inglorios devaneios.

Gustavo Pires

Professor na Universidade Técnica de Lisboa

DISTRAÍDO

Rússia pede investigação do secretário-geral da ONU

A Rússia pediu que o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, seja investigado por ter assinado um acordo que reconhece a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) como uma "organização de manutenção da paz", afirmou o embaixador russo na aliança, numa entrevista que deu em 18 de Outubro. "O acordo não só provocou a indignação da dele-

gação russa como também a de outros membros do Conselho de Segurança da ONU que não haviam sido informados", declarou Dimitri Rogozin ao jornal russo Izvestia, solicitando uma "investigação sobre as atitudes de Ban Ki-moon".

Este documento, revelado numa reunião da Associação Euro-Atlântica, teria sido assinado em 23 de

Setembro por Ban Ki-moon e pelo secretário geral da OTAN, e daria à Aliança o direito de realizar operações em todo o mundo.

"Ban Ki-moon reconheceu a aliança não como uma organização militar regional, mas como um substituto da ONU em todos os assuntos relacionados com a segurança internacional", acrescentou o diplomata rus-

so. "Isto é absolutamente inaceitável", acrescentou. O secretário-geral da ONU "pode ser destituído", afirmou na conferência de imprensa Rogozin. "As suas atitudes são vergonhosas", acrescentou.

JPS/ com: AFP

■ O Nobel da Paz

Nobel da Paz é concedido ao mediador finlandês Martti Ahtisaari

O ex-presidente finlandês Martti Ahtisaari recebeu em 10 de Outubro o Prémio Nobel da Paz 2008 pelas suas múltiplas mediações em vários continentes durante os últimos 30 anos e apesar de um fracasso notável no Kosovo.

Ahtisaari, de 71 anos, mediador sobretudo no acordo de paz na província indonésia de Aceh, foi premiado “pelos seus importantes esforços, em vários continentes e durante mais de três décadas, para solucionar os conflitos internacionais”... Os seus esforços contribuíram para um mundo mais pacífico e para a ‘fraternidade entre as nações’ no espírito de Alfred Nobel”, declarou em Oslo o presidente do Comité Nobel norueguês, Ole Danbolt Mjoes.

Martti Ahtisaari, entre outras missões, presidiu ao acordo de paz firmado em 2005 pelo governo indonésio e os ex-revoltosos separatistas do Movimento Aceh Livre (GAM), pondo fim a um conflito que provocou cerca de 15.000 mortos desde 1976. Em conformidade com os termos desse acordo, o GAM depôs as armas e o poder central retirou grande parte das forças armadas mobilizadas na província. Foi um final feliz que continua a ser o seu maior êxito e que contrasta com uma actualidade dominada pela violência, do Médio Oriente ao Cáucaso, passando pelo Iraque, Afeganistão, Paquistão, Sri Lanka ou Mianmar.

“Surpreende-me que os noruegueses tenham tomado uma decisão como esta. Tenho 12,5 por cento de sangue norueguês, e isso devia desqualificar-me” para o Nobel, declarou o diplomata finlandês, que tem um bisavô norueguês. “Naturalmente, a Namíbia é a obra mais importante, pois levou muito tempo”, acrescentou Ahtisaari, indicando que os seus trabalhos a favor do acordo de paz com os ex-guerrilheiros separatistas do Movimento Aceh Livre na Indonésia e para a independência do Kosovo “também eram importantes”.

Embora fosse considerado um forte candidato ao prémio da paz há vários anos, Ahtisaari recebeu essa prestigiosa recompensa apesar de um fracasso.

Durante a sua missão como enviado especial da ONU entre Novembro de 2005 e Março de 2007, o ex-presidente finlandês não conseguiu resolver o quebra-cabeças kosovar. O Kosovo, habitado por uma maioria albanesa, proclamou unilateralmente a sua independência da Sérvia no dia 17 de Fevereiro.

Cerca de 50 países, incluindo os Estados Unidos e a maior parte dos membros da União Europeia, reconheceram o novo Estado. A Sérvia e a Rússia negaram-se a fazer o mesmo. As autoridades russas aproveitaram o precedente kosovar para justificar o seu reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abkházia, apesar da oposição do Ocidente.

Ahtisaari, professor de profissão e presidente da Finlândia de 1994 a 2000, foi premiado por uma carreira diplomática muito activa. Em 1990, esforçou-se para obter a independência pacífica da Namíbia. Em 1999, exerceu o cargo de intermediário para pôr fim aos bombardeamentos da OTAN à Jugoslávia de Slobodan Milosevic. Em 2000, supervisionou também o desarmamento do Exército Republicano Irlandês (IRA) na Irlanda do Norte, e no ano passado organizou negociações entre iraquianos sunitas e chiitas para criar pontes entre ambas as comunidades.

O Prémio será entregue em Oslo no dia 10 de Dezembro.

JPS / com: AFP



A (auto)avaliação das escolas: pressões performativas e “danos colaterais”

Ao longo das duas últimas décadas, em diferentes geografias sócio-educativas, a agenda avaliativa foi catapultada para o centro das prioridades políticas, tendo-se transformado numa espécie de amuleto capaz de esconjurar a crise que (de modo recorrente) ameaça carcomer os sistemas educativos. Se, como observou Dias Sobrinho (2000: 184), “a década de noventa foi chamada a década da avaliação”, a década em curso ficará muito provavelmente conhecida como a década da obsessão avaliativa.

Expressões como “surto de *avaliacionite*” (Estêvão, 2001), “*avaliocracia*” (diversos autores), “*terrores da performatividade*” (Ball, 2002), “*esquizofrenia da performatividade*” (Simões, 2007), “*quantofrenia*” (Dias Sobrinho, 2000) constituem alguns dos artefactos linguísticos que traduzem, entre outros aspectos, as obsessões métricas que invadiram o campo educativo.

No caso de Portugal, e no concerne à avaliação das escolas, as alterações recentes nos ditames jurídico-normativos que regulam (e regulamentam) estas instituições educativas, e a vida dos seus profissionais, refundaram os processos de avaliação externa e de auto-avaliação, impondo ao último “um carácter obrigatório”, determinando ainda que deve desenvolver-se “em permanência” (Lei nº 31/2002, de 20 de Dezembro, art.º 6º). Paralelamente, tem-se vindo a “indexar” aos resultados da avaliação, sobretudo externa, a um conjunto de “prémios e castigos”, nomeadamente: i) o contingente para atribuição das menções de *Excelente* e *Muito Bom*, (Dec. Regulamentar nº 2/2008, art.º 21), ii) a dotação do quadro de professores titulares (Dec.-Lei nº 15/2007, art.º 38º), iii) e as competências a transferir para as escolas no âmbito da celebração dos “contratos de autonomia” (Dec.-Lei nº 75/2008, preâmbulo).

Apesar de as agendas avaliativas se auto-justificarem invocando a demanda da *qualidade* e da *excelência* (conceitos cuja “dispersão semântica” raramente se questiona), as actuais induções performativas que pressionam as escolas para mostrarem resultados envolvem o sério risco de as

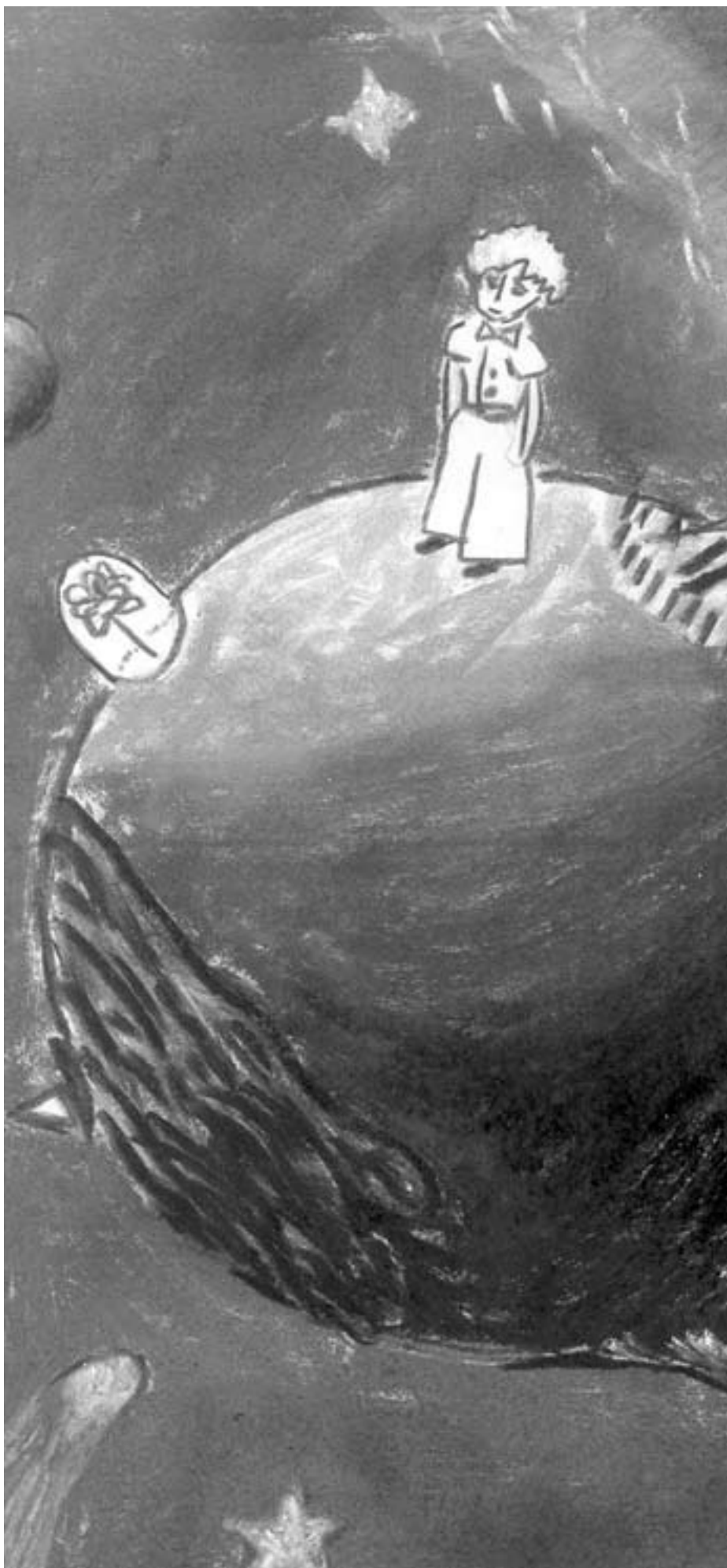
“fantasias encenadas” e a “gestão da impressão” (Ball, 2002) se substituírem ao complexo, incerto e moroso processo de construção do sucesso educativo para *todos*.

Num contexto em que o que conta são os *resultados*, e considerando que a *qualidade do produto* final depende também da possibilidade de se seleccionarem as melhores *materias-primas*, as escolas poderão sentir-se tentadas, senão mesmo obrigadas, a cuidar criteriosamente da sua *safra*. Por exemplo, há não muito tempo, chegou-nos o eco de uma “denúncia informal” relativamente a um agrupamento de escolas que, na sequência da assinatura de um “contrato de autonomia”, no âmbito do qual assumiu o compromisso em relação ao alcance de certas metas em termos de resultados escolares, estaria a pôr obstáculos à admissão de alunos com necessidades educativas especiais. A singularidade (e “originalidade”) deste caso, segundo a versão que chegou até nós, estaria no invocar do interesse das crianças excluídas para justificar a sua exclusão. De acordo com a versão que nos relataram, a “estratégia” envolvia (envolve?) o seguinte procedimento: o órgão de gestão, quando tomava conhecimento que os pais de determinada criança com necessidades educativas especiais desejavam matricular o seu educando naquela escola, chamava os pais à escola para lhes expressar a sua solidariedade na luta por uma educação de qualidade para os respectivos educandos, aproveitando a oportunidade para os informar que, lamentavelmente, naquele momento aquela escola ainda não tinha as condições ideais para dispensar a educação de qualidade que aqueles pais tinham o direito de exigir para os seus filhos, sugerindo-lhes de seguida algumas “alternativas”. Estes parecem ser os “danos colaterais” que as derivas gerencialistas e as versões mercantis da qualidade parecem dispostas a tolerar.

Virgínio Sá
Universidade do Minho

BIBLIOGRAFIA

- BALL, S. (2002). Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, Vol. 14, nº 2, p. 03-23.
- DIAS SOBRINHO, J. (2000). *Avaliação da Educação Superior*. Petrópolis: Editora Vozes.
- ESTÊVÃO, C. V. (2001). Políticas educativas, autonomia e avaliação. Reflexões em torno da dialéctica do reajustamento da justiça e da modernização. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, vol. nº 2, pp. 155-178.
- SIMÕES, G. M. J. (2007). A Auto avaliação das escolas e a regulação da acção pública em educação. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 04, pp. 39-48. (<http://sisifo.fpce.ulj>)



O Pequeno Príncipe

Mais de quatrocentos voluntários e apoios de empresas e universidades ajudam a manter um projecto que merece ser dado a conhecer. Sempre que posso, volto àquele hospital de crianças, porque sempre aprendo algo por lá.

A professora está sentada ao lado da cama. Lê um livro para uma criança recentemente operada. Enquanto os enfermeiros mudam o penso, a professora afaga os cabelos da chorosa criança.

Cadê Aline? – pergunta a Maria.

Ficou boa e foi embora! – responde, em coro, a enfermaria.

Como é possível tão pouco espaço conter tanta humanidade? Respira-se carinho. Todos se conhecem. Todos são chamados pelo nome. Quem é o médico? Quem é o voluntário? Quem é o educador?...

Chucran! – é assim que eu escuto – é o mesmo que “obrigado”, mas em libanês. No hospital, o Rafael descobre as suas raízes culturais. A mãe, de véu cobrindo os cabelos e o rosto, estuda a história da terra onde nasceram. A professora ensina português ao Rafael. A mãe do Rafael ensina libanês à professora.

Pais de crianças em internamento prolongado descobrem o valor da leitura partilhada. Ao jogar à matemática com o filho, aquele pai compreendeu por que razão aprendeu o “e vai um”, quando andou na escola. Num recanto entre duas enfermarias, outro pai ajuda o seu filho a preparar uma pintura, enquanto um voluntário muda a garrafa do soro. Durante o internamento do seu filho, uma mãe visita, pela primeira vez, um museu. E faz um passeio interno, para conhecer a lavandaria do hospital. Admira o trabalho que lá se faz.

O Cláudio atende o celular. A mãe de uma criança, numa outra enfermaria, pergunta quando chegariam lá as professoras. Conclui a ligação: *Porque demoram? Também queremos aprender!*

Jogando, de modo inteligente, as crianças vão aprendendo o que lhes foi ensinado na escola, mas não havia sido aprendido. No Pequeno Príncipe, são curadas as mazelas do corpo e as do espírito. Uma voluntária, aluna de Pedagogia, comenta: *Nós fomos ensinadas a aprender de um só jeito, como a nossa professora pensava que estava certo. Aqui, nós também trabalhamos os conteúdos. Mas não com todas as crianças ao mesmo tempo. É quando é preciso e é possível. Outra voluntária, professora, acrescenta: Eu já tinha visto este material pedagógico em escolas por onde passei. Mas nunca o tinha utilizado.*

O Luís tem 4 anos. Vive no hospital quase desde o dia em que nasceu. Sofre de doença degenerativa. Só conhece o mundo lá de fora através da janela da enfermaria e através do mundo que as professoras lhe descrevem. A sua melhor amiga contraiu pneumonia e faleceu. O Luís quebra um silêncio de vários dias: *Porque é que a Carol nunca mais vem brincar comigo?*

A voluntária encosta o rosto do Luís no seu colo. Um longo afago é a resposta. E eu evoco o último capítulo do “Pequeno Príncipe”: *Agora já me consolei um pouco. Sei que voltou ao seu planeta; pois, ao raiar do dia, não lhe encontrei o corpo. Não era um corpo tão pesado assim...*

No Pequeno Príncipe, tão perto da morte, tão perto da vida.

José Pacheco

Escola da Ponte, Vila das Aves

RENACIONALIZAÇÃO

Argentina (re)nacionaliza sistema de aposentações

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, enviou ao Parlamento um projecto de lei para eliminar o sistema de previdência privada, ameaçado de quebra. Com isso, a Argentina volta a nacionalizar todas as aposentações, actuais e futuras, numa reforma que a oposição critica acusando o Estado de confiscar fundos de 30 mil milhões de dólares [c. de 23,6 mil milhões de euros]. A Bolsa de Buenos Aires recebeu mal a notícia, com o índice líder Merval caindo mais quando já estava em baixa.

Esta nacionalização recebeu o apoio do mais importante sindicato argentino, a CGT: “Ninguém pode garantir melhor o pagamento das reformas aos trabalhadores que o Estado”, declarou o secretário-geral da CGT, Hugo Moyano.

Oito das dez sociedades que administravam estes fundos estão nas mãos de bancos privados, enquanto duas outras são dependentes de uma cooperativa e de um banco público, o «Banco Nación».

A drástica medida do Governo de Cristina Kirchner

foi adoptada como reacção à perda acumulada de 20 por cento do dinheiro administrado pelas 10 companhias do sector, no meio da queda dos bónus e acções causada pela crise financeira mundial.

A nacionalização permitirá ao Governo captar um fluxo anual de cerca de 4,6 bilhões de dólares [c. de 3,6 mil milhões de euros] das contribuições de aproximadamente 3,6 milhões, dos 9,5 milhões de trabalhadores inscritos nas Administradoras de Fundos de Aposentação e Pensão.

Os outros 5,9 milhões de contribuintes activos do sistema criado em 1994, no apogeu de um modelo económico neoliberal, não cumprem com as suas contribuições para a previdência a maioria por evasão por parte das empresas e outros, enquanto trabalhadores independentes, escapam-se também às suas obrigações.

JPS/ com: AFP

■ O Nobel da Literatura

Nobel de Literatura 2008 para Jean-Marie Gustave Le Clézio um crítico do Ocidente materialista

O escritor francês Jean-Marie Gustave Le Clézio recebeu no dia 9 de Outubro o Prémio Nobel de Literatura pela sua obra marcada pela paixão por viagens, o exílio e a nostalgia dos mundos primitivos.

A Academia sueca decidiu-se por Le Clézio por ele ser um “escritor da ruptura, da aventura poética e do êxtase sensual (...) é um explorador da humanidade além e por baixo da civilização reinante (...) O ponto central da obra do escritor cada vez mais se volta para a exploração do mundo da infância e da própria história familiar”, afirma a Academia Nobel no seu comunicado oficial.

O autor, ao saber da notícia, declarou-se muito emocionado. “É uma grande honra para mim”, afirmou, acrescentando que agradecia “com toda sinceridade” à Academia Nobel.

O nome de Le Clézio figurava entre os favoritos ao prémio havia muitos anos nos círculos literários suecos. Em Junho passado, recebeu o prémio literário sueco Stig Dagerman. Nascido em 13 de Abril de 1940 em Nice, sul da França, numa família bretã, Jean Marie Le Clézio é considerado um dos mestres da literatura de língua francesa contemporânea, com uma escrita clássica e aparentemente simples, mas extremamente refinada. Na sua obra crítica *O Ocidente materialista* e dá atenção aos mais fracos e excluídos.

Na sua estreia como autor, recebeu em 1963, com apenas 23 anos, o Prémio Renaudot pela sua obra “*Le procès-verbal*”.

Na sua obra, muito diversificada, Le Clézio fala das suas viagens e das distintas culturas pelas quais se apaixonou na América Latina, África e Oceânia. Influenciado no início da sua carreira pelo movimento do “*nouveau roman*”, Le Clézio evoluiu para uma literatura mais espiritual, na qual, geralmente, aparece o tema do paraíso perdido.

Desde jovem, o romancista viajou muito pelos Estados Unidos, Tailândia e América Latina e sempre se declarou particularmente apaixonado pelo México e pelo Panamá.

Le Clézio é o 14º francês a receber um Nobel de Literatura.

Bibliografia de Jean-Marie Gustave Le Clézio

Le procès-verbal, 1963; *La fièvre*, 1965; *Terra Amata*, 1967; *Lullaby*, 1970; *La guerre*, 1970; *Voyages de l'autre côté*, 1975; *Les prophéties du Chilam Balam*, 1976; *L'inconnu sur la terre*, 1978; *Mondo et autres histoires*, 1978; *Désert* 1980; *Relation de Michoacan*, 1984; *Le chercheur d'or*, 1985; *Voyage à Rodrigues*, 1986; *Le rêve mexicain ou la pensée interrompue*, 1988; *Printemps et autres saisons*, 1989; *Onitsha*, 1991; *Etoile errante*, 1992; *La quarantaine*, 1995; *Diego et Frida*, 1985; *Poisson d'or*, 1996; *Révolutions*, 2003; *L'Africain*, 2004; *Ourania*, 2006; *Ballaciner*, (2007); *Ritournelle de la faim*, (2008).

Os últimos 15 vencedores do Prémio Nobel de Literatura

2008: Jean-Marie Gustave Le Clézio (França) - 2007: Doris Lessing (Grã-Bretanha) - 2006: Orhan Pamuk (Turquia) - 2005: Harold Pinter (Grã-Bretanha) - 2004: Elfriede Jelinek (Áustria) - 2003: John Maxwell Coetzee (África do Sul) - 2002: Imre Kertész (Hungria) - 2001: VS Naipaul (Grã-Bretanha) - 2000: Gao Xingjian (França) - 1999: Gunter Grass (Alemanha) - 1998: José Saramago (Portugal) - 1997: Dario Fo (Itália) - 1996: Wislawa Szymborska (Polónia) - 1995: Seamus Heaney (Irlanda) - 1994: Kenzaburo Oé (Japão) - 1993: Toni Morrison (Estados Unidos).

jps

O consumismo na sociedade de consumidores

Em pequenos textos que publiquei nesta rubrica do *A Página da Educação*, voltei meu olhar para alguns ângulos da conexão entre a educação e a cultura do consumo. Escrevi um pouco sobre a mercantilização da escola, sobre a invasão da cultura do consumo na vida das crianças e sobre a transformação do “outro” em mercadoria. No texto de hoje, retomo esse tema instigado por livro recente de Zygmunt Bauman.

Nos últimos anos, as análises de Bauman têm nos ajudado a pensar sobre as mudanças nos modos de vida nas sociedades do pós-guerra, especialmente aquelas verificadas nas décadas finais do século XX e no início do XXI. Em seu escrutínio minucioso, a acuidade analítica conjugada a uma admirável sensibilidade sócio-política e cultural, vem nos oferecendo perspectivas, modos de

ver e pensar, que permitem distinguir contornos quase invisíveis e tendências incipientes de um futuro que se transforma rapidamente em um presente cada vez mais enigmático e assustador. O fecundo e pertinente recurso à metáfora dos líquidos mostrou-se útil para que compreendêssemos o caráter volátil, provisório e instável dos mais variados domínios de nossa existência contemporânea, incidindo sobre nossas concepções de liberdade, segurança e medo, como também de identidade, amor e sociedade. Isso nos ajuda a entender o tenso estado de incompletude e de constante desejar em que nos encontramos nesse tardio estágio do capitalismo em que, conforme nos alertou Fredric Jameson, tudo foi transformado em mercadoria, da natureza ao nosso inconsciente. Contudo, o que me faz recorrer a Bauman aqui, hoje, tem a ver com o fato de que em seus escritos ele tem insistentemente chamado a atenção para a crescente proeminência do fenômeno do consumo e para as transformações nas formas de consumir. Mais do que admitir que vivemos em uma sociedade de consumo, o que tem ressaltado é que o consumo tornou-se eixo das sociedades do presente, diferentemente da de nossos predecessores que se caracterizava pela produção. A sociedade que moldava seus membros como produtores foi substituída por essa que os molda como consumidores. E “o consumidor em uma sociedade de consumo é uma criatura acentuadamente diferente dos consumidores de quaisquer outras sociedades até aqui”. (1999, p.88).

Pois bem, em seu último livro publicado em língua portuguesa – *Vida para consumo* –, Bauman (2008) dedica-se centralmente a esmiuçar essa gradual transformação da sociedade moderna de produtores na atual sociedade de consumidores. O consumo deixou de ser uma prática banal do dia a dia, com raízes antigas, que atravessou os séculos, para se transformar no eixo organizador das sociedades do presente, fonte emanadora de inspiração para a modelagem de uma enorme variedade de formas de vida e de padrões de relações entre as pessoas. Na sociedade de consumidores, as pessoas são ao mesmo tempo consumidoras e mercadorias. O ponto de virada seria a “revolução consumista”, em que passou-se do consumo para o consumismo. Enquanto o consumo é uma ocupação das pessoas, “consumismo é um atributo



da sociedade” (p.41), um arranjo social que resulta da reciclagem de vontades, desejos e anseios humanos, a “principal força propulsora e operativa da sociedade”. O consumismo surge quando o consumo assume o papel central ocupado pelo trabalho na sociedade de produtores.

Bauman coloca-nos face a face com os indícios de uma verdadeira invasão e colonização da vida humana por visões de mundo e padrões de conduta inspirados e moldados pelo mercado. O consumismo é o eixo central da economia e de todo o convívio humano. Junto com outros autores que tem apontado na mesma direção e ressaltado as formas como o consumo se transformou no próprio *ethos* das sociedades do presente, Bauman sublinha nesse livro a importância de se recorrer a conceitos que permitam lidar com fenômenos e processos novos, entre outros, “comodificação dos consumidores” e “comodificação do trabalho”.

Sobre eles, e sobre a forma como implicam professores e processos educativos, pretendo escrever brevemente no artigo do próximo número.

Marisa Vorraber Costa

Professora da Universidade Luterana do Brasil e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do CNPq - Brasil.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo*. A transformação das pessoas em mercadorias. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Multiculturalidade, coerência curricular e formação de professores



O currículo “coerente” é aquele que permanece uno, que faz sentido como um todo e cujas peças, quaisquer que sejam, estão unidas e ligadas pelo sentido da totalidade

(Beane, J., 2000).

A multiculturalidade é, hoje, uma dimensão essencial da coerência do currículo. Enquanto totalidade integrada, o currículo tem, cada vez mais, o contributo de peças associadas à multiculturalidade. É condição para uma concepção una, inclusiva e pluralista do currículo. As transformações demográficas e culturais ocorridas nas duas últimas décadas, reforçaram o peso da diversidade e colocaram-na no centro do debate e das práticas educativas. Um currículo, qualquer currículo, é hoje, por inerência, multicultural seja qual for o sentido que queiramos atribuir à raiz (“cultura”) do termo. Contempla os conhecimentos, as atitudes e as competências que, numa sociedade e num certo momento, são consideradas relevantes tendo em conta as características da população escolar e as finalidades do sistema educativo. Ignorar a diversidade, enquanto variável constante na construção e realização do currículo, significa ignorar muitos daqueles saberes e atitudes bem como o princípio da igualdade de oportunidades educativas. A razão de ser e grande finalidade da teoria e da prática de organização e desenvolvimento curricular, é, e sempre foi, a concepção e realização das melhores formas de adequar o currículo à diversidade dos seus destinatários. Não será a crescente diversificação cultural da sociedade e das escolas que altera estes princípios. Antes, reforça-os no sentido da afirmação de uma concepção coerente, una e pluralista do currículo e tornando mais óbvia a necessidade de incluir a vertente multicultural na preparação e no desempenho profissional de professores. Hoje, qualquer professor é, por inerência, professor de currículos que são multiculturais. No entanto prevalecem, nos discursos e nas práticas escolares, de modo mais ou menos implícitos, dicotomias curriculares quando entram em jogo variáveis multiculturais. Dicotomias que indiciam, por um lado, a existência de um currículo oficial de um certo ciclo, ano ou disciplina e, por outro, a sua versão multicultural, mais ou menos lateral ou oculta. Ou, ainda, por um lado, a prevalência de uma concepção de currículo dirigido a grupos definidos por uma suposta uniformidade cultural e social para os quais todos os professores devem ser formados e, por outro, de um currículo multicultural a que alguns professores deverão recorrer, como souberem e pude-

rem, quando a composição das classes for marcadamente discrepante daquela uniformidade. As raízes da persistência desta dicotomia encontram-se no peso das práticas monoculturais anteriores, nas ideologias pessoais em relação às diferenças humanas, no discurso pedagógico e social em relação à multiculturalidade que, frequentemente, acentua as diferenças e na formação de professores que, frequentemente, as ignora.

A formação inicial constitui a etapa estruturante de concepções coerentes e pluralistas do currículo. A análise de alguns dados sobre a multiculturalidade em alguns cursos de formação inicial de professores, mostra que o tema é, de modos muito diferenciados, parte dessa formação mas indicia que a sua abordagem é ainda bastante avulsa, descontínua e pouco integrada, e orienta para concepções dicotômicas do currículo. Tem tido um peso significativo nas unidades curriculares da área das Ciências Sociais, em particular na Sociologia da Educação, menos em Desenvolvimento Curricular e em algumas metodologias de ensino e é frágil na Intervenção/Prática Educativa. Embora reconhecendo teoricamente a importância da multiculturalidade na gestão do currículo, os novos diplomados colocam a incidência da sua formação no elenco de competências para o trabalho com classes situadas num padrão cultural de referência. O trabalho com populações culturalmente discrepantes desse padrão, é entendido como uma adaptação das competências exigidas pelo trabalho com classes padrão ou por competências adicionais a usar e desenvolver face aos contextos multiculturais.

Carlos Cardoso

Escola Superior Educação de Lisboa/ CIED

ANDAM À SOLTA

Fugas de capital na Rússia alcançam níveis ‘de pesadelo’

O nível das fugas de capital fora da Rússia no contexto actual da crise financeira está a alcançar proporções preocupantes, declarou um alto responsável do governo, em meados de Outubro.

“Ninguém, no seu pior pesadelo, poderia prever a importância das fugas de capital”, que chegaram a 33 mil milhões de dólares (25,9 mil milhões de euros) em Agosto e Setembro. A maioria é de “capital

especulativo”, disse a mesma fonte, que pediu para não ser identificada.

As condições económicas favoráveis “trouxeram muitos capitais especulativos para a Rússia. Infelizmente, nós convertemo-nos num grande refúgio para os capitais especulativos. São pessoas que vieram apenas por um momento, conseguir lucro e vender”, declarou.

Ainda em 17 de Outubro, outra fonte do governo re-

velou que as autoridades russas aprovaram um plano maciço de apoio ao sistema bancário, que pode incluir a aquisição temporária, por parte do Estado, de várias entidades do sector.

Segundo esse responsável, o Governo de Moscovo pode ver-se forçado a fazer cortes no orçamento do ano que vem, em consequência da crise e dos seus efeitos na indústria energética e metalúrgica, a chave

das exportações russas. Os mercados não devem parar de cair até Maio, acrescentou essa segunda fonte consultada pela AFP, também sob o anonimato.

“Vai-se gastar muito dinheiro, mas o preço da estabilidade é alto. Estamos a olhar cada banco de forma individual e, se pudermos salvá-lo, vamos fazê-lo”, completou.

JPS/ com: AFP

■ Sublinhados

O espectro da recessão paira sobre este planeta

Analistas de um banco suíço - o UBS - falam em "quebra de desempenho" nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia e consideram inevitável uma recessão mundial, mais forte nos Estados Unidos mas também prolongada na Europa e na Ásia.

Naquela linguagem eufemística do meio, diz-se que a economia americana deve registar no decorrer do segundo semestre, uma quebra de desempenho "que deverá durar quatro trimestres pelo menos", e que terá réplicas na Europa.

Segundo estes bancários, os países mais afectados pela especulação imobiliária como os Estados Unidos e a Espanha serão particularmente afectados pelo abrandamento económico verificado nos mercados.

A coisa parece ser tão séria que já são poucos os que se lembram das notícias que dominavam os telejornais antes da chegada deste tema chave que é a crise do "sub prime". Para continuar a usar outra expressão eufemística.

Tudo isto a embalar as eleições presidenciais nos Estados Unidos da América, país bem no centro desta crise, e a fazer olhar os investidores para os BRIC, quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China) cujo crescimento continua elevadíssimo.

Será que os BRIC poderão salvar o Mundo de uma nova recessão? Ou será que esta recessão que se aproxima vai determinar profundas mudanças dos mercados, nomeadamente também nos mercados financeiro e imobiliário, epicentros da crise?

É que agora nem a "zanga" da chanceler alemã Angela Merkel, desagradada com o estilo afectuoso do presidente francês que sempre que se encontra com ela lhe dá dois os três beijinhos e lhe faz festinhas, consegue tirar a crise dos títulos de primeira.

Está bem de ver que a crise veio para ficar, pelo menos nas primeiras páginas dos jornais e na primeira linha dos alinhamentos dos jornais da rádio e dos telejornais. Nem Bush nem Obama, nem Palin nem Osama...

O que está a dar é este tsunami financeiro do subprime e das bolsas e do petróleo e do euro face ao dólar ... Vento mais seco que o Vento Leste não há...

Júlio Roldão
Jornalista. Porto

Educação, conflito e o fim do humanitarismo

A 13 de Agosto de 2008 a minha amiga Jackie Kirk foi assinada por militantes Taliban no Afeganistão, juntamente com outros três trabalhadores da International Rescue Committee (IRC), uma ONG sediada nos Estados Unidos que trabalha sobre as questões dos refugiados e grupos de pessoas em migração interna. Foram atacados enquanto viajavam em direcção a Kabul num carro claramente identificado como sendo da IRC. Jackie era uma especialista em género, educação e conflito e trabalhava simultaneamente como académica e como consultora da IRC. Uma semana depois, em Azizabad, uma aldeia a oeste do Afeganistão foi bombardeada por uma missão conjunta americana e afegã, matando cerca de 90 civis, incluindo 60 crianças. Os aldeãos estavam a participar num funeral quando o bombardeamento se iniciou. Os porta-vozes americanos e Taliban afirmaram em relação a ambos os incidentes que as vítimas eram combatentes. Os Taliban explicaram que Jackie e os seus colegas faziam parte das 'forças ilegais de ocupação', tendo dito os porta-vozes americanos que o bombardeamento de Azizabad foi dirigido contra os 'terroristas Taliban'. Jackie e os seus colegas e os civis inocentes e crianças mortos na semana seguinte mereciam muito melhor destino do que este. As suas mortes trágicas reflectem o problema muito mais profundo da crescente dissolução da fronteira entre civis e soldados, e entre operações militares e operações humanitárias em contextos de guerra e de conflito.

Os sinais de deterioração da possibilidade de neutralidade humanitária e do respeito pelas vidas civis tornou-se crescentemente evidente desde a invasão do Afeganistão e do Iraque. O desejo do governo dos Estados Unidos de querer ser visto como um salvador e não como um invasor, conduziu ao aumento da pressão sobre as ONG americanas no sentido destas se alinharem pelos objectivos da sua política. Em 2003, de acordo com a jornalista e escritora Naomi Klein, o então director da USAID, Andrew Natsios, declarou num encontro de ONG americanas que "estava 'irritado' em relação ao facto de as crianças famélicas e doentes do Iraque e do Afeganistão não perceberem que a sua alimentação e as suas vacinas lhes chegavam por cortesia de George W. Bush", e que de então em diante "as ONG tinham de fazer um melhor trabalho no que diz



respeito à ligação entre a assistência humanitária e a política externa norte-americana, tornando claro que elas são um braço do governo dos Estados Unidos". Caso contrário, "Natsios ameaçou que pessoalmente acabaria com os contratos e encontraria outros parceiros". Da mesma forma, em ambos os lados do conflito no Afeganistão e no Iraque tem havido um crescente alheamento em relação às vidas dos povos locais. Em ambos os conflitos, as mortes entre os civis ultrapassam já de longe as baixas militares. Este tipo de acções está a minar os objectivos das Convenções de Genebra e a ameaçar a neutralidade e a capacidade das organizações humanitárias para operar nestas zonas de guerra. A Cruz Vermelha e o Crescente Vermelho simbolizam a aspiração a este tipo de neutralidade. Contudo, muitas e muitas vezes temos visto que eles não estão ao abrigo de ataques militares ou do desrespeito do seu logótipo. No início do Verão, Ingrid Betancourt, uma política colombiana que tinha sido mantido prisioneira pela guerrilha opositora durante vários anos, foi resgatada pelas forças militares colombianas disfarçadas de membros da Cruz Vermelha, usando as suas braçadeiras. O governo começou por negar esse facto, mas os registos vídeo eram provas irrefutáveis. Seja através do financiamento, intenções ou embuste, impedem perigos e ameaças reais sobre a capacidade das organizações humanitárias para continuarem a providenciar auxílio de emergência, cuidados de saúde e educação em algumas das piores situações de crise no mundo. Jackie, como muitos outros trabalhadores humanitários, era uma pessoa muito corajosa e altruísta, assim como uma brilhante e inovadora educadora. Tinha 39 quando foi assassinada, e tinha devotado toda a sua vida adulta ao trabalho em zonas de guerra extremamente perigosas. Ela e os seus colegas foram assassinados nesse dia não só pelos Taliban, mas também pelo forças militares ocidentais de ocupação que continuam a empurrar as ONG no sentido dos seus objectivos e a usá-las como propaganda no jogo de 'ganhar os corações e as mentes'. Ao fazê-lo, exibem um desdém pelas suas vidas igual ao que mostram em relação ao número crescente de mortes das populações civis locais afegãs e iraquianas. Estas continuam a ser sacrificadas em nome de uma guerra pela 'liberdade' e pela 'libertação' que correu terrivelmente mal.

Mário Novelli
University of Amsterdam. Holanda

Lisboa, 8 de Novembro de 2008

O chão que pisamos – 8 ou mais reflexões

1 Encetou-se nas escolas portuguesas, desde o início do ministério de Maria de Lurdes Rodrigues, um processo contínuo de desilusões.

Esperando maravilhas a partir dos discursos sobre a Escola, (aparentemente correctos?), sustentados pela maioria absoluta de um governo PS que parecia ter tudo nas mãos para responder aos anseios da classe docente e das comunidades educativas, rapidamente os professores perceberam que as promessas de dignificação das condições de trabalho se revestiriam de ataques cerrados da própria tutela à dignidade e à integridade com que durante tantos anos suportaram as más condições de trabalho.

2 Os ataques à imagem dos professores, no intuito de convencer outros profissionais e a sociedade de que na docência nada se faz a não ser gastar o erário público, mais não foram do que uma estratégia de sustentação, agregada à intenção de levar um ambiente de mal-estar e de perseguições nas escolas. Um novo Estatuto da Carreira Docente, aprovado a 19 de Janeiro de 2007, retira a identidade aos docentes: divisão em duas categorias hierarquizadas, impedindo milhares de progredirem na carreira, aumento violento da carga horária lectiva e da não lectiva (incluindo nesta outros tipos de trabalho com alunos e tempos de permanência na escola desnecessários), menos tempo na componente individual para planificação, preparação e avaliação dos trabalhos. O desemprego aumentou. A avaliação de desempenho, burocratizada e longe do que é a vida da escola, pretende destacar o individual em detrimento do trabalho em equipa e da colaboração enquanto alavanca do sucesso de uma escola.

3 A consciência do prejuízo que estas medidas estavam a acarretar ao bom funcionamento das aprendizagens, causou a indignação geral, que levou à rua, a 8 de Março de 2008, cem mil professores.



A primeira grande vitória traziam-na já consigo: a unidade de 13 organizações sindicais, até então voltadas de costas umas para as outras. Uma Plataforma Sindical que pretendeu fazer frente a uma Ministra que ambicionou ignorá-los enquanto verdadeiros representantes dos professores e, por oposição, fazer dos Conselhos Executivos das Escolas seus interlocutores directos; esquecendo que estes foram eleitos pelos docentes para gerirem cada escola e que os Sindicatos são ainda os representantes nas lutas de fundo; ignorando que qualquer um via que os Conselhos Executivos só poderiam funcionar numa posição de subalternidade, de “mandatados” pela Ministra. E os Sindicatos, não.

4 Só a força desses 100 mil educadores fez com que Sua Excelência se sentasse à mesa de negociações com a Plataforma Sindical, tendo esta, após uma consulta às escolas (que votaram sim à assinatura em cerca de 80%) es-

tabelecido o “famoso” Entendimento, com o ME. Logo nessa altura surgiram com força protestos em alguns blogs e até mesmo a acusação de traição aos Sindicatos. O que não parece fazer muito sentido. Os sindicatos tinham que tomar uma posição. Dificilmente teriam docentes dispostos a fazer greves a avaliações ou por tempo indeterminado. A experiência em Portugal tem mostrado nos últimos anos o quanto é difícil a adesão unitária a formas de luta mais encrespadas. O entendimento (a força dos professores) permitiu – convém não esquecer - que o processo de avaliação docente não se iniciasse no terceiro período de 2007/08 para mais de 90% de docentes, que as desesperantes revelações de avaliação de desempenho que temos vivido desde o princípio deste ano lectivo fossem consideradas uma etapa experimental a reformular ou a exterminar no fim do ano, que quem fosse agora avaliado negativamente não tivesse por isso quaisquer consequências na sua carreira, a

constituição de uma Comissão Paritária com sindicatos, enfim, uma série de garantias imediatas que urgia alcançar.

5 Naturalmente, desde o início de Setembro, o ambiente nas escolas deteriorou-se vertiginosamente: em cada um de nós, entre pares, entre nós e avaliadores que parecem ter deixado de ser pares, entre nós e Conselhos Executivos que Maria de Lurdes Rodrigues talvez gostasse de ver como uma espécie de capangas (e alguns ultrapassam mesmo o limite dos seus desejos).

Criaram-se todas as condições para que, sentindo agora toda esta desconexão na pele, todos nós sentíssemos vontade de ir por aí abaixo “esganar” alguém que tanto sofrimento nos tem trazido e nos traz, no dia-a-dia. Quem é que não sente vontade de protestar?

(continua na página 41)

DIZ O NOBEL DA ECONOMIA

A relação entre a América Latina e os EUA mudará com Obama no poder

O novo Prémio Nobel de Economia, o norte-americano Paul Krugman, afirmou que as relações entre o seu país e a América Latina mudarão se o candidato democrata, Barack Obama, chegar à Casa Branca, segundo uma entrevista concedida em 19 de Outubro ao jornal chileno «La Tercera».

Interrogado sobre se as actuais relações mudarão com um democrata no poder, Krugman respondeu: “Sim. Bush opôs-se a alguns governos. Governos

não necessariamente desejáveis, mas que haviam sido eleitos e com os quais precisava de se entender”. O economista também salientou que a estratégia adoptada pelo actual governo norte-americano em relação a alguns países da região é “ingénua”.

“A ideia de que a democracia vai produzir sempre governos desejáveis para nós é ingénua e não se pode construir uma política externa sobre essa base”, afirmou. Krugman, que como colunista do New York Times é

um crítico ferrenho das políticas de George W. Bush, declarou que defendeu o governo venezuelano de Hugo Chávez quando este esteve a ponto de ser derubado há seis anos.

“O que fiz foi denunciar a tentativa de golpe de Estado na Venezuela em 2002. Esse tipo de coisas pertence ao passado e só nos transformam em inimigos, independentemente do facto de Chávez ser um populista típico”, explicou.

A Real Academia de Ciências da Suécia concedeu na semana passada o Prémio Nobel de Economia a Paul Krugman, pelos seus trabalhos sobre os intercâmbios comerciais.

Krugman, de 55 anos, elaborou uma teoria que integra pesquisas sobre intercâmbios comerciais e globalização a estudos sobre os processos de urbanização à escala planetária.

JPS/ com: AFP

Los Derechos Humanos como andamiaje pedagógico-social

Todas las democracias modernas han hecho de los Derechos Humanos un soporte clave para la convivencia; o, si se prefiere, como diría Rawls, la condición necesaria de cualquier sistema decente de cooperación social al que animen principios, normas y valores que profundicen en la dignidad de las personas con criterios de justicia, libertad e igualdad. Los Derechos, en este sentido, son mucho más que un conjunto de preceptos individuales mediante los que se ampara, protege y favorece la autonomía e independencia de los sujetos, al prolongar sus consecuencias prácticas al conjunto de la sociedad y a sus modos de articular la vida en común.

En realidad, son un proyecto de Humanidad al que nos hemos vinculado socialmente, dando forma a un modo de estar y de ser en el mundo, de liberarse del temor y de la miseria, de disfrutar de la libertad de la palabra y de las creencias, de combatir la tiranía y la opresión... tal y como se refleja en el preámbulo de la Declaración Universal de los Derechos Humanos aprobada por las Naciones Unidas el 10 de diciembre de 1948.

Es, precisamente, la cercanía de esta fecha, sesenta años después, la que nos lleva a poner en valor su significado para nuestro quehacer común. También para la Educación y, muy especialmente, para los recorridos que ésta ha de tener en la sociedad. Pocas veces antes el consenso sobre vocación política y social de la educación llegó tan lejos, con unas perspectivas de desarrollo tan sugerentes –y al tiempo tan difíciles de satisfacer– como las que esta Declaración situaba en los horizontes de nuestras vidas; un texto, que la premio Nobel Nadine Gordimer ha considerado esencial: “*la piedra de toque, el credo de la humanidad que sin duda resume todos aquellos otros credos que guían la conducta humana*”. Un verdadero artículo de fe de una cultura laica. Algo así como la lengua franca del pensamiento moral global –interpreta Michael Igantieff–, tal como el inglés se ha convertido en la lengua franca de la economía global. El pilar, o cuando menos, uno de los muchos que necesitamos,



para dotar de legitimidad a los Estados de Derecho y a los sistemas democráticos.

No se trata tan sólo de reconocer explícitamente –como lo hace en su artículo 26 la Declaración de 1948, posteriormente ratificado en los textos constitucionales de la mayoría de los países del mundo– que “*toda persona tiene derecho a la educación*”, esperando que ésta tenga “*por objeto el pleno desarrollo de la personalidad humana y el fortalecimiento del respeto a los derechos humanos y a las libertades fundamentales...*”. Siendo importante, ha de llegar más lejos buscando e invocando otros propósitos o finalidades.

Tanto, diremos, como asumir el papel político (e ideológico) de la educación en la construcción de una me-

jor sociedad. Esto es: que la educación, en cualquier tiempo y lugar, en la escuela y en otros contextos sociales, ha de contribuir al entendimiento, la solidaridad y la tolerancia... habilitando conocimientos, valores, actitudes y aptitudes favorables al respeto a los derechos humanos y al compromiso activo en su defensa; que no es otra que la lucha por la justicia, la equidad, la democracia, la libertad, así como de aquellas culturas (de paz, sustentabilidad, etc.) que podrán iluminar un vivir – personal y colectivo – más pleno y duradero. Y de no ser así, la posibilidad de la denuncia y la reivindicación de otros modos de vivir y convivir; de alentar el mensaje esperanzado que late en el deseo de dotarnos de otra globalización, de un nuevo universalismo, bueno para todos los pueblos y personas.

Aludiendo expresamente a la necesidad de inscribir esta educación en el día a día, el *Programa Mundial para la Educación en Derechos Humanos*, que inició su andadura en 2005, insiste en la necesidad de que las políticas educativas –en sus distintos ámbitos de competencia: local, nacional, regional e internacional– definan estrategias y líneas de actuación conducentes a mejorar los logros alcanzados hasta el presente, ya que de ellas dependerá, en gran medida, el futuro de la Humanidad y la capacidad de nuestra sociedad para “transmitir a las generaciones venideras una herencia que no esté irremediamente empañada y contaminada. Se trata de legarles el derecho a vivir en dignidad en una Tierra preservada”, en palabras de Federico Mayor Zaragoza.

No será fácil, pero tampoco imposible. Basta con mirar al pasado más reciente y observar a los propios derechos humanos como una noción histórica, exponente de una construcción social que ya cuenta con muchos andamiajes. Entre ellos, en tiempo de celebraciones, los de la Pedagogía Social, por las teorías que propone y por las prácticas que la desarrollan.

José Antonio Caride Gómez

Universidad de Santiago de Compostela

hecaride@usc.es

Incomodidades

Fichas (para memória futura) de uma agenda artística possível

7

Salvador Cidrás, Terence Koh, Paul Pfeiffer e “Retorno a Hansala” em León

No MUSAC

Até 11 de Janeiro 2009

A arquitectura do MUSAC, Museu de Arte Contemporânea de Castilha e León, recebeu, em 2007, o Prémio Mies Van der Rohe, de arquitectura Contemporânea da União Europeia 2007 e, integrou a exposição On-Site: New Architecture in Spain, organizada pelo MOMA de Nova Iorque, em 2006, para destacar projectos arquitectónicos de Espanha. No MUSAC, que também integrou a representação espanhola na Bienal de Arquitectura de Veneza de 2004, podem ser vistas exposições de Salvador Cidrás, de Terence Koh e de Paul Pfeiffer, bem como a exposição “Retorno a Hansala”, em torno desta película da realizadora Chus Gutiérrez, com “olhares” de Alfredo Cáliz, de Rogelio López Cuenca, de Montserrat Soto e da obra da própria Gutiérrez “*El retorno 1*” (2004), vídeo instalação pertencente à Colecção MUSAC que marcou o ponto de partida do que é hoje uma longa metragem cinematográfica. Destaque também para a “FAKE. PIECE OF ART”, número especial da revista “FAKE”, desenvolvida em torno das vitrinas do MUSAC, número que se inspira na revista “¡HOLA!”, suplantando o design e a luxuosa artificialidade das imagens desta famosa revista cor-de-rosa.



MUSAC, Museu de Arte Contemporânea de Castilha e León

MUSAC, Museu de Arte Contemporânea de Castilha e León
Avenida de los Reyes Leoneses, 24
24008 León

Horários

Terça a Domingo
Manhãs: das 10h às 15h
Tardes: das 16h às 21h
Encerrado à Segunda

Preços

Entrada Gratuita

<http://musac.es>

*para quem vai do Norte, de carro, são cerca de 400km. A melhor opção é seguir a A3 sentido Braga, depois seguir a A7 sentido Famalicão/Guimarães, depois A7 Chaves, seguir A24 direcção Vila Verde Raia. Chegando a Espanha apanhar a A52 direcção a León, Lugo, La Coruña e por fim a A62 direcção León



O Professor (Indiana) Jones

Para quem não se lembra, o personagem Indiana Jones é conhecido no lugar onde ganha o ordenado por Professor Jones. É professor de Arqueologia numa austera e formal escola britânica e usa laço e fato completo quando dá aulas.

Num voo de longo curso que fiz agora nas férias vi, no vídeo do avião, o último filme das aventuras do Professor Jones. Nada de muito novo, mas houve uma cena que me prendeu a atenção. Quando Indiana acabou de esmurrar com inusitada competência e eficácia uns malandros que o queriam apoquentar, um jovem que andava com ele nesta aventura, olhou-o entre o admirado e o desconfiado e disse: “Professor, hem...?. O Professor Jones não se desmanchou e respondeu: “Só a meio tempo...”.

Bom, a pergunta que logo me assaltou foi o que é que o Professor (“Jones”) faz no outro meio tempo? Se ele só ensina a meio tempo o que faz ele ao outro meio? Eu acho que a resposta é evidente: “No meio tempo em que não ensina ele... aprende.” De facto, o que seria do Professor Jones se não tivesse um tempo para, assumindo-se como Indiana, correr o mundo nos cenários mais hiper-reais que se pode imaginar; vendo, vivendo, recolhendo, analisando, enfim, aprendendo o que lhe é essencial para ensinar?

Este episódio sobre o Professor (Indiana) Jones lembra-me a importância que tem para o professor a oportu-

nidade e o tempo para aprender. Quem só se preocupa com o ensino pode não ter tempo de aprender. Já há muito tempo se sabe que este tempo de aprender não se pode confinar ao tempo em que o professor é aluno: é um tempo em que o professor é pessoa.

É uma banalidade dizer que se aprende toda a vida. Claro que sim. Mas nós, que somos especialistas em aprendizagem, sabemos que esta aprendizagem que se faz muito mais eficientemente se for organizada segundo dois ou três princípios muito simples e talvez por isso sejam tão frequentemente negligenciados.

1. Aprendemos melhor com base em casos que conhecemos, que vivemos e que nos dizem respeito. Aprender modelos gerais e genéricos ajuda a organizar a experiência mas dificilmente contribui para melhorar práticas. Assim, quando se fala em desenvolvimento profissional dos professores era bom que os processos através dos quais se faz este desenvolvimento, fossem situados na prática e em problemas concretos. Uma prática encarada como desencadeadora de necessidades e orientada para a busca de respostas. Queremos aprender, por exemplo, sobre “problemas de comportamento”? Vamos então polarizar a formação sobre aqueles que temos, os que conhecemos e os que efectivamente podem fazer parte da nossa vida profissional.

2. Aprendemos melhor também quando enriquecemos a nossa experiência usando a experiência e as soluções dos outros. O trabalho cooperativo é muito raro e deficitário entre os professores. Se conhecermos melhor casos passados com outros colegas, o que foi feito, o que funcionou bem ou menos bem, enriquecemos exponencialmente o nosso conhecimento. A socialização e a troca que ela implica é antes de tudo uma poderosa ferramenta de aprendizagem a todos os níveis.

3. Aprendemos melhor também quando a vivemos ligados ao ambiente, ao contexto em que a aprendizagem tem lugar. A aprendizagem faz mais sentido quando suscita a ligação entre a escola, os pais, as famílias, as comunidades, os grupos profissionais e as autarquias. Uma escola que conhece e reconhece o ambiente em que está, aprende melhor e mais. O Professor (Indiana) Jones já sabia disto quando disse aos alunos (no mesmo filme) que se queriam aprender Arqueologia tinham que sair da biblioteca. E sabia também que sem a sua vida de Indiana seria um desinteressante Jones que, enfatuado e obcecado com o ensino se tinha esquecido do blusão e de aprender. Sempre.

David Rodrigues

Fórum de Estudos de Educação Inclusiva

<http://www.fmh.utl.pt/feei/>

LIVROS NOVEMBRO



Juventudes e Inserção profissional

Natália Alves

Educa – Unidade de I&D de Ciências da Educação

ISBN: 978-972-8036-97-3

Junho de 2008

Os jovens vivem, actualmente, uma situação verdadeiramente paradoxal: se, por um lado, nunca, como no momento presente, a população juvenil foi detentora de níveis de qualificação académica tão elevados e teve ao seu alcance um leque tão diversificado de oportunidades sociais, por outro, nunca, como nas últimas décadas, se viu obrigada a lidar com a complexidade crescente dos processos de transição do universo escolar para o mundo do trabalho.



Não sei se sou diferente

Luísa Lobão Moniz

Livros Horizonte

ISBN: 978-972-24-1580-4

Junho de 2008

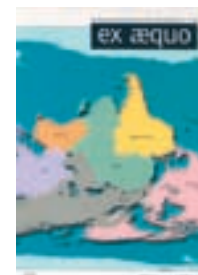
É um trabalho realizado com base no acreditar que é importante dar voz às crianças, saber o que sabem, o que sentem e o que querem da escola e quais as suas representações da escola multicultural que frequentam. Parte-se do princípio de que a diversidade é um bem e uma realidade a ser trabalhada no sentido de uma convivência harmoniosa entre todos e não um problema a rejeitar ou a ignorar.

Nova Síntese, nº 2-3 / 2007-2008

Textos e contextos do neo-realismo

Campo das Letras

ISSN: 1646-5989



Ex aequo

Número 16-17

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

ISSN: 0874-5560

2007-2008

Cadernos de Ciências Sociais nº 25/26

Tensões no trabalho, modos de vida incertos, impasses no desenvolvimento

Edições Afrontamento

ISSN: 0871-0945

2008

■ Trigo limpo

Crise financeira traz as teorias de Maynard Keynes de novo à voga

PARIS, 21 Outubro 2008 (AFP)

A crise financeira trouxe para a mesa de discussões as ideias do economista britânico John Maynard Keynes - como a necessidade de uma regulação dos mercados e das políticas de reactivação de investimentos e de grandes obras públicas - que vinham sendo condenadas pelos gurus do neoliberalismo desde os anos 80.

Keynes (1883-1946), um dos economistas mais influentes do século XX, autor da "Teoria geral do emprego, do juro e da moeda", preconizava a necessidade de regular o capitalismo sem comprometer a autonomia das empresas, pois rejeitava a ideia da auto-regulação dos mercados.

"Keynes construiu a sua teoria a partir da hipótese de que os mercados sofriam de disfunções e que, para manter a economia capitalista, era preciso a intervenção pública", comentou Jean-Paul Fitoussi, presidente do Observatório Francês de Conjunturas Económicas (OFCE). "Hoje temos uma disfunção maior dos mercados e, por isso, a intervenção pública foi naturalmente maciça", afirmou Fitoussi à AFP.

Keynes receitava, em épocas de crise, injeções maciças de liquidez por parte do Estado e cortes das taxas de juros para impulsionar o investimento. Também aconselhava incentivar a procura mediante um incremento dos investimentos públicos e uma mais justa redistribuição da riqueza a favor das classes com menores recursos. Desconcertados com a crise os gabinetes ministeriais voltaram a lançar mão destas receitas.

O ministro britânico das Finanças, Alistair Darling, anunciou em 19 de Outubro a intenção de aumentar o gasto público através de projectos de grande envergadura, principalmente nas áreas da construção, energia e nas pequenas e médias empresas. O presidente da Associação para o Desenvolvimento de Estudos Keynesianos, Edwin Le Heron, advertiu, no entanto, sobre o risco de uma reactivação meramente conjuntural, que "cairia no vazio". "É preciso separar as coisas. Por um lado, há quem peça para voltar a regular o capitalismo, a mudar a estrutura do capitalismo; por outro, há quem diga que se trata de uma política de reactivação da economia real, com planos meramente conjunturais", assinalou. "Ambos podem parecer 'keynesianos', mas eu penso que 'keynesiano' é uma reforma estrutural do capitalismo", afirmou Le Heron.

Le Heron acredita que o anúncio de uma série de cimeiras internacionais para reformar o sistema financeiro vai nesse sentido, mas que "a janela de oportunidades é muito estreita", pois os Estados Unidos são reticentes a reformular o sistema definido em 1944 pelos acordos de Bretton Woods, centrados no modelo americano.

Fitoussi, mais optimista, acredita que actualmente todos os países buscam uma boa regulação, pois "ainda ninguém se livrou da crise". Mas isso não impede as divergências sobre a maneira de realizar essas reformas, como se vê na União Europeia.

"A Europa foi capaz de criar um plano da zona euro e a União Europeia conseguiu depois chegar a um acordo sobre um plano global de apoio bancário. Isso implica que os países europeus podem colocar-se de acordo sobre um plano global de regulação dos mercados", afirmou Fitoussi.

Nesse sentido, Nicolas Sarkozy, presidente francês e presidente em exercício da UE, pediu a 21 de Outubro para se criar um "governo económico" para a Zona euro e criar fundos soberanos para investir em sectores estratégicos.

JPS / com: AFP



Escolas do nosso descontentamento

«O homem não tem senão o passado e o futuro; o passado para chorar, o futuro para temer. O presente não é nada»

(Flores sem Fruto, Almeida Garrett)

O ritualizado início do ano lectivo, só por si, tem a garantia de acontecimento noticioso: os membros do governo desdobram-se em visitas às escolas (e os jornalistas atrás deles) durante a primeira semana de aulas no mês de Setembro, mostrando o "oásis educativo" nacional. A agenda deste ano não se distinguiu da dos anos anteriores (só os números se alteram, ligeiramente). A mediática novidade foi o brinquedo-pedagógico *Magalhães*, que vem enriquecer a lista do material escolar (endividando ainda mais as famílias de menores recursos). Para breve, o telemóvel, o *ipod* e a *playstation* serão também, estamos em crer, incluídos no pacote. Uma "especialista em Educação" defendia que, para evitar o «risco de acabar com a infância» (!?) as «escolas deviam ter jogos de consola», como intitulava a imprensa de distribuição gratuita de 8/9/08.

Fora esta "espuma tecnológica", os velhos conteúdos da *rentrée* mantiveram-se: (i) A (não) colocação de professores (sindicatos falam em 40 mil) contribuindo para tal o acentuado encolhimento da rede de escolas do 1º ciclo (encerraram mais de 800); mas Sócrates declara, convencido, que «o tempo da facilidade acabou» permitindo, entretanto, a irresponsabilidade social de 14 ESE e de 6 universidades ao abrirem 1256 vagas de formação inicial no curso de Educação Básica (por preencher ficaram, na 1ª fase de acesso ao ensino superior, 17% dessas vagas). (ii) O preço dos (muitos) livros escolares (com as editoras a aumentarem-nos, de forma despudorada, em 6%) e o atraso, costumeiro, na edição de uns tantos manuais. (iii) Os fracos resultados académicos, apesar das "melhorias" registadas nos exames do último ano, em particular na Matemática, mas por efeito da engenharia docimológica do GAVE; as associações de Matemática (APM e SPM) aqui estiveram de acordo: as provas eram fáceis. Nesta questão importa ter como referência as comparações internacionais que organismos como a OCDE possibilitam; o PISA não engana: continuamos entre os últimos! No conjunto destas ciências abrange quase metade da instrução obrigatória para os alunos de 9 a 11 anos, ao passo que em Portugal apenas 12% do currículo é dedicado a essas matérias». Em Educação (também) não há milagres. Mas os programas nacionais de formação contínua de professores (TIC, Matemática, Ensino Experimental das Ciências e Português), lançados nos últimos três anos pelo Ministério da Educação, tinham que mostrar a sua utilidade antes

do teste eleitoral de 2009. Daí a subida das notas dos exames das disciplinas nucleares.

O que se tem vindo a alterar profundamente é o clima das escolas com os professores em crescente desmotivação e abandono. Desautorizados e desacreditados pela tutela, desgastando-se em tarefas burocráticas num ambiente cada vez mais pautado pela violência juvenil e agora confrontados com um processo de avaliação de desempenho que os coloca à «beira de uma ataque de nervos». Um recente estudo, realizado em 11 escolas públicas de Lisboa, revela a vulnerabilidade específica da profissão docente em tempos de crise: 42,4% dos docentes apresentam uma sintomatologia depressiva, com particular incidência nas mulheres e na faixa etária dos 55 aos 64, os maiores consumidores de psicoansiolíticos e antidepressivos. A fuga, pelo absentismo ou pelo abandono precoce da profissão, é o sinal evidente desse profundo descontentamento. O aumento dos pedidos antecipados de reforma quase duplicou: em 2008, o total de aposentações já vai em 5060 quando em 2007 tinham sido 3200. Só estes dois dados deviam levar o ME a repensar a sua estratégia para com um dos corpos profissionais mais qualificados e dedicados do país. Já nem a esperança, que sempre os anima no início de cada novo ciclo lectivo, os faz acreditar em melhores dias. É pena!

Luís Souta

Instituto Politécnico de Setúbal

lsouta@ese.ips.pt

Oedipus Tex

Oliver Stone é, sem dúvida, o mais controverso realizador dos realizadores de Hollywood da actualidade e um dos poucos que fez filmes consistentes sobre temas políticos.

O seu último filme, *W*, foi estreado nos Estados Unidos no dia 17 de Outubro. Considerando que a rotação começou em Maio, é um milagre que esteja pronto para coincidir com a campanha presidencial. Mas, claro, a oportunidade é tudo. “Qualquer que seja a nossa opinião sobre George W. Bush,” diz Stone, “a essência de *W* é questionarmo-nos sobre a natureza da nossa presidência, o que aconteceu, e quem é aquele homem”.

W é a terceira “biopic” de Stone sobre um Presidente, depois de *JFK*, nomeado para os Óscares em 1991, e de *Nixon*, em 1995. Ao descrever uma personalidade com tantas facetas – a do estudante de Yale e Harvard, do homem do petróleo do Texas, do bêbado, do evangelista convertido –, Stone pergunta como é que este tipo, considerado a ovelha negra da família, se transformou no homem mais poderoso do mundo.

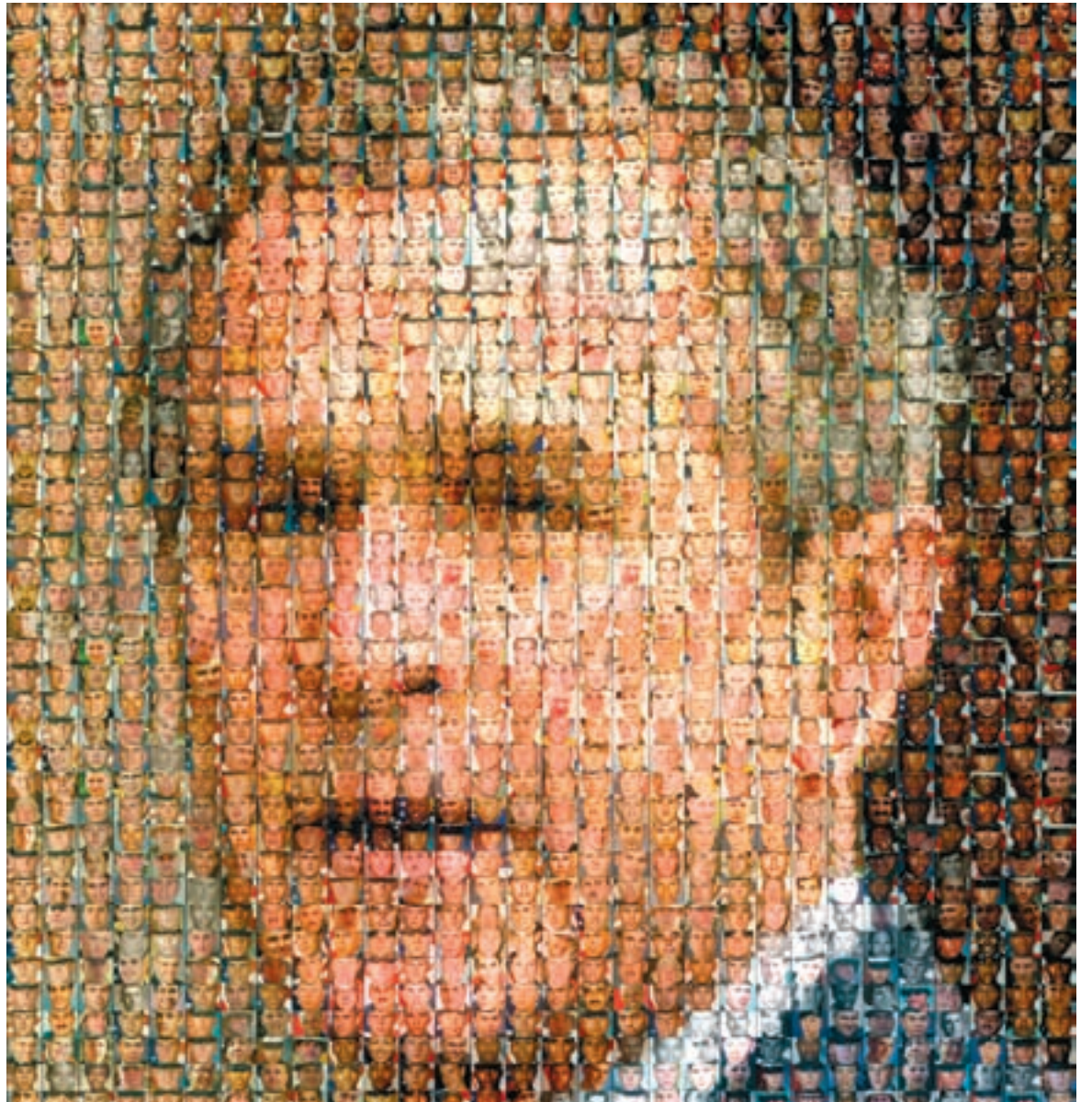
Como em muitos dos filmes de Oliver Stone, entre os quais o oscarizado *Platoon*, a sombra de Freud paira sobre *W*: o realizador vê “uma fascinante história de pai e filho” no centro deste conto de um homem e seus demónios, à sombra do seu pai. Descobre Deus e dá uma grande volta na sua vida que o há-de levar à Casa Branca. “Durante anos pensei que fosse mais uma história de mãe e filho,” diz Stone “mas quanto mais pesquisava, mais me convencia que o pai tinha um papel mais importante”.

É uma história antiga, a maneira como Stone a vê: “a relação pai e filho vem desde os gregos, é uma fonte inesgotável. As omissões do pai são revistas pelo filho, e de certo modo, tornam-se nos pecados do filho”.

Com o argumentista Stanley Weiser, seu colaborador em *Wall Street*, Oliver Stone dividiu a história em três partes. Ele descreve: “1º Acto – As sementes da rebeldia juvenil. Bush torna-se um falhado em todas as empresas onde se mete até aos 40 anos. 2º Acto – A sua conversão ao Evangelismo. A modificação dos seus hábitos, a imposição da sua vontade, quando se torna dono de uma equipa de «baseball», e os seus dois mandatos como governador do Texas. 3º Acto – A presidência. Mas não procuramos cobrir os oito anos. Concentramo-nos no início e no ano e meio crucial entre Outubro de 2001 e Março de 2003, quando ele finalmente foi para a guerra no Iraque.”

Para protagonista, Stone estava determinado em Josh Brolin. “Josh era um tipo mais ou menos desconhecido, que de repente se tornou uma estrela devido a *No Country for Old Men* e outros filmes,” diz. “E há algumas intrigantes coincidências entre ele e Bush. Como filho de uma estrela de Hollywood (James Brolin) Josh cresceu com um pai forte na ribalta: teve uma vida volátil e passou por muitas das crises de Bush.”

“Josh tinha 40 anos quando protagonizou o filme, na mesma idade da reviravolta da vida de Bush e, vinha de uma zona da Califórnia, parecida com a “small-town” América que Bush cultivava em Crawford, Texas”



No início, Brolin recusou. “O facto de Oliver ver uma relação entre mim e Bush pareceu-me insultuoso!” diz, mas depois de ver o argumento sentiu-se mesmo “atraído, comovido e mesmo triste com ele”.

“Filmámos no Sul e muita gente que encontrámos era pró-Bush,” lembra Stone. “Quando lhes perguntávamos porque tinham votado nele, diziam três coisas: fé, família e amizade. Achavam que ele era um bom marido e isso era muito importante para eles, particularmente depois dos escândalos de Clinton. Stone vê em Bush “um presidente tipo John Wayne, a maneira como anda e fala é como se fosse um cowboy. Pode ser engraçado, desastrado, pateta. Quando entra numa sala e se foca em ti, podes ser seduzido por ele. A esse nível pode ser um excelente político, melhor que o pai. É capaz de seduzir multidões”.

Stone insiste que o filme não é uma acusação ou elogio de Bush. “Tentamos mostrar que as suas razões para a guerra do Iraque foram em função da sua história pessoal. Espero que

as pessoas, quando saírem do filme, possam dizer, “Posso não concordar ou não gostar do resultado, mas compreendo.”

Paulo Teixeira de Sousa

Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, Porto

NOTA: Todas as citações de Oliver Stone foram retiradas de uma entrevista sua ao *Financial Times* de 18 de Outubro

P.S. De 3 a 7 de Novembro vai decorrer na Biblioteca Almeida Garrett, no Porto, a 5ª Edição da Fotografia e Cinema Documental. Muito cinema Masterclasses e muito mais. Presenças de Manoel Oliveira, António Pedro Vasconcelos, José Manuel Costa, entre outros, apenas para falar dos portugueses. A entrada é livre e as escolas serão bem-vindas ... a não perder, claro!!!

O BELO

Pose, e não nudismo, preocupa modelos de arte

Modelos que posam nuas para pintores, ou escultores, estão mais preocupadas com não perder a postura do que com tirar a roupa, revela um estudo divulgado pela Universidade da Florida (UF).

As mulheres que ficam nuas frente aos artistas fazem isso com um forte compromisso e com o sentimento de que estão, efectivamente, a cumprir uma missão, disse a investigadora da UF Clay Hipke, que fez o estudo.

“Sentem orgulho em conseguir poses criativas e em

contribuir para a arte. Muitas delas são conhecedoras e têm peças, ou pequenas colecções”, acrescentou.

As modelos de nus podem gerar um certo rubor, assim como outros grupos da sociedade que empregam o nudismo e existem à margem da vida convencional, como strippers, ou bailarinas eróticas, “mas, no seu caso, têm uma longa e distinguida história”, que data da Grécia Antiga, destacou Hipke, que centra o seu interesse no campo da Sociologia do Desvio.

Em geral, as modelos nudistas têm uma percepção positiva sobre o seu corpo. Aquelas que tinham alguma insegurança conseguiram melhorar nesse aspecto depois de começarem a fazer esse trabalho, completou a pesquisadora.

Sentir câibras enquanto posam, suportar o frio, ou enfrentar a desaprovação dos pais, namorados e amigos são alguns dos inconvenientes do ofício.

“Com frequência, quando uma mulher modelo co-

meça a sair com alguém novo, ela prefere não revelar que é modelo de arte até conhecer melhor a pessoa”, acrescentou Hipke.

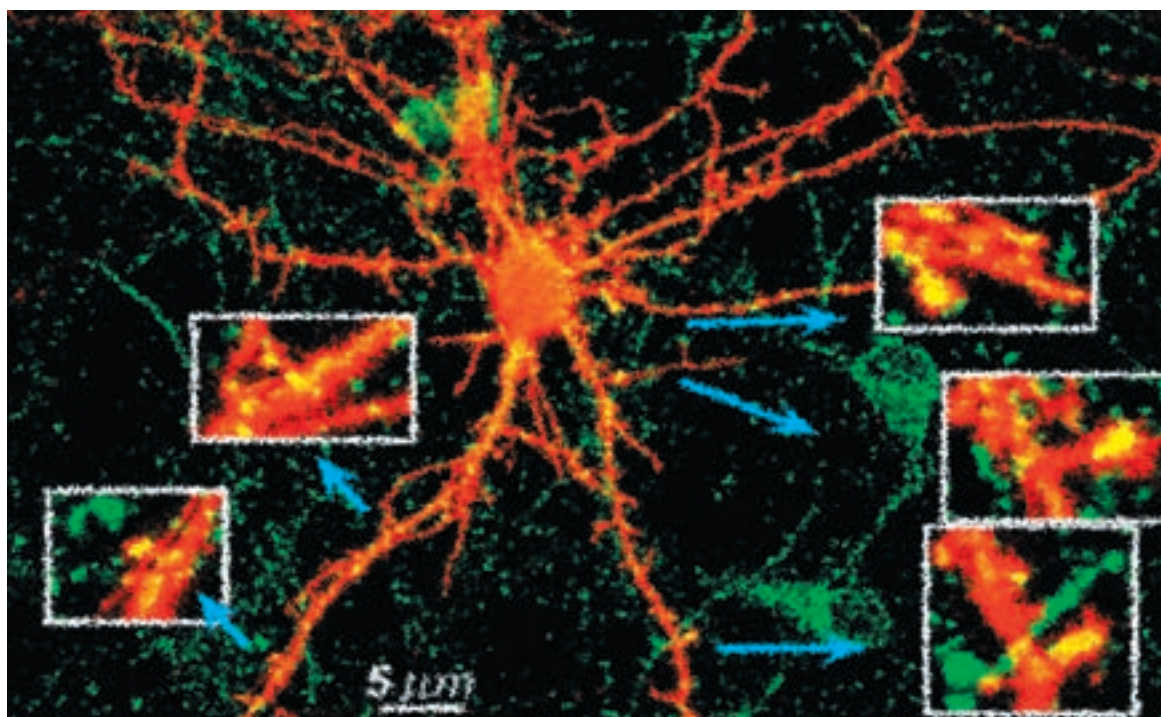
O estudo foi realizado com 25 modelos de sete cidades diferentes da Florida (sudeste dos EUA), com idades entre os 18 e os 60 anos, quase todas de classe média, ou com alguma formação universitária.

JPS/ com: AFP

A vida ao vivo e a cores

Uma vez por ano lá temos a oportunidade de regressar ao tema do Prémio Nobel. O Prémio Nobel é o que é, rodeado pelas mesmas disputas e controvérsias que existem em torno de todas as escolhas em que os concorrentes não correram numa pista lado a lado. Não obstante, é um facto que na área das ciências o prémio Nobel consegue assinalar algumas das descobertas científicas que mais impacto causaram. A estranheza aparente de muitos dos trabalhos premiados, pelo menos aos olhos de quem está de fora, permite também ilustrar de forma excepcional as engrenagens subtis do progresso científico e dar voz a todos os que falam contra o perigo de investir exclusivamente numa ciência com retorno económico garantido. E se se tem destacado a idade avançada dos premiados, como se a juventude fosse um impedimento para aceder a tais prémios, a verdade é que só o olhar maduro e retrospectivo de algumas décadas permite pesar com rigor a importância da contribuição dada. Ou seja, não são os premiados que são velhos, são as descobertas que são antigas, e o comité Nobel que tem o bom senso de se pronunciar sobre trabalhos amadurecidos e que tiveram já oportunidade de espalhar a sua semente.

Vem tudo isto a propósito da atribuição no prémio Nobel da Química 2008, novamente a um trabalho na área da Biologia. Osamu Shimomuru, Martin Chalfie e Roger Tsien foram premiados pela descoberta da proteína verde fluorescente (mais conhecida por GFP – *green fluorescent protein*). Trata-se de uma molécula que é produzida naturalmente pela medusa *Aequorea victoria*, comum na costa oeste norte-americana. Shimomuro, o pioneiro de um trabalho prolongado que começou ainda nos anos 60, foi o primeiro a descobrir a proteína que emite luz verde quando iluminada com luz ultra-violeta, tendo este grupo de cientistas posteriormente conseguido isolar e caracterizar o gene responsável. As aplicações desta descoberta foram de tal forma valorizadas que hoje em dia existe um verdadeiro arco-íris destas proteínas, cada uma delas produzida por ligeira alteração da estrutura da versão original. E assim, o espectro do arco-íris proteico fluorescente já vai do azul ao vermelho, com mais de duas dezenas de variantes poeticamente baptizadas de banana, tangerina, morango, cereja, safira ou esmeralda, para já não falar das versões foto-activáveis, ou que mudam de cor. Tu-



do isto para que a vida se possa ver ao vivo e a cores. Recordo a propósito notícias de telejornal antigas que falavam animadamente da criação de pinheiros de Natal fluorescentes ou ratinhos verdes, no que mais parecia uma exibição de ficção científica de mau gosto. Sim, as artes actuais da manipulação genética permitem fazer tudo isto, mas não é evidentemente por esta razão que a proteína fluorescente verde é tão valorizada. Graças às suas propriedades, a GFP abriu a porta a um reino interdito na biologia: a visualização directa de proteínas e células em função em organismos vivos. Até à sua descoberta, era em geral necessário matar a célula ou o organismo em estudo para localizar os seus componentes, algo incompatível com a observação de processos dinâmicos. A utilização da proteína GFP como marcador, quer iluminando células inteiras, quer em fusão com proteínas celulares de forma a torná-las visíveis sem perda de função, veio abrir um novo mundo no estudo dos processos da vida. Por exemplo, é hoje possível seguir em tempo real a in-

vasão de um organismo por um tumor, ver quais os órgãos progressivamente afectados, e monitorizar a eficiência de medicamentos anti-tumorais, iluminando um modelo de laboratório com uma lâmpada ultravioleta. Ou ainda colorir diferentes neurónios do cérebro de forma a descortinar a rede de ligações que estabelecem entre si e como são afectadas pelos estímulos externos. Quem diria que tanto valor acrescentado estava escondido numa pequena medusa do pacífico ou que alguém tiraria um dia tanto proveito de passar umas horas a olhar para o mar?

Margarida Gama Carvalho

Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa

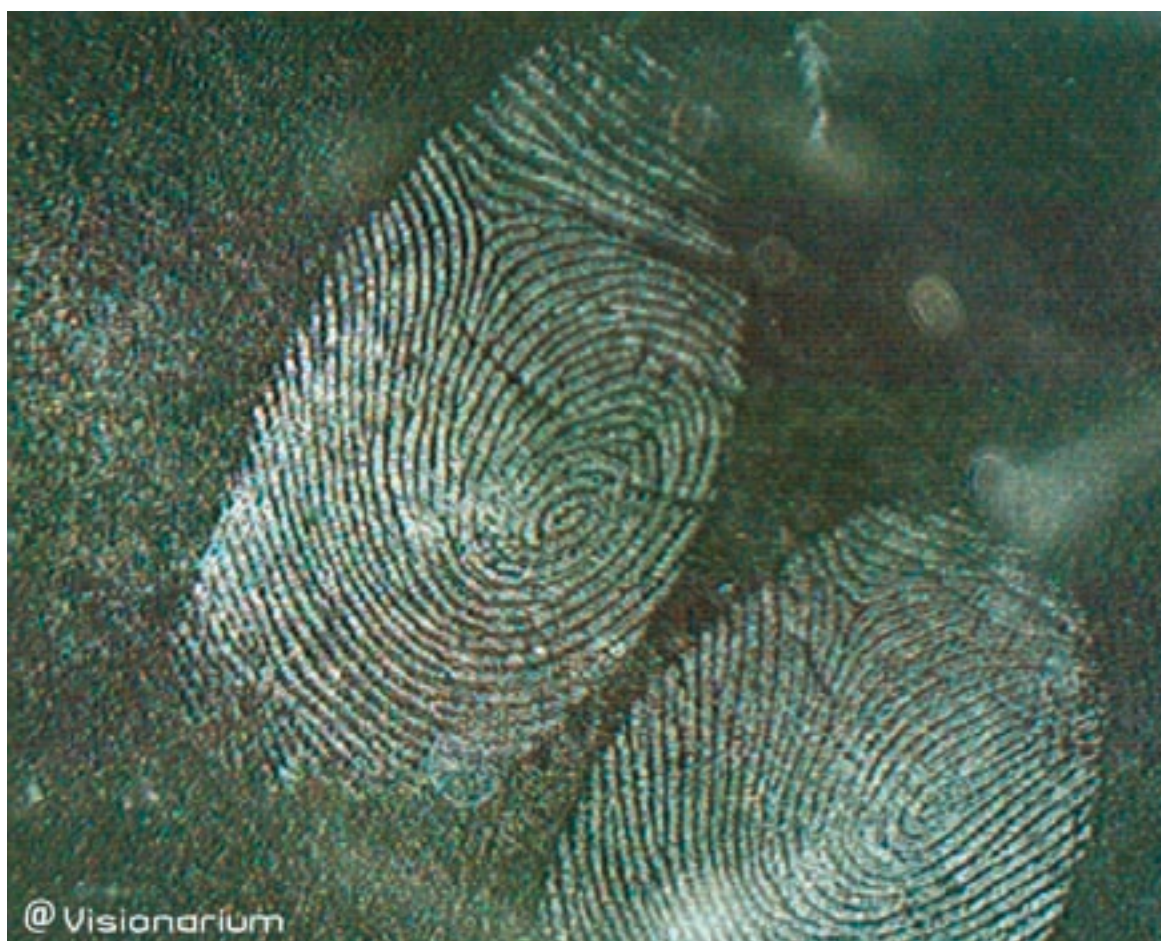
■ Foto ciência com legenda

Impressões digitais

As impressões digitais correspondem às marcas deixadas em superfícies pelas cristas dermopapilares existentes nas polpas dos dedos das mãos. Estas elevações cutâneas surgem no período fetal, por volta do sexto mês de gestação, permanecendo praticamente inalteradas durante toda a vida. O desenho das cristas é único, mesmo em gémeos univitelinos, razão pela qual constituem um excelente método de identificação humana, nomeadamente em criminalística. A ciência que se dedica ao estudo das impressões digitais é a dactiloscopia. Esta ciência fundamenta-se em três princípios básicos: A perenidade, a imutabilidade e a variabilidade das impressões digitais entre a população humana.

Nesta fotografia é possível observar impressões digitais reveladas a pó em superfície plana, obtidas durante a realização de uma overnight de investigação criminal no Visionarium, denominada FVI – Forensic Visionarium Investigation.

Impressões digitais reveladas a pó



A propósito do Magalhães...

Quando, em meados de 2009, a campanha eleitoral arrancar de facto, vamos ouvir falar, e muito, do «Magalhães», o pequeno computador português que as crianças do 1º CEB vão começar a usar. A medida é de tal modo intocável que parece não admitir objecções ou críticas. Neste sentido, o «Magalhães» é um trunfo eleitoral do Partido Socialista. O que se fará com este computador, nas salas de aula deste país, é outra conversa que, de algum modo, não diz respeito, apenas, nem ao governo que, entretanto, se foi, nem ao governo que, posteriormente, vier. A apontar-se o dedo a quem quer que seja, será, apenas, àqueles, onde se inclui a actual equipa ministerial, que promovem a ideia de que uma certa modernidade tecnológica constitui a resposta de que necessitamos para enfrentarmos a falta de sentido e de significado cultural da nossa educação escolar. É esta leitura do mundo que terá que ser objecto de julgamento eleitoral, na medida em que ilude e, por isso, prejudica a possibilidade de se conceberem outros olhares, capazes de nos ajudar a compreender quais os problemas que, em termos educacionais, teremos na verdade que enfrentar.

É uma questão que, todavia, não diz respeito, somente, ao «Magalhães, mas também, e por exemplo, ao programa «Novas Oportunidades». Não é este programa que está em causa, face ao problema sério de abandono e de insucesso dos nossos alunos, mas a possibilidade da sua utilização desregulada. Tendo em conta a necessidade imperiosa deste governo afirmar a sua filiação de esquerda, o «Novas Oportunidades» casa como a abelha com o mel, na medida em que permite exaltar a atenção que o governo Sócrates presta às questões sociais. Daí que, por razões eleitorais, não se possa reconhecer publicamente que esse programa só pode ser uma resposta remediativa de impacto limitado. É que se torna necessário afirmar que o tão reivindicado projecto de diferenciação das vias escolares do sistema educativo português está finalmente em marcha, graças à clarividência e determinação do governo. Assume-se, assim, que uma política educativa meritocrática é a única possibilidade de realizar uma política educativa de carácter democrático. Não se nega que o «Novas Oportunidades» possa permitir um conjunto de actividades e projectos pedagogicamente pertinentes ou que possibilite romper com uma visão burocrática dos percursos educativos de alguns dos seus públicos-alvo, o



que nos incomoda é a recusa em reconhecer os problemas do programa em questão, nomeadamente quando se corre o risco de promover a demissão das escolas face aos alunos que lhes colocam dificuldades acrescidas, permitindo que estas possam recorrer a soluções inconsequentes, a coberto do referido programa.

Será que alguma vez o governo Sócrates poderá produzir um discurso deste teor? Poder, pode, nem que seja para responder às objecções de todos os que temem as consequências das modalidades subentendidas de acção educativa que conduzem à exclusão escolar mitigada dos alunos portugueses. De resto, não cremos que esta possa ser, hoje, uma preocupação prioritária do actual governo e do seu Ministério da Educação. A hierarquização burocratizada, pouco criteriosa e desnecessária da carreira docente, o projecto de avaliação de desempenho dos professores imposto pelo Ministério da Educação ou o novo modelo de gestão das escolas, que se aproveita do canto de sereia das virtudes do modelo de administração empresarial para seduzir uma opinião pública propensa a milagres, são a expressão maior de que, neste caso, nem sequer precisamos de procurar o rabo de fora do gato escondido, porque o animal está bem à vista de todos.

Quando votarmos, no final do próximo ano, é este conjunto de factos que não poderemos esquecer como factor de ponderação a valorizar para julgar um governo que propõe coisas como o programa da Escola a Tempo Inteiro, sem cuidar de olhar para o pesadelo educativo em que transformou a vida de milhares de crianças, porque, em primeiro lugar, subordina as necessidades sócio-educacionais destas últimas quer à sua aritmética eleitoral, quer aos grupos de pressão que são os factores em função da qual essa aritmética se concretiza e, em segundo lugar, porque, graças ao despotismo iluminado que caracteriza a racionalidade política que o orienta, é incapaz de escutar todas as vozes daqueles que não pertencem nem àqueles grupos de pressão, nem ao grupos dos clientes que com eles se identificam ou que deles beneficiam.

Ariana Cosme
Rui Trindade

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

SUICÍDIOS

Taxa de suicídios aumenta nos EUA pela primeira vez em dez anos

A taxa de suicídios está em alta nos Estados Unidos, pela primeira vez em 10 anos. O aumento verifica-se entre as pessoas brancas de idade compreendida entre os 40 e os 64 anos e principalmente entre as mulheres, segundo um estudo divulgado em Outubro. A taxa de suicídios na população norte-americana aumentou 0,7 por cento em ritmo anual de 1999 a 2005, mas entre os norte-americanos brancos de 40 a 64 anos subiu 2,7 por cento, sendo de 3,9 por cento

entre as mulheres dessa faixa de idade.

Por outro lado, entre os negros a taxa de suicídios diminuiu fortemente no mesmo período e manteve-se sem mudanças entre os norte-americanos de origem asiática e os indígenas, indicaram os autores deste estudo divulgado na página da internet do American Journal of Preventive Medicine.

“Essas estatísticas revelam uma mudança na epidemiologia do suicídio, com os brancos de 40 a 64

anos como o novo grupo de alto risco”, salientou Susan Baker, professora de Epidemiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Johns Hopkins (Maryland, leste), co-autora do estudo.

“Historicamente, as medidas preventivas contra o suicídio concentravam-se nos grupos considerados então de alto risco, como os adolescentes e os adultos jovens de ambos os sexos, assim como os homens brancos de idade avançada”, acrescentou.

“Devemos concentrar os nossos recursos e esforços nos adultos brancos na faixa de idade de 40-64 anos”, disse Baker.

As razões desse aumento dos suicídios nessa faixa não estão claras. O suicídio é a décima primeira causa de mortes nos Estados Unidos.

JPS/ com: AFP

■ Música



coro
casa da música

Casa da Música Audições

Estão abertas as inscrições para audições de selecção de cantores para o Coro Casa da Música.

Todas as candidaturas devem ser enviadas até 5 de Dezembro de 2008 para o endereço de correio electrónico audicoes.coro@casadamusica.com. As candidaturas deverão ser acompanhadas de um CV completo, com destaque para a formação musical e experiência vocal. Os candidatos seleccionados serão contactados por correio electrónico até ao dia 19 de Dezembro para prestarem provas na Casa da Música a partir do dia 12 de Janeiro de 2009.

Serão seleccionados 8 solistas/coralistas principais (nível A); 8 coralistas principais (nível B); 16 coralistas reforços (nível C); 48 coralistas reforços para coro Sinfónico (a partir de 2010- nível D).

Os cantores serão contratados por projecto e remunerados segundo o escalão para o qual forem seleccionados.

Para as provas, os candidatos devem apresentar uma ária de Johann Sebastian Bach à sua escolha e uma canção do repertório erudito, contrastante em estilo e noutro idioma, excluindo árias de ópera.

O Coro Casa da Música tem direcção musical do maestro Paul Hillier. Natural de Dorset, Inglaterra, estudou na Guildhall School of Music and Drama em Londres. A sua carreira tem sido dedicada ao canto, à direcção e à escrita na área da música. Numa fase inicial, fundou e dirigiu o Hilliard Ensemble, fundando depois o Theatre of Voices. Ensinou na Universidade da Califórnia (no campus de Santa Cruz e no de Davis) e, no período de 1996-2003, foi Director do Instituto de Música Antiga da Universidade de Indiana. Foi Maestro Titular do Coro de Câmara Filarmónico da Estónia (2001-2007) e é Maestro Titular do Ars Nova Copenhagen desde 2003. Recentemente, foi nomeado Director Artístico e Maestro Titular do Coro de Câmara Nacional da Irlanda.

As gravações de Paul Hillier, mais de uma centena de CD's incluindo sete recitais a solo, têm sido aclamadas internacionalmente e conquistado vários prémios. Os seus livros sobre Arvo Pärt e Steve Reich, juntamente com as numerosas antologias de música coral, são publicados pela Oxford University Press. Em 2006, foi premiado com um OBE (Order of the British Empire) pelos serviços prestados à música coral. Em 2007, recebeu a Ordem da Estrela Branca da Estónia e ganhou um Grammy pela Melhor Gravação Coral.

O Coro Casa da Música dá o seu primeiro concerto público em Outubro de 2009. O repertório do coro estende-se da música da Renascença até à actualidade. Para além de concertos a cappella, o Coro participará regularmente em concertos com os agrupamentos residentes da Casa da Música.

Mais informações em: www.casadamusica.com



A educação e os media

A propósito da relação escola, media e educação, apresento aqui um diálogo entre o Professor Tradicionalista e o Professor Comunicólogo e Tecnólogo¹:

Professor Tradicionalista – Estamos perdidos, a televisão está a baralhar a cabeça dos nossos alunos.

Professor Comunicólogo e Tecnólogo – Não é bem assim, temos é que ensiná-los a ser selectivos. E isso pode-se fazer na escola.

Professor Tradicionalista – Está bem, lá vens tu com as tuas modernices. Mas como seleccionar no meio de tanta violência?

Professor Comunicólogo e Tecnólogo – Bom, violência... Para já é difícil definir com rigor absoluto o conceito de violência na TV. Perguntei a um rapaz de 15 anos qual o programa mais violento que ele conhecia e ele respondeu-me: o *Big Show Sic*. Ele acha o programa uma violência por ser um insulto à sua própria inteligência.

Professor Tradicionalista – Está bem, mas, para outros, possivelmente para uns milhões de pessoas, o *Big Show Sic* é muito divertido e nem lhes passa pela cabeça que alguém lhe chame violento.

Professor Comunicólogo e Tecnólogo – Bem, ambos os pontos de vista têm o seu fundo de verdade... Também se pode afirmar que muitas peças de Shakespeare estão imbuídas de violência física e verbal. Mas isso é necessariamente tornar o teatro, e aquela peça em concreto, violentos?

Professor Tradicionalista – Bem, lá vais tu outra vez por essa via. Mas queres comparar isso com a violência que alguns filmes transmitem? Os filmes de guerra, por exemplo, só transmitem violência.

Professor Comunicólogo e Tecnólogo – Há violência em todo o lado... Tu queres educar os teus alunos para uma sociedade que não existe? Os filmes de aventuras também têm violência, a violência está nas ruas, nas frases que tantas vezes tu próprio usas, nas relações sociais em geral...

Professor Tradicionalista – Então e não te parece que, por isso mesmo, deveríamos desaconselhar os alunos os pais, os nossos filhos a não verem cenas violentas? Que televisão queres então usar na escola para a educação para a não violência?

Professor Comunicólogo e Tecnólogo – O assunto não pode ser visto em termos de causa-efeito. A transmissão da violência não é linear. A violência reveste-se de imensas formas e é muito difícil hoje qual ou quais os efeitos negativos sobre as crianças e as pessoas em geral.

Professor Tradicionalista – Então, se não se conhecem os efeitos, o melhor mesmo é procurarmos que a escola apresente alguns cuidados a ter... talvez ensinar a saber criticar os programas televisivos?!

Professor Comunicólogo e Tecnólogo – Isso talvez... Por aí estou de acordo. Educar para o sentido crítico, saber ver, saber ler e pensar a televisão. Não passar a ser um *homo videns* passivo

e acomodado no sofá. Por outro lado, repara que os palhaços do circo não seriam divertidos se não andassem à chapada. Também o cinema de animação não teria público se não tivesse alguma violência, mesmo o caso do *Bambi*...

Professor Tradicionalista – Por isso te estou sempre a dizer que isso deve competir à família. A família é que deve educar. Nós temos que primar pela transmissão da cultura científica... Temos que ensiná-los a ler, não é a ver televisão. Temos que ensiná-los a pensar.

O diálogo poderia continuar por aí fora. Deixemos, contudo, aqui, a última palavra ao tradicionalista, ao ortodoxo. O crítico, o professor comunicólogo terá a palavra mais vezes, aqui, quiçá.

De facto, há sempre vantagens e desvantagens que se podem encontrar, dependendo também da maneira como se vêem os programas. Como nos lembra Eduardo Cintra Torres, “a influência da televisão na vida das crianças e o tipo de conhecimentos e vivências que lhes transmite deveriam estar estudados de forma a permitir aos educadores e professores atender à relação dos mais novos com o ecrã. Para começar, deve conhecer-se quais os programas que os mais novos vêem.” (Torres, 1998: 145). “Em suma, as crianças não vêem exclusivamente programas infantis e vêem em primeiro lugar programas normalmente definidos como de adultos. Tendo em conta a vivência normal das famílias, conclui-se que as crianças vêem programas como as novelas e *Big Show SIC* na companhia dos pais [...]. A TV dá-lhes a «cultura do trivial», da mesma forma que a escola lhes dá ou deveria dar a cultura geral. Com a televisão que os pais lhes deixam ver, as crianças aprendem depressa as manhas do amor e comportamentos da vida social nos empregos, na rua, nas festas, nos lares. Com a televisão, as crianças crescem mais depressa mesmo que não contactem com a vida real. Nesse sentido, a televisão poderá ser uma «ladra do tempo» de cultura, mas é ao mesmo tempo uma aceleradora do tempo de aprendizagem das regras da selva humana, a sociedade” (Torres, 1998: 146).

Ricardo Vieira

Investigador do CIID- Instituto Politécnico de Leiria
Professor da Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Leiria
rvieira@esel.ipleiria.pt

Ana Vieira

Investigadora do CIID- Instituto Politécnico de Leiria
Professora do 2.º Ciclo do Ensino Básico
anamariasnvieira@hotmail.com

¹ Diálogo inspirado num outro escrito por Dan Sperber (1992: 17) entre o crítico e o ortodoxo a discutirem a Antropologia como ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SPERBER, Dan (1992). *O Saber dos Antropólogos*, Lisboa: Edições 70.
TORRES, Eduardo Cintra (1998). *Ler Televisão*, Oeiras: Celta.



Por trás das grades:

A escola prisional como possibilidade de liberdade

O estudo, em desenvolvimento, surgiu nas aulas do grupo de pesquisa na UFF, onde discutíamos algumas ausências no cotidiano escolar. Dentre as ausências educacionais, que são inúmeras, lembro-me do debate a respeito do saber ouvir as experiências dos alunos, incentivá-los a narrar suas experiências, aprofundando os processos de interação grupal. A partir dos debates no grupo procurei aproximar a discussão ao tema da minha pesquisa sobre educação prisional.

Passei a conceber a troca de experiências, como produção cultural, uma possibilidade para a construção da escola como um centro (re)criador da cultura local[1], por meio das narrações dos sujeitos que convivem e praticam o cotidiano da escola Roberto Burle Marx localizada no presídio feminino Talavera Bruce, na cidade do Rio de Janeiro – Brasil.

Questiono-me sobre o papel da escola, em especial da escola prisional, buscando dar consequência prática ao que nos postulam Maturana e Varela (1997) aceitar o outro como legítimo outro (p38). É interessante pontuar o quanto a realidade da escola prisional é paradoxal à

realidade das escolas extra-muros (fora da prisão). Todos sabemos que a prisão é uma instituição repressora, e que a escola dentro da prisão perde uma parcela de sua autonomia, por obedecer à ordem do cárcere. Mas, mesmo vivendo sob a égide do controle, a escola consegue ainda ser um espaço de prazer, no cotidiano da vida carcerária: as presidiárias sentem prazer em freqüentar as aulas. Segundo depoimentos, obtidos durante a pesquisa, que resultou na dissertação de mestrado, constatei que a escola prisional é local de aconchego, paz e tranquilidade. Os depoimentos a seguir corroboram esta minha percepção: ao serem entrevistadas sobre a importância e a necessidade (para elas) da escola respondem:

— “Para ocupar a mente, porque a gente lá dentro, no coletivo, fica muito estressada, a gente fica muito presa lá dentro, a gente é tratada de um jeito! Aqui na escola nós somos tratadas como gente, aqui a gente tem carinho”. (Aluna A)

— “...todos na escola são compreensivos e chegam a ser um pouco psicólogos” (Aluna B).

— Nós estamos presas e não somos presas. (Aluna C)

Isso demonstra o contraponto existente entre as escolas extra-muros e as escolas prisionais, sendo esta última concebida como um local de “liberdade”, lugar onde as internas podem expor suas idéias, e principalmente serem compreendidas. Local, onde elas encontram um(a) professor(a) para conversar e narrar suas experiências – muitas vezes no cotidiano da vida carcerária e nas dependências da prisão, são julgadas e punidas, sem direito a tomar a palavra em sua defesa. No cotidiano de silêncio e medo a escola ainda é o lugar da palavra e do diálogo, um espaço de liberdade. Esse mesmo interesse em ir à escola, não ocorre quando falamos das escolas fora da prisão, pois, na realidade, parece que o cotidiano das escolas extra-muros marcado pelo enclausuramento, mantendo-se obediente a uma estrutura estabelecida, em que o aluno na maioria das vezes não tem direito a falar e não é sequer ouvido, sofrendo um processo de disciplinarização.

O cotidiano da escola prisional tem me ensinado o quanto a lógica escolar pode ser fraturada e como é possível que uma outra (nova) cultura escolar se pro-

duza e se estabeleça, nas escolas extra-muros. Afirmo sem medo de errar que o cotidiano de uma prisioneira, tem muito a ensinar à escola extra-muros. Acredito ser fundamental debruçarmos sobre as questões marginais (não estou a fazer nenhum tipo de trocadilho) que nos remetam à compreensão de educação como processo cultural, para vislumbrar outras possibilidades e dimensões para a escola extra-muros.

Priscila Ribeiro Gomes

Mestre em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Membro do grupo de pesquisa Escola, Memória e Cotidiano – GEPEMC/GRUPALFA-UFF.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. O Narrador. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOTA:

1) A esse respeito ver Pérez, Carmen Lucia Vidal. O Lugar da Memória e a memória do lugar na formação de professores: o cotidiano como espaço tempo de (re)criação da história, da memória e da cultura local. Projeto de Pesquisa. Niterói, PIBIC-UFF, 2006, p. 8

OS CRIMES DE GUANTÁNAMO

Tribunal dos EUA bloqueia libertação de 17 chineses muçulmanos presos em Guantánamo

Um tribunal federal de apelação dos Estados Unidos bloqueou a libertação de 17 chineses muçulmanos da etnia uigur da prisão de Guantánamo até novas audiências judiciais em Novembro.

Os detidos permanecem no campo destinado a suspeitos da “guerra contra o terrorismo” há mais de seis anos sem que tenham sido feitas quaisquer acusações formais contra eles. Um tribunal federal americano ordenou no início do mês de Outubro que os 17 chineses

muçulmanos fossem libertados em solo americano. O governo americano tinha eliminado em Setembro as acusações de “combatentes inimigos”, que justificavam até então a sua prisão em Guantánamo.

Fugidos da China, os 17 foram detidos no Afeganistão quando o exercito americano interveio no país por causa dos atentados de 11 de Setembro. Foi a primeira vez que um tribunal ordenou que combatentes da “guerra contra o terrorismo” detidos em Guantánamo

fossem libertados em território americano. Os 17 chineses pedem a sua libertação temporária no território americano até que um terceiro país aceite recebê-los, revelam cópias dos documentos judiciais, obtidas pela AFP. Perante a recusa do tribunal de apelo o governo decidiu manter o grupo em “casas especiais” no centro de detenção de Guantánamo, “até que possam ser instalados num país estrangeiro”. Até ao momento, “pelo menos seis destes homens continuam

em regime de isolamento”, passando cerca de 22 horas numa cela sem luz natural.

Os uigures são uma minoria étnica muçulmana perseguida na China. A Associação de Defesas das Liberdades Civis (ACLU) disse que a “situação dos uigures serve para mostrar o escandaloso e pantanoso nível judicial e moral que é Guantánamo”.

JPS/ com: AFP

■ Erva daninha

Espanha rompe o «pacto de silêncio» 70 anos depois da Guerra Civil

A Espanha precisou de mais de 30 anos de democracia para romper o "pacto de silêncio" estabelecido depois da morte de Franco pelos inimigos da Guerra Civil, que, deste modo, pretendiam contribuir para a reconciliação nacional.

O juiz espanhol Baltasar Garzón anunciou em meados de Outubro a sua competência para iniciar uma investigação sobre os "desaparecidos" da Guerra Civil espanhola e do franquismo, assim como pediu a abertura de várias valas comuns, entre elas a que contém os restos mortais do poeta Federico García Lorca. Garzón declarou-se competente para investigar os desaparecimentos durante o franquismo abrindo formalmente uma instrução sobre as milhares de vítimas da Guerra Civil esquecidas nas valas comuns.

Esta decisão responde aos pedidos apresentadas por várias associações de famílias de vítimas republicanas para que a justiça investigue o desaparecimento dos seus parentes durante a Guerra Civil (1936-39) e a ditadura franquista (1939-75), localizando os corpos e esclarecendo as circunstâncias da sua morte.

As denúncias também assinalam a "existência de um plano sistemático e pré-concebido de eliminação dos oponentes políticos a partir de assassinatos, torturas, exílio e desaparecimento forçado de pessoas a partir de 1936, durante os anos da Guerra Civil e no pós-guerra".

Garzón decidiu passar por cima da lei de amnistia de crimes políticos aprovada em 1977, dois anos após a morte de Franco. Esta investigação, cujo futuro é incerto do ponto de vista jurídico, constitui a última resposta das instituições espanholas a uma exigência cidadã bastante recente.

Foi preciso esperar pela dobragem do século para que algumas associações de famílias das vítimas colocassem em primeiro plano um debate que a Espanha moderna, próspera democracia integrada na União Europeia, acreditava ter silenciado durante a transição para a democracia.

A Associação para a Recuperação da Memória Histórica (AR-MH) foi a primeira a levantar a questão e há oito anos exuma valas e identifica os desaparecidos dessa época e, sem ajuda estatal, realizou a maior parte das 4.000 exumações praticadas em mais de 170 valas comuns.

Sob a pressão dessas associações, o governo do socialista José Luís Rodríguez Zapatero, neto de um combatente republicano fuzilado, elaborou uma controversa lei da Memória Histórica, que finalmente foi aprovada em 2007, e tem por objectivo reabilitar moralmente as vítimas republicanas e localizar e exumar desaparecidos. Essa lei trouxe consigo uma grande polémica e descontentamento em vários sectores. A esquerda reprova o governo por não ter anulado os processos sumários dos tribunais franquistas, que foram declarados apenas ilegítimos, e a direita acusa Zapatero de "reabrir inutilmente as feridas do passado".

Os cineastas espanhóis continuam a retomar os dramas da Guerra Civil e do período franquista. Este ano estrearam dois filmes de sucesso nacional: "13 rosas", a história real de 13 meninas fuziladas pelos franquistas, e "Os girassóis cegos", que representará a Espanha na pré-selecção do Oscar de Melhor Filme Estrangeiro, sobre o drama de um casal de esquerdistas nos anos 40. O realizador Pedro Almodóvar anunciou que o seu próximo filme se baseará nas memórias do poeta comunista Marcos Ana, que passou 23 anos na prisão sob a ditadura franquista.

JPS / com: AFP



Uma escola, muitas trajetórias: o jogo democrático em questão

A escolha por construir uma *escola-outra*, cujo projeto político-pedagógico esteja amparado por princípios de liberdade e de reconhecimento da pluralidade social, não é uma decisão fácil, porque nos exige pensar nas relações que estabelecemos na diferença e nas atitudes que tomamos frente a ela.

O desenho curricular do Colégio de Aplicação Fernando Azevedo (CAp), situado em Cabo Frio, Rio de Janeiro/ Brasil caminha para a construção de espaços interativos e de diálogo que apontam para o reconhecimento do outro – saber, fazer, existir – que é múltiplo e complexo.

Ao situar o jogo político que atravessa as relações escolares, destaco a possibilidade da participação e decisão coletiva para um projeto emancipatório da escola. Oliveira (2005:28) destaca que, *a construção da democracia implica em combater, com práticas reais, todas as formas de expressão do sistema de dominação social, (...) bem como todos os mecanismos de exercício de poder* que subalternizam o outro. Nesse sentido, o CAp vem buscando formas de organização curricular que rompam com a hierarquia disciplinar e as consequências disso: privilégios de algumas disciplinas e professores, fragmentação do plano escolar, assim como o isolamento de grupos dentro da escola.

A todo o momento surgem questionamentos sobre as práticas de integração curricular da escola, tanto na comunidade, como nos próprios debates internos. As dúvidas e questões que surgem trazem um movimento reflexivo sobre a idéia de escola como unidade totalizante, possibilitando o reconhecimento de que os embates que emergem da trama cotidiana expressam as diferentes formas de conceber o currículo.

Entendo que lutar contra valores e crenças cristalizados na cultura escolar exige bem mais que determinação e desejo; é preciso reconhecer que os conflitos fazem parte do jogo democrático que faz movimentar a trajetória social de cada sujeito. A escola, dentro da sua dinâmica social, constrói maneiras coletivas de existência, algumas aprisionadas pela sua ação homogeneizadora, e outras, que resultam plurais e imprevisíveis. A compreensão dos espaços de subjetivação existentes na escola coloca-nos a pensar nas possibilidades de inven-

ção criativa na diferença, onde possam eclodir expressões e práticas diversas daquelas previamente determinadas.

Recentemente (junho/08), o CAp recebeu, em dia letivo, a visita do educador português José Pacheco, que, ao conhecer o projeto pedagógico da escola, decidiu participar da sua rotina. Percorreu as salas de aula e observou a dinâmica do trabalho nelas realizada, trocou experiências com alunos, pais e professores. Foi um dia especial para a comunidade escolar, que percebeu a dimensão da responsabilidade que tem ao tentar dialogar com diferentes concepções e culturas no *espaçotempo* escolar.

Esta escola real, múltipla e complexa vive a sua história, repensando cotidianamente a cultura hegemônica na organização do currículo e permitindo que a rede tecida ali possua variadas cores e tessituras, em movimentos singulares e, ao mesmo tempo, fazendo parte de um mesmo processo.

Angela Chades

Professora da Ferlagos e membro do grupo de pesquisa "Redes de conhecimentos e práticas emancipatórias no cotidiano escolar" na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org). A democracia no cotidiano da escola. Rio de Janeiro: DP&A, 3ª ed. 2005.

Os modelos e as boas práticas na iniciação ao *e-learning*

No início de uma experiência docente em ensino online não haverá espaço para grande criatividade. Será então recomendável seguir o mais rigorosamente possível, sem grande inovação e criatividade o modelo proposto por o modelo pedagógico adoptado (ex. modelo pedagógico da Universidade Aberta) ou as *boas práticas* desenvolvidas por professores mais experientes. O *e-learning* “é ainda fluido e em estado de mudança” assim os modelos ou as *boas práticas* poderão servir de âncora a que o professor se possa agarrar e, de algum modo, fundamentar ou firmar a sua prática.

A inexperiência pode não permitir estar atento aos pontos críticos, a não poder dar respostas flexíveis ou a enfrentar o imprevisto da interacção online. Só o desenvolvimento de sucessivas experiências poderá contribuir para criar uma base de dados (explícita ou implícita) activa de experiências acumuladas que permitam dar respostas mais adequadas às situações imprevistas. Como na escrita, nas artes, no ensino presencial poderemos dizer que será necessário conhecer bem a gramática (regras) para desenvolver uma prática correcta (para isto as normas orientadoras e o conhecimento teórico são boas ferramentas - uma boa cartilha dos princípios básicos e fundamentais). A inovação ou a adequação situações problemáticas, novas e complexas só surgirá depois da incorporação das regras básicas e de experiências acumuladas e reflectidas.

Há, no entanto, alguns instrumentos utilizáveis neste contexto das experiências iniciais do docente online: 1) o bom senso e as experiências anteriores do professor (decorrentes de qualquer situação de ensino a distância ou presencial – “um excelente e-professor é um excelente professor” Anderson); 2) a confiança e diligência mas também a humildade [oposta à arrogância, o ao procurar nos outros, ou nos contextos, as razões dos nossos fracassos expressa numa diversidade de expressões que conhecemos] para a procura

de soluções às situações críticas; 3) o diálogo entre colegas na resolução de problemas, na formação contínua, na investigação, e na troca de informação; 4) sobretudo, parece de singular relevância, ser-se capaz de superação, inovação e perseverança típica dos pioneiros num terreno estranho (Anderson).

Não esqueçamos também que há variáveis a considerar exteriores às disciplinas ou matérias a ensinar: 1) estas são frequentemente da responsabilidade da estrutura e nem sempre estarão bem integradas nos cursos de que fazem parte. Alguns autores referem que as mudanças no ensino exigem uma mudança na cultura institucional (DART – Columbia University e London School of Economics); 2) não esqueçamos também que estamos em Portugal com uma população adulta com um deficit de utilização das tecnologias, com hábitos de focalização de interesse mais nos resultados da avaliação que no saber, no desenvolvimento de competências [a não ser as de realização dos exames], no trabalho académico.

No ensino presencial as salas, quando a presença não é obrigatória, estão geralmente vazias ou com estudantes pouco participativos e os estudantes de ensino a distância tradicional (2ª geração ou modelo), durante o ano, centram a sua interacção com os professores sobretudo no saber como é o exame, o modelo de exame, as respostas às perguntas do exame.

Não esqueçamos também que, na nossa época, há uma acentuada mudança de valores na sociedade e na cultura mas também nas gerações. Caracterizar essa mudança com alguns tópicos: 1) apetência para uma recompensa imediata de um esforço – se o curso não responde a necessidades sentidas e não pressentem recompensas imediatas (emprego, saídas profissionais, boas remunerações, etc...) abandona-se, larga-se. Isto acontece em muitas outras situações da vida social actual



tornando-se, de certa forma, uma dimensão cultural da nossa época; 2) o entretenimento e o divertimento, sobretudo nos estudantes mais jovens, são mais apelativos que o esforço, o sofrimento, o trabalho, mesmo que estes conduzam a melhores oportunidades – seu maior interesse está mais orientado para o imediato; 3) o trabalho e o ensino online, baseado nas tecnologias, vão ao encontro dos mais jovens habituados a usá-las sobretudo nos jogos. Desta situação decorrem inúmeras perguntas: A estruturação dos conteúdos aproveita esta sinergia, esta disponibilidade, esta capacidade instalada? O que sabemos e utilizamos como novas formas de estruturação de

conteúdos (menos monolíticos – forma de “os modificar facilmente em resposta à necessidade dos estudantes... a flexibilidade é um custo, a personificação do produto é mais cara que a standardização (Anderson). 4) as tecnologias respondem a necessidades e a motivações dos jovens e mesmo de adultos nas sociedades actuais – interesse pela auto-expressão, auto-realização susceptíveis de serem exploradas no *e-learning* (Peters, Aretio, Shneiderman, Anderson).

José da Silva Ribeiro

Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa

«SUICIDAM» O PLANETA

Plano europeu para o clima é uma ‘loucura’, afirma ministro italiano

As propostas para combater as alterações climáticas continuam a encontrar fortes resistências. Estas vêm de todos aqueles para quem o lucro imediato continua a ser mais importante do que o futuro do planeta e das gerações futuras. Uma das últimas manifestações de feroz resistência veio do actual governo italiano presidido por Berlusconi.

O plano europeu para o clima “é uma loucura”, tanto para as empresas como para os Estados, declarou em

18 de Outubro o ministro italiano da Administração Pública, Renato Brunetta, em resposta às críticas feitas à Itália por parte da Comissão Europeia.

“A Europa tem poucas razões para nos criticar porque o plano 20-20-20 é uma loucura, tanto para as empresas como para os Estados”, declarou o ministro em visita ao norte do país, segundo a imprensa local.

Brunetta referia-se ao projecto da União Europeia conhecido como plano 20-20-20 pelas três metas

fixadas: reduzir em 20 por cento as emissões de gás causadoras do efeito estufa, que as energias renováveis representem 20 por cento do total consumido e alcançar uma economia de 20 por cento de energia. Tudo isto até 2020.

“A atitude [da Comissão Europeia] é uma loucura, sobretudo num país manufactureiro como a Itália que tem uma densidade de empresas superior à média europeia e que ficaria em desvantagem”, afirmou o ministro.

O chefe do governo italiano, Silvio Berlusconi, afirma que o custo anual do projecto seria de 25 mil milhões de euros, enquanto o comissário europeu para o Meio Ambiente, Stavros Dimas, se declarou “aturado” por esse valor e perguntou como [Berlusconi] havia inventado tal valor.

JPS/ com: AFP



Desigualdades de rendimento têm aumentado ao longo dos últimos vinte anos

Economia dos mais fortes prejudica trabalhadores de todo o mundo

O mais recente relatório da Organização Internacional do Trabalho considera que a globalização económica não está a beneficiar a maioria dos trabalhadores. Num mercado de trabalho caracterizado pelo aumento das relações informais de trabalho a OIT afirma que as desigualdades de rendimento têm aumentado em todo o mundo ao longo dos últimos vinte anos.

O relatório da Organização Internacional do Trabalho relativo a 2008 abre com um capítulo dedicado às actuais tendências relativas ao emprego e às desigualdades, tema que constituiu o fio condutor de todo o documento. Contextualizando a análise desta questão, os autores admitem que o abrandamento económico mundial está a afectar de forma desproporcionada os grupos de baixos rendimentos, tendência que se desenvolve após uma fase expansionista onde as desigualdades de rendimento estavam já em crescimento na maioria dos países.

O recente período de expansão económica, que está agora a entrar numa fase de estagnação e recessão, foi acompanhado por um crescimento substancial do emprego em muitas regiões do mundo. Entre 1990 e 2007, a taxa de emprego a nível mundial cresceu cerca de 30 por cento. No entanto, houve uma considerável variação na forma como o mercado de trabalho evoluiu nos diversos países analisados. A isto acrescenta-se o facto de a maioria dos cidadãos não ter partilhado de igual forma os ganhos resultantes deste crescimento das taxas de emprego. Em particular as mulheres, que em muitas regiões continuaram a ser as mais afectadas com o desemprego, com números a rondar os 80 por cento em zonas como o Médio Oriente, o norte de África e a Ásia e Pacífico, . Com o crescimento das taxas de emprego ocorreu, simultaneamente, um processo de redistribuição da riqueza gerada exteriormente ao contexto de trabalho. Em 51 dos 73 países analisados neste estudo, a percentagem dos salários no total dos rendimentos decresceu nas últimas duas décadas, não só em regiões consideradas economicamente subdesenvolvidas, como a América Latina e Caraíbas e Pacífico, mas também nas denominadas Economias Avançadas.

Entre 1990 e 2005, aproximadamente dois terços dos países experimentou um aumento das desigualdades de rendimento. Por outras palavras, os rendimentos dos agregados

familiares mais ricos cresceram por comparação com os dos mais pobres. O estudo lembra, a este propósito, que o fosso salarial entre os 10 por cento que mais ganhavam e os que menos ganhavam aumentou em 70 por cento dos países analisados. Portugal, a par da Hungria, Polónia e Estados Unidos, é referido como um dos países onde este crescimento desigual se acentuou drasticamente ao longo deste período. A desigualdade de rendimentos está também a aumentar de forma crescente entre os executivos das empresas e o trabalhador médio. Nos Estados Unidos, por exemplo, os administradores de topo das quinze maiores empresas do país ganham 500 (quinhentas) vezes mais do que os empregados. Mesmo em Hong Kong e na África do Sul, onde os executivos não ganham estas fortunas, o salário dos administradores representa, respectivamente, 160 e 104 vezes, o salário médio de um trabalhador.

E as perspectivas, ao contrário do que seria de esperar, parecem ir no sentido destas diferenças se acentuarem, acompanhadas de uma subida acentuada dos preços dos bens de primeira necessidade, nomeadamente dos bens alimentares, que afectam principalmente os agregados familiares mais pobres.



Apesar de os autores do estudo defenderem que esta desigualdade de rendimentos pode, na perspectiva macroeconómica, ter alguns efeitos positivos na economia - no sentido em que é encarada como uma recompensa pelo esforço, pelo talento e pela inovação, que consideram ser os motores para o crescimento económico e para a criação de riqueza -, alertam, no entanto, para o perigo que os actuais níveis excessivos de desigualdade estão a atingir, representando um perigo para a estabilidade social e para a própria eficiência económica.

Além disso, alertam para o risco de, nas actuais circunstâncias, os grupos económicos mais favorecidos procurarem assegurar vantagens competitivas que possam resultar em medidas ineficientes para a economia, como a distorção da carga fiscal ou a alocação de fundos públicos, indo mesmo contra o interesse geral dos países. Por outro lado, à medida que as desigualdades de rendimento crescem, o apoio social a políticas de crescimento pode ficar seriamente comprometido.

Nesse sentido, aliás, os autores chamam a atenção para a crescente percepção por parte da opinião pública de muitos países de que a globalização não está a trazer vantagens à maioria dos cidadãos, beneficiando apenas uns poucos. O desafio político para o futuro próximo terá, assim, de passar por medidas de incentivo à criação de emprego, formação e investimento, evitando, ao mesmo tempo, o crescimento de desigualdades vistas como economicamente ineficientes e socialmente prejudiciais.

Políticas de redistribuição da riqueza falham objectivos

Um outro capítulo do relatório dedica-se à análise do impacto das políticas fiscais e sociais na redistribuição dos ganhos e das perdas associadas ao crescimento económico dos últimos quinze anos. Reco-

nhecendo que o sistema tributário pode constituir um poderoso mecanismo de redistribuição da riqueza, os autores concluem, no entanto, que as transferências financeiras derivadas dos impostos e dos incentivos sociais não conseguiram, no geral, inverter a tendência crescente de desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores.

Uma das razões adiantadas baseia-se no facto de a taxa de impostos ter vindo progressivamente a perder o seu carácter de escalonamento de acordo com os rendimentos e, por isso, ser menos passível de conseguir atenuar a crescente desigualdade de rendimentos verificada na maioria dos países.

A OIT afirma que, de uma forma geral, os impostos indirectos têm-se tornado numa crescente fonte de receitas para os orçamentos dos governos, contrastando com o progressivo decréscimo das receitas fiscais colectadas às empresas situadas nos escalões de rendimento mais elevados. Entre 1993 e 2007, a taxa de impostos das empresas diminuiu de uma média de 37,5 para 27,1 por cento. No caso dos impostos sobre os rendimentos dos trabalhadores de topo, a média passou dos 37 para os 34 por cento durante o mesmo período.

O estudo refere ainda que o enfraquecimento progressivo dos sistemas fiscais não foi compensado pelo aumento das transferências de carácter social no sentido da redistribuição da riqueza. Nos últimos quinze anos, assistiu-se a uma diminuição da percentagem destinada a ajudas sociais no conjunto do Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos e do continente africano, tendo aumentado ligeiramente nas restantes zonas do globo.

Apesar das medidas de assistência social dirigida a grupos específicos ter um carácter mais escalonado face a outro tipo de transferências financeiras de carácter social, em particular nos países em desenvolvimento, as dotações orçamentais destinadas a políticas assistencialistas são consideradas demasiada-

mente limitadas para terem um impacto positivo na resolução das desigualdades.

Ao mesmo tempo, apesar dos gastos com programas de segurança social terem aumentado em muitos países em desenvolvimento, na maior parte das vezes eles têm poucos efeitos na redução das desigualdades de rendimento. Tais programas, dizem os autores, tendem a ter um escalonamento mais ligeiro (caso de muitos países desenvolvidos e dos países onde os descontos não são obrigatórios) e mesmo um carácter regressivo, já que em muitos países em desenvolvimento os trabalhadores do sector informal estão excluídos da segurança social.

O organismo recomenda que na altura de porem em prática políticas de combate à desigualdade de rendimentos baseadas no sistema fiscal e na atribuição de subsídios os governos assegurem a sua eficácia, já que uma má concepção das mesmas pode afectar o crescimento económico e o mercado de trabalho, e, em alguns casos, aumentar mesmo as desigualdades. No entanto, a OIT garante que é possível conjugar o crescimento e o aumento das taxas de emprego ao mesmo tempo que se reduz as desigualdades, apontando os exemplos do Brasil, das Ilhas Maurícias e da Malásia.

Decréscimo da sindicalização diminui poder de equilíbrio dos trabalhadores

O relatório da OIT debruça-se igualmente sobre o papel das instituições ligadas ao trabalho (entidades como as organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores, os sindicatos ou os organismos de negociação colectiva) na redução das desigualdades. Começando por referir o considerável declínio das taxas de sindicalização ao longo das últimas duas décadas - especialmente elevado na Europa central e do Leste, onde eram tradicionalmente altas -, a OIT conclui que as mudanças verificadas ao nível das estruturas e do carácter da negociação colectiva foram menos acen-



tuadas. Verificou-se, no entanto, uma ligeira mudança no sentido da sua descentralização e de um carácter menos coordenado das estruturas de negociação.

Confirmando a ideia do aumento generalizado da desigualdade de rendimentos em praticamente todos os países em análise, os autores referem não se poder, no entanto, estabelecer uma relação entre este crescimento e as mudanças operadas ao nível daquelas instituições. O declínio das taxas de sindicalização, em particular, não ajuda a explicar o crescimento das desigualdades – à excepção dos países da Europa Central e de Leste, onde, diz a OIT, este factor parece ter tido um papel preponderante.

A análise efectuada pela OIT sugere ainda que os desenvolvimentos mais recentes referentes ao crescimento das desigualdades conseguem ser previstos mais eficazmente através dos factores económicos do que pelas mudanças nas instituições ligadas ao mundo do trabalho. Apesar das suas debilidades, estas instituições continuam a desempenhar um papel fundamental como fiel da balança e como agentes redistribuidores da riqueza na maioria dos países, à excepção da América Latina, onde, de acordo com a opinião dos investigadores, falham frequentemente neste domínio.

Nos países com economias mais desenvolvidas, pelo contrário, a maior actividade sindical, a melhor coordenação das estruturas de negociação colectiva e um leque mais abrangente de acordos de negociação colectiva estão associados a um sistema mais alargado de bem-estar no domínio das relações de trabalho. Desde os anos 90, porém, as instituições ligadas ao trabalho diminuíram no geral a sua capacidade de inverter directamente as desigualdades como até aí acontecia.

Aumenta natureza informal das relações de trabalho

No capítulo dedicado às mudanças nos padrões do mercado de trabalho, os autores consideram não existi-

rem evidências que relacionem directamente as mudanças ocorridas no domínio das relações de trabalho e o aumento das desigualdades. Isto, na medida em que alguns dos países conseguiram criar emprego e aumentaram significativamente as situações de desigualdade, ao passo que outros tiveram igualmente boas performances na criação de emprego e viram as suas desigualdades estabilizarem ou mesmo decrescerem. Neste sentido, o estudo da OIT refere que tal discrepância reflectirá a natureza diversificada dos empregos criados.

No entanto, ao longo dos últimos quinze anos a percentagem da natureza informal das relações de trabalho cresceu na maioria dos países. Nas chamadas Economias Avançadas, os empregos a tempo parcial ou de carácter temporário encontram-se em subida, embora as suas características difiram consideravelmente de país para país. Nos países da Europa Central e do Leste, porém, a tendência caminha no sentido de uma diminuição do trabalho a tempo parcial e do chamado auto-emprego, a par de um ligeiro acréscimo no trabalho temporário.

A incidência de empregos informais em países populosos e com crescimento económico rápido, como o Brasil, China e Índia mostra que esta tendência, que já antes era comum, manteve-se significativa e dá mostras de continuar a crescer.

Os empregos não contratualizados são geralmente menos bem pagos do que os empregos permanentes assalariados. Nos países europeus, os empregos temporários são pagos, em média, 20 por cento abaixo dos empregos permanentes. Na América Latina, os trabalhadores com empregos informais ganham, em média, 43 por cento menos do que os trabalhadores por conta de outrem, ao passo que na Índia os trabalhadores ocasionais (que constituem o grosso do trabalho informal), ganham cerca de 45 por cento menos do que os trabalhadores regulares.

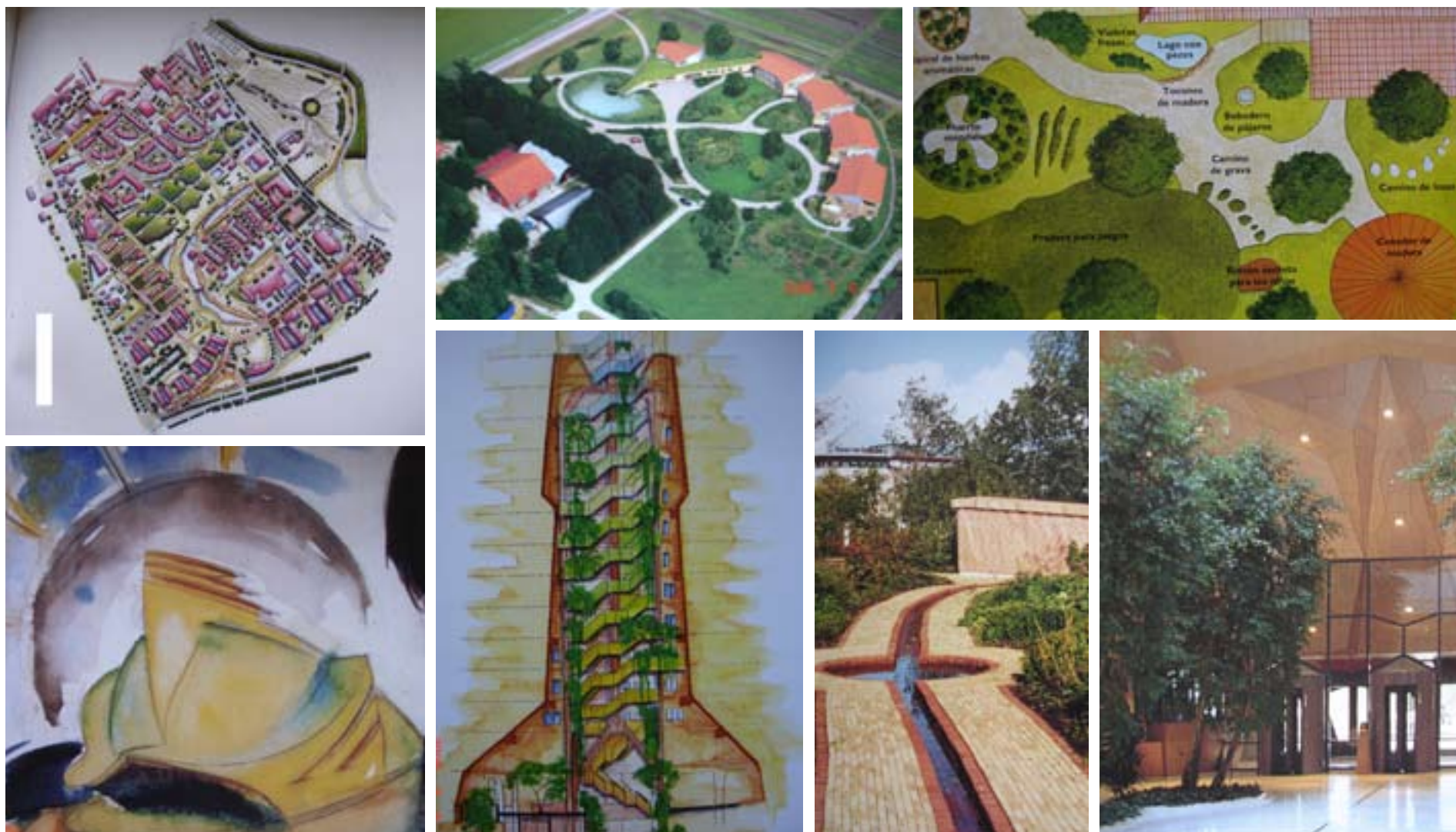
Inverter o impacto dos efeitos causados pelo aumento do carácter informal das relações de trabalho no

peso dos rendimentos dos trabalhadores com baixos salários irá depender em grande medida, concluem os autores, do seu próprio esforço - isto é, através de mais trabalho.

Aos decisores políticos, afirmam, coloca-se a tarefa de evitar o aprofundamento do crescente fosso entre o trabalho formal e informal, dando o exemplo de alguns países da América Latina, onde algumas das reformas laborais tiveram como objectivo tornar o sector formal mais atractivo para os empregadores e são um exemplo do que pode ser feito.

Como conclusão geral, os autores do relatório sublinham que a actual tendência de crescente desigualdade na distribuição do rendimento verificada na maioria dos países carece urgentemente de ser invertida. A desigualdade de rendimentos, afirmam, deriva em grande medida de factores que não conduzem a uma maior eficiência económica – nomeadamente a forma como a globalização no sector financeiro se desenvolveu ao longo das últimas duas décadas –, que acarretam, em si, consideráveis riscos do ponto de vista da coesão social e da manutenção do apoio a políticas de crescimento.

Neste sentido, tem crescido a percepção de que os actuais mecanismos de distribuição dos rendimentos não é justa. O poder político deverá pôr em prática políticas e abordagens que ajudem a resolver as desigualdades de rendimento e assegurar que os ganhos do crescimento económico são distribuídos de uma forma mais sustentável, ao mesmo tempo que mantém o dinamismo económico. Entre outras, são necessárias iniciativas a nível internacional, nomeadamente ao nível da reforma do actual modelo financeiro. Mas as políticas domésticas podem igualmente fazer a diferença. O reforço de instituições tripartidas, a existência de regulações laborais bem estruturadas e uma maior protecção social e respeito pelos direitos básicos dos trabalhadores assumem, neste contexto, particular importância.



Carta de intenções para uma Eco-Faculdade de Arquitectura

O trabalho prático, este ano, constitui mais um passo nas preocupações pedagógicas que a cadeira de ecologia urbana vem promovendo.

Desde há vários anos, conforme se pode verificar através das sucessivas contribuições na Anuária e no jornal A Página da Educação, tenho promovido uma focagem ecológica através de propostas concretas. Temos feito uma abordagem mais centrada sobre a cidade do Porto.

Foram vários os trabalhos dos alunos sobre a cidade: trabalhos práticos sobre o Porto, o Parque da Cidade, o Campus Universitário e este ano, a Faculdade de Arquitectura.

Ao longo destas experiências temos vindo a utilizar a metodologia Dieter Magnus, na revelação duma realidade que se pretende mudar e que exige uma visualização prévia de cenários possíveis que antecipem essa estratégia de mudança.

Por outro lado, utilizando o conceito de acupuntura urbana de Jaime Lerner, procuramos propor intervenções em pontos decisivos que devido ao posicionamento e à dinâmica de conteúdo social, criem sinergias para uma transformação mais profunda e alargada. Esses pontos de intervenção sistémica mobilizam acções interactivas no local e no global, contribuindo assim para

uma geoestratégia articulada e planeada a curto, médio e longo prazo.

A escolha da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto é um exemplo dessa eco-geoestratégia.

Gerar uma escola de arquitectura pela sua forma e conteúdo exemplares é agir num edifício de valor simbólico para a arquitectura. Por outro lado, ligando o edifício à própria formação de eco-arquitectura é gerar novos agentes para o futuro da arquitectura.

O eco-edifício torna-se gerador de sustentabilidade e maior autonomia para a manutenção do seu funcionamento, tornando-se uma experiência-piloto exemplar.

Vejamos como se pode antever esse edifício exemplar:

Criar um espaço de relação com a comunidade, abrindo a escola a serviços para o exterior (cursos, workshops, cinema, teatro, música, etc.);

Criar uma escola para crianças com um jardim de aventuras que possa dar apoio aos filhos de professores, funcionários e alunos e também para a população do bairro;

Desenvolver hortas rurais de apoio à cantina e um ponto de venda com produtos agro-ecológicos. O uso da permacultura poderá estabelecer “zonas” inter-activas e permitir elementos simbióticos geradores de multifuncionalida-

des integradas. Assim, os taludes serão processos naturais de divisórias, cortaventos e simultaneamente eco-topos para variadíssimas produções de arbustos e árvores de fruto. A cantina poderá abrir-se a utentes externos à escola;

Desenvolver uma logística em energias renováveis que permita fazer da eco-escola um centro positivo, gerador de energia (eólica e solar) que, para além de tornar autónoma a Faculdade, permitiria a venda de energia à EDP;

Promover a recolha de águas pluviais e proceder à biodepuração de águas residuais. Estas águas podem permitir reservas para a horta e pomar, ao mesmo tempo que podem alimentar uma piscina biológica e lago piscícola;

Proceder a um ciclo de metabolismo circular de modo a que todo o “lixo” se torne “nutriente” no processo de reciclagem e reutilização. Os nutrientes orgânicos são compostados e utilizados como fertilizantes em agro-ecologia. As águas serão, como vimos, reutilizadas nas diversas funções (rega, uso doméstico, piscina, lagunagem, etc.);

Um vasto sistema de bioclimatização permitirá, preventivamente, evitar despesas no aquecimento ou arrefecimento. Será necessário proceder a um ecopaisagismo, orientando as árvores e os desniveis, os muros verdes, os taludes, os declives e os espelhos de água, co-

mo pontos de equilíbrio bioclimático externo, antes mesmo de intervir no edifício. No edifício, propriamente dito, o uso de materiais de acumulação térmica e de isolamento, permitirá um maior conforto, sendo aplicados vários sistemas (tectos verdes, sistema Trombe, termoacumuladores solares, acumuladores de poços canadianos e provençal, estufas solares, etc..)

Criar uma rede de comunicações pedonais, passarelas e vias de velocípedes, integrando todo este sistema aos transportes colectivos de ecotransporte.

Todos esses processos serão articulados segundo uma sensibilização estética e uma funcionalidade sistémica gerada através de uma ecotecnologia o mais apropriável possível pelos utentes.

Todas essas actividades exigem eco-competências transdisciplinares e pressupõem equipas solidárias de investigação e aplicação prática. Esta é a renovação universitária por excelência, deste projecto. É que ele pretende ser uma ruptura epistemológica em relação à forma do ensino tradicional, baseada no academismo serôdio, na ausência de experimentação e no corporativismo dum saber disciplinar limitado e arrogantemente auto-convecido.

Jacinto Rodrigues

Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto



ANA ALVIM

“Os alunos devem aprender a ser professores de si próprios”

Nascido em Lisboa a Janeiro de 1948, Vítor Oliveira Jorge licenciou-se em História pela Faculdade de Letras de Lisboa decorria o ano de 1972. No ano seguinte viria a tornar-se professor assistente dos Cursos de Letras da Universidade de Luanda, lugar que ocupou até Setembro de 1974, tendo, após o seu regresso a Portugal, ocupado este mesmo cargo na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) até 1982. Nesse ano doutorou-se em Pré-História e Arqueologia nesta faculdade, prova na qual obteve a classificação máxima. Em 1984 torna-se professor associado da FLUP, e seis anos depois, em 1990, toma posse como professor catedrático.

No âmbito da sua actividade docente, foi durante vários anos coordenador do mestrado de Arqueologia da FLUP, desde a sua fundação, no ano lectivo de 1989/90, naquela que constituiu a primeira formação autónoma nesta área em Portugal. Foi também presidente do conselho directivo da FLUP entre Dezembro de 1994 e Dezembro de 1995. Ainda nesse ano, e até Setembro de 1996, presidiu à Comissão Instaladora do Instituto Português de Arqueologia, organismo tutelado pelo Ministério da Cultura.

Tem presidido à direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia ao longo de diversos mandatos, e em 1997 fundou, no Porto, juntamente com outros colegas, a Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, a cuja direcção preside também actualmente. Arqueólogo, poeta e ensaísta, Vítor Oliveira Jorge publicou cerca de 300 trabalhos científicos e de divulgação e várias dezenas de livros. É colaborador regular deste jornal desde 2006, assinando a rubrica “Consumir-se e Consumar-se no Consumo”.

Apesar de ser formado em História, é sobretudo um investigador apaixonado pela arqueologia. Enquanto professor, sente que existe interesse por parte dos alunos por esta área?

Sim, bastante. Acontece-me inclusivamente ser abordado por pessoas que, estando a tirar outros cursos, me dizem que gostariam de ter tirado arqueologia. Não há, portanto, aquela ideia de que a arqueologia é uma formação de banda curta, pelo contrário. Porque de facto ela incide desde os tempos mais remotos da humanidade até à actualidade. Ainda recentemente, o caso da nau portuguesa encontrada ao largo da Namíbia é testemunho do interesse bastante generalizado pela arqueologia.

E que demonstrará, provavelmente, que esse interesse terá frequentemente o seu quê de comercial...

Sim, mas infelizmente o que é que hoje em dia não tem um carácter comercial a gravitar em torno de si? Há, de facto, empresas internacionais especializadas na caça ao tesouro. Mas compete a cada país ter os meios de vigilância e de controlo adequados a esta actividade. E não apenas no domínio da arqueologia subaquática, mas também na protecção e na construção de uma ideia de património público, possibilidade que, no nosso país, ficou comprometida por várias décadas de ditadura, que impediu a construção de uma modernidade. Ao mesmo tempo que se

democratiza, descoloniza e faz retornar cerca de um milhão de pessoas ao país, Portugal quis modernizar-se, mudar de ciclo e entrar na Comunidade Económica Europeia. Tudo isto é feito encavalitando períodos históricos uns nos outros, o que nos fez, na prática, transitar de uma pré-modernidade para uma pós-modernidade.

E toda a estrutura de inventariação, protecção e uso comum do património como recurso cultural - para aplicar uma expressão muito do agrado dos actuais gestores - está muito ligada à modernidade europeia. Nos países industrializados, sobretudo os do norte da Europa, desde o século XIX que se criou uma indústria de turismo condensada em torno do interesse pelo património, pelo pitoresco.

É uma profissão difícil de exercer?

A nossa sociedade criou uma ideia, na minha opinião ao mesmo tempo pragmática e perversa, assente num funcionalismo e num utilitarismo excessivos, ou seja, esquecendo que tudo aquilo que não é imediatamente útil hoje poderá revelar-se de extrema utilidade no futuro. Ora, se existe uma indústria que cresce e que cria empregos a nível mundial ela é a cultura, no sentido geral do termo. E com ela a arqueologia. A indústria do turismo precisa de vender os sítios, e para isso é preciso ter museus, monumentos e locais de interesse para mostrar. Neste sentido, a arqueologia não será mais do que o processo de fabricação de sítios arqueológicos, ou seja, daquilo

que se vai vender. Tudo isto, para dizer que o mercado de trabalho na arqueologia existe, e que actualmente existirão talvez cerca de mil arqueólogos (ou perto disso) credenciados, ou seja, que estão autorizados a dirigir escavações arqueológicas no nosso país.

O problema é que, tendo em conta que o sistema empresarial nesta área está numa fase pouco amadurecida, as empresas ligadas a ela tendem a funcionar numa lógica que, em certa medida, é contrária àquela a que me habituei, ou que sempre quis seguir quando optei pela carreira de professor universitário, que é a lógica do investigador.

«A maioria da arqueologia como área de ensino ocorre apenas no final dos anos noventa.»

A conservação do património tem de passar necessariamente por esse intuito de carácter comercial?

Nós conhecemos o mundo e o país onde vivemos e a situação que atravessamos actualmente...

Além disso, a arqueologia, tendo na sua matriz uma ideia de antiguidade, de história, de origens, é uma área do saber que, enquanto disciplina científica, surge, como muitas outras, no século XIX, com o advento da industrialização. Portugal tem aí, desde logo, um primeiro atraso, e quando no século XX teve oportunidade de modernizar-se e acompanhar o desenvolvimento da arqueologia, a ditadura provoca um corte profundo, de base política, que impediu a sua promoção e modernização como sistema, quer do ponto de vista de uma investigação séria, profunda e continuada, quer do ponto de vista da organização estatal, regional e local dos serviços de protecção, acatamento e prevenção do Património. O que significava um ordenamento do território que incluísse a arqueologia. Ora, se o ordenamento do território não existiu em termos geográficos e ambientais, ou se traduziu em legislação que nunca se cumpriu, evidentemente que a arqueologia tinha de ter ficado - e continua a ficar - na cauda de toda essa falta de controlo sobre o que é o ordenamento do território, que é um conceito moderno, de planeamento, prevenção e de estudo atempado.

Ao mesmo tempo, não houve também ainda tempo de fazer a devida articulação entre as universidades, que no fundo concedem os graus, a formação e preparam as pessoas, e o mundo real. Apesar de hoje existir um número bastante razoável de arqueólogos licenciados, a primeira licenciatura autónoma nesta área aparece na Faculdade de Letras do Porto no ano lectivo 1999/2000. Antes disso, ela era apenas uma variante dos diversos cursos de História. Ou seja, a maioria da ar-

queologia como área de ensino ocorre apenas no final dos anos noventa.

Mas esse carácter comercial está ou não presente na ideia de preservação do Património?

Comercial talvez num sentido muito mais geral, da economia imediata comandar tudo, mas na verdade nada pode subsistir sem ser pago pelos contribuintes ou pelos utentes...

Ou financiado pelas grandes empresas, que actuam como mecenas...

Sim, apesar de aqui o mecenato não ter a mesma expressão de outros países, como acontece com o sector bancário em Espanha, por exemplo, que financia muitas publicações e iniciativas diversas na área da arqueologia, da defesa do património e da promoção da cultura em geral. Em Portugal nunca tivemos essa tradição, e para os bancos é mais vantajoso promoverem espectáculos de grande impacto mediático que garantam uma maior repercussão pública. Não faz sentido, na sua lógica empresarial, patrocinar as pequenas entidades. Em Portugal faz falta a existência de um tecido associativo forte, difícil de consolidar-se porque, mais uma vez, não existe uma tradição de modernidade, de associativismo, de voluntariado, enfim, a ideia de um espaço público onde se pode intervir de uma maneira não lucrativa. O voluntariado que ainda vai subsistindo é praticamente inexistente na área da arqueologia, porque na perspectiva do funcionalismo e do utilitarismo imediatos a que a nossa sociedade está confinada não é considerada uma necessidade prioritária. A factura que Portugal herdou do salazarismo - muitas pessoas escamoteiam isto e os jovens simplesmente ignoram-no - irá perdurar por décadas.

Considera, ainda assim, que exista algo como uma política coerente de salvaguarda do Património?

Leis existem muitas, e em Portugal elas serão até das mais coerentes a nível europeu. E também não será pela ausência de formação ou da competência dos profissionais ligados esta área. O problema, na minha opinião, está na falta de recursos e, sobretudo, na ausência de uma ampla discussão pública sobre este tema. Que deriva, ela própria, da falta de consciência pública para a questão. A organização do aparelho de Estado e a importância que os diversos governos atribuem à cultura, que ficou agora patente na aprovação do Orçamento para 2009, tudo isso é o reflexo da consciência pública dos cidadãos - ou da falta dela, neste caso. Se a isso acrescentarmos o facto de estarmos a viver numa época de grande crise económica e de instabilidade global, evidentemente que se torna muito difícil traçar uma política para a arqueologia com efeitos concretos.

O problema de fundo, a par da desarticulação do debate político e cultural em Portugal, é que não há uma cons-

ciência pública do valor do Património, que é um valor a longo prazo, que não se coaduna com os ciclos eleitorais, por um lado, e com a mercantilização e o desejo de retorno financeiro imediato de quem nele investe - mesmo que muitas vezes esse dinheiro seja público. Há, portanto, uma espécie de choque ideológico e prático entre o que seria desejável e o acontece decorrente de uma falta de planeamento que já vem muito de trás.

Ou seja, a política que existe é talvez a possível. Cada país tem o que merece e o que os seus cidadãos querem - ou que são induzidos a querer, que é uma questão um pouco mais complexa. O espólio da nau portuguesa recentemente encontrada na Namíbia, por exemplo, irá ficar, julgo, exclusivamente na posse do governo deste país, que nos autorizou apenas a estudá-lo. E talvez, apesar de tudo, Portugal estivesse em condições económicas de negociar a vinda de uma parte deste espólio para o país.

Há uma aptidão popular pelos assuntos ligados à História

Paralelamente a este tema, existe uma outra questão que, de certa forma, reflecte também essa consciência pública a que se refere: o ensino da História. Formulo esta pergunta nos mesmos termos com que iniciei esta entrevista: existe hoje em dia interesse pela aprendizagem e pelo ensino da História?

Julgo que sim. Aqui na Faculdade de Letras, aliás, nunca tivemos falta de alunos nesta área, e a minha percepção é de que existe uma crescente curiosidade pela História. E este interesse acompanha, evidentemente, o grau de escolaridade e de modernização do país. Veja-se, por exemplo, o fenómeno José Hermano Saraiva, que através da televisão se transformou num "best-seller" nacional... Claro que não se trata de um tipo de abordagem que traduza a minha perspectiva mais problematizante da História, mas mostra que, apesar de tudo, há uma aptidão popular pelos assuntos a ela ligados.

Pensa que esse rigor está patente no ensino da História nas escolas ou ela é, de alguma forma, mistificada para passar uma imagem glorificadora do passado de Portugal?

A História tem sempre uma perspectiva política, porque ela é sempre elaborada de um determinado ponto de vista. Evidentemente que a História séria é aquela que, assumindo essa necessária subjectividade e ponto de vista, se procura munir de elementos de contrastação para atingir aquilo que se poderá designar por uma certa objectividade. Mas não há nenhuma História que seja como a matemática, ela não é passada pelo éter, digamos as-

sim... A História é toda ela uma visão dos acontecimentos passados através da qual se procura uma ordem que de, certo modo, justifique e consolide uma perspectiva presente. Ou seja, existe sempre uma perspectiva interessada da História, qualquer que ela seja.

Mas será assim tão subjectiva que cada país tenda a construir e a promover uma perspectiva histórica própria?

Penso que essa tendência estará intimamente relacionada com a tradição nacionalista que se origina no século XIX. É preciso ver que muitos países se constituíram-se enquanto tal já na modernidade; não tinham, por exemplo, a unidade territorial e linguística que Portugal tem desde há séculos. E, no caso português, talvez essa tenha sido uma das razões pela qual nunca houve um grande interesse pela arqueologia, em particular por parte da ditadura.

Porque as grandes ditaduras - veja-se o caso do nazismo e da cruz gamada, um antiquíssimo símbolo solar, ou do nacional socialismo italiano, que recuperou algum do aparato do antigo império romano - foram buscar à arqueologia a inspiração para muita da sua imagética. Também na União Soviética e nos países da sua esfera de influência se promoveram grandes escavações arqueológicas de prestígio, tal como aconteceu com países sociais democratas do Ocidente, como a França, que apostou na recuperação de locais carismáticos, particularmente aqueles que se relacionavam com Vercingetorix e a sua resistência ao império romano. Uma recuperação, enfim, do nacionalismo, ao qual a arqueologia está muito ligada, sobretudo a partir dos séculos XVIII e XIX, com a valorização das raízes que deram sustentação ao Estado nacional.

Nesse caso, que visão subjectiva da História deveria Portugal promover?

Nunca teria, obviamente, a pretensão de sugerir a promoção de qualquer tipo de receita para a História de Portugal. Considero é que a História deve, tal como todo o ensino, seja ele da arqueologia ou de qualquer outra matéria, envolver de perto os dois elementos fulcrais do acto de comunicação: o professor e os alunos. Julgo que os alunos devem aprender a ser os professores de si mesmos, em todos os graus de ensino. E para isso tem de haver um ensino activo, em que o aluno seja levado a tal e não obrigado. Ao mesmo tempo, tem de haver disciplina - até para que eles se possam revoltar contra ela.

Acima de tudo, porém, é fundamental dar-se a possibilidade a cada estudante de construir a sua própria visão da História, começando desde logo pelo ensino primário, senão mesmo antes. E de não se fixar o ensino apenas nas grandes figuras, nos reis, nas batalhas ou nas chamadas descobertas - do nosso ponto de vista, claro, porque quem lá estava descobriu-nos a nós também



ANA ALVIM

– que mais não foram do que pontos de encontro de culturas. Há que reformular essa visão da prática da História, porque ela deve ser uma prática vivida pelos povos, tanto quanto possível com algum cuidado e rigor para não cairmos por exemplo em certas ridicularias folclóricas de cortejos históricos que de histórico têm muito pouco... Mas que, enfim, são melhores do que nada, mostrando uma certa aptidão e vontade públicas de apreender a História.

«Cada terra quer ter o seu herói, o seu doce, o seu festival, o seu centro cultural, qualquer coisa que chame a atenção»

Concorda com a ideia de que a perspectiva histórica ensinada nas escolas parte quase invariavelmente de um olhar ocidentalizado e que se esquece frequentemente o papel das outras civilizações?

Esse é um problema muito mais profundo. Como já referi há pouco, a História não é inocente e evidentemente que está eivada de uma ideologia que considera o Ocidente como a linha da frente. E esta perspectiva está associada a uma crise da ideia de progresso hoje em crise através da qual ainda nos consideramos superiores a praticamente todo o resto do mundo. Quanto muito temos uma atitude tolerante de afirmar que os outros também têm muito interesse – até porque são parceiros comerciais –, mas há de facto uma discriminação subjacente a muitos discursos bem intencionados.

Um exemplo disto mesmo é o exótico que se encontra dissimulado numa certa ideologia orientalista, toda uma mistificação que hoje em dia vende imenso, seja em termos musicais ou turísticos. Hoje o que se vende é o exótico, as pessoas querem ir cada vez para mais longe, terem experiências, se possível, no limite. E nós somos atraídos por isso de uma maneira um pouco fácil.

A História dessas civilizações “exóticas”, como elas surgiram, o interesse que têm para o estudo de uma História descentrada e não eurocêntrica, esse é que é o problema fundamental. Mas isso é muito difícil de conseguir porque ainda existem em todos os países fortes tradições nacionalistas que cerceiam essa perspectiva. E essas tradições acentuam-se na medida em que há um sentimento de globalização que se associa a uma certa perda de identidade, havendo, portanto, uma procura de novas âncoras identitárias. E essa procura faz-se habitualmente no sentido da valorização do nacional, do regional e do local. Cada terra quer ter o seu herói, o seu doce, o seu festival, o seu centro cultural, qualquer coisa que chame a atenção. E também a sua História. Só que essa História muitas vezes não se apoia numa investigação científica rigorosa e não passa muitas vezes de uma historieta.

Referiu-se à procura de âncoras identitárias. A rubrica que o professor assina mensalmente na PÁGINA designa-se “Consumir-se e Consumar-se no Consumo” e vai um pouco de encontro a isso mesmo, ou seja, a procura de uma identidade baseada no consumo. Concorda com esta ideia?

Sim. Até porque o consumo é um sistema que se baseia no desejo. Nós consumimos porque temos desejo de ter alguma coisa. Hoje em dia é ridículo e inocente afirmar uma divisão entre necessidades básicas e necessidades superfluas, isso está completamente ultrapassado. Basta irmos a um supermercado ou a um centro comercial para reparar que as pessoas vão lá atraídas principalmente não por aquilo que é absolutamente necessário, mas pelos extras. As pessoas querem sempre levar qualquer coisa mais, esse “quanto mais” do desejo que Lacan designava como o “pequeno objecto a”, que, em boa verdade, é o que de facto nos leva a ir lá consumir.

Evidentemente que os publicitários, os economistas e as pessoas que gerem toda esta sociedade de consumo sabem perfeitamente disso. Desde a dispo-

sição dos stands, passando pela publicidade e pela maneira como o produto é apresentado, a embalagem, etc. Tudo é pensado para nos levar a consumir. Ou seja, a imagem, o signo, sobrepõe-se à suposta “utilidade” do objecto; o signifiicante sobrepõe-se ao significado, se quisermos. Vivemos numa sociedade de signos, isto é, temos de perspectivá-la como uma economia política do signo, como dizia Jean Baudrillard.

Vivemos, portanto, nessa base do desejo, que nos mantém permanentemente activos e a pensar no que vamos comprar a seguir. O desejo cria-nos essa necessidade. E para não nos sentirmos culpados desse impulso, sobretudo se for uma compra dispendiosa, compramos a crédito ou de uma forma que seja muito justificada pelo nosso desejo. E nessas alturas somos capazes de arranjar as mais incríveis justificações para o fazer.

Acha que se pode então dizer que somos hoje o que consumimos?

Sim, concretizado numa espécie de tríade: o consumo, que se sobrepõe a tudo o resto; o turismo, que é uma forma de consumo que nos leva a deslocar-nos para sítios mais ou menos exóticos ou apresentados como tal; e no outro vértice o museu, com tudo aquilo que não é lixo e não se destina à reciclagem a ser musealizado. Musealiza-se o mundo, portanto, transformando-o numa máquina de memória.

E neste processo há sempre um diálogo conflitual e extremamente complexo, político, entre aquilo que se deve conservar, já não apenas objectos para pôr em vitrinas mas até modos de vida, e aquilo que não cabe nesses parâmetros. Mas é preciso ver que as pessoas não são animais em jardins zoológicos, ou não deveriam sê-lo. As pessoas têm direito a ter as suas casas com conforto, a modificar os seus modos de vida, a terem boas acessibilidades e a não viverem numa espécie de mundo mais ou menos musealizado para prazer do resto da população que os vai ver e até compra bilhetes para esse efeito.

Esse é que o grande problema do mun-

do: uma parte tem dinheiro para comprar a outra parte que está exotizada. Nessa outra parte do mundo actua-minorias, empresas e algumas das vezes até organizações mafiosas que exploram essas pessoas, que são musealizadas, fotografadas, produtos de visita, mas que não ganham muito com isso, ganham os intermediários de todo esse comércio.

As pessoas nunca viveram numa sociedade tão invadida por dispositivos de controlo. Toda a gente se sente, em maior ou menor grau, extremamente controlada. E quem tem possibilidade para isso procura fugas de todo o tipo, incluindo as fugas turísticas. O turismo tornou-se, assim, numa indústria da evasão de um mundo que se tornou desumano, maquínico.

E essa, infelizmente, é a base actual do próprio ensino. Porque razão os alunos se desinteressam das aulas por mais que o professor faça um esforço no sentido de cativá-los? Porque eles percebem que estão a ser alvo de um sistema de integração um pouco forçado e que não tem em vista o seu envolvimento afectivo, que não tem em conta eles o facto de eles terem uma outra cultura, uma outra forma de estar, uma respiração e um desejo orientado para outros sentidos. Como vamos conseguir que esse desejo, orientado para outras perspectivas, conserve, apesar de tudo, alguma da velha dialéctica entre herança e criatividade? De que forma conseguir que essas pessoas, que têm vontade de fazer coisas, que podem e devem ser mobilizadas para fazer coisas, para criar as suas vidas, não percam valores que vêm do passado e são fundamentais – coisas tão simples como ler e tirar prazer da leitura? O que a escola faz, como já dizia o Bourdieu, é reproduzir as diferenças sociais e até acentuá-las de forma evidente. Mas não podemos passar sem integrar as pessoas no conhecimento. O problema é: que conhecimento e para que fins? Sou por um conhecimento plural, livre, exigente, e participado.

Ricardo Jorge Costa

Cinema lança olhares sobre possíveis fraudes nas eleições americanas

1. Documentários e filmes críticos às eleições presidenciais ganham espaço nos EUA

Durante a campanha eleitoral nos Estados Unidos proliferaram nos canais de televisão, internet, cinema e lançamentos de DVDs documentários e filmes denunciando injustiças em votações que envolvem a Casa Branca.

O «Documentary Channel» exibiu pela primeira vez na TV americana o longa “How Ohio Pulled It Off”, que coloca o dedo na ferida da contagem duvidosa em Ohio no ano de 2004, que garantiu a reeleição do presidente George W. Bush.

O documentário é marcado pelos vídeos ‘amadores’ feitos por cidadãos ou jovens cineastas e disponibilizados em blogs ou no portal Youtube, que ganham audiência graças ao boca-a-boca e às correntes de mensagens eletrônicas. Sem espaço nos canais abertos, estes longas encontraram refúgio na TV por cabo.

O canal HBO estreou recentemente “Recount”, filme feito para a televisão que foi aplaudido pela crítica por reviver na ficção as negociações nos bastidores para dar a vitória ao presidente Bush em 2000.

Em “How Ohio Pulled It Off”, que acaba de sair em DVD, “a ideia foi não apenas denunciar o que estava a acontecer, mas fazer os espectadores entenderem que somente participando e vigiando o poder é possível mudar o estado da democracia nos Estados Unidos”, disse à AFP Mariana Quiroga, uma venezuelana nascida na Argentina, co-directora do longa com Matt Kraus e Charla Barker.

O trio terminava o curso de cinema em Ohio quando decidiu rodar um documentário, mas com outra ideia: o contacto com as ruas obrigou-os a transformar o projecto numa denúncia.

“A princípio pretendíamos fazer um ‘doc’ para saber porque é que as pessoas decidiram votar em Bush, mas quando saímos para conversar com as



pessoas nas ruas, elas diziam-nos que não haviam votado nele e que não entendiam como ele havia vencido”, conta Quiroga.

“Nunca imaginámos a dimensão da fraude, nem sabíamos que havia existido uma fraude. Para nós foi também um processo de descoberta. Eu, mesmo sendo latina e tendo experiência em coisas deste género, nunca imaginei o nível de corrupção do Governo dos Estados Unidos”, afirma.

Este episódio eleitoral de 2004, tratado em publicações liberais e abordado várias vezes por Robert Kennedy Jr., também foi ressuscitado este mês pelos criadores do desenho “Os Simpsons”. No portal Youtube já ganhou fama o episódio que deve ser exibido em 2 de Novembro, dois dias antes das eleições. No episódio, com o título “Homer Simpson tenta votar em Obama”, o patriarca da família mais ‘disfuncional’ da TV americana lembra justamente o ocorrido em Ohio, quando, diante da máquina de votação, tenta votar no democrata Barack Obama, mas o seu voto foge automaticamente para o

republicano John McCain. O produtor de “Os Simpsons”, Al Jean, afirmou ao jornal «Orlando Sentinel» que este episódio pretende fazer um “comentário sobre as irregularidades do sistema de votação”.

Com ironia, sarcasmo e tom académico, os directores criticam o papel dos meios de comunicação de massa e vêem nos seus trabalhos uma forma de mostrar o outro lado dos factos.

2. Festival de Londres começa com estreia mundial de “Frost-Nixon”

O Festival de Cinema de Londres começou com a estreia mundial de “Frost-Nixon”, baseada nas históricas entrevistas do apresentador britânico Sir David Frost com o ex-presidente americano Richard Nixon, cujo lançamento coincide com a disputa pela Casa Branca.

O longa-metragem escolhido para a 52ª edição do festival é uma apaixonante recriação, repleta de suspense, do duelo entre os dois homens - um dos cara a cara mais extraordinários na história moderna -, no qual Nixon ad-

mitiu pela primeira vez a sua culpa no escândalo de Watergate.

“Decepcionei os meus amigos, decepcionei o país, decepcionei os americanos. E terei que levar este peso para o resto da minha vida”, admitiu Nixon na entrevistas realizadas no verão de 1977, que foram assistidas por mais de 45 milhões de americanos.

A estreia do filme dirigido por Ron Howard - baseado na peça de Peter Morgan - contará com a presença dos protagonistas, incluindo Michael Sheen, que encarna Frost, a única pessoa que talvez tenha conseguido tirar, por alguns minutos, a máscara do impenetrável presidente, encarnado por Frank Langella.

Além de “Frost-Nixon”, outros 14 filmes terão estreia mundial no festival londrino. Um dos filmes de maior expectativa na mostra cinematográfica é o mais recente do americano Oliver Stone, “W”, sobre o actual presidente americano, George W. Bush.

Paulo Serralheiro/ fonte: AFP

ESCAPAM SEMPRE

Justiça italiana intima ex-militares envolvidos no Plano Condor

O magistrado italiano Giancarlo Capaldo intimou 34 ex-militares e civis uruguaios envolvidos em casos de desaparecimento de cidadãos de nacionalidade italiana durante o Plano Condor.

No entender do magistrado e da colega, a juíza LUISANA FIGLIOLA, estão abertos na Itália os processos pelo desaparecimento de pelo menos 25 pessoas de nacionalidade italiana na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai durante as ditaduras ocorridas nesses países.

A “Operação Condor” foi aplicada nos anos 70 e 80 pe-

los regimes militares da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai para eliminar os opositores. A “Operação Condor”, que deixou centenas de vítimas desaparecidas, nasceu durante a Primeira Reunião de Trabalho da Polícia Política Nacional, realizada em Santiago, entre 25 de Novembro e 1 de Dezembro de 1975, segundo a documentação acumulada em investigações.

O promotor da iniciativa foi o então coronel Manuel Contreras, fundador da DINA, a polícia política da ditadura do general Augusto Pinochet, mas o plano também

contou com o apoio de agentes dos Estados Unidos.

“A Operação Condor representou um esforço cooperativo de inteligência e segurança entre muitos países do Cone Sul para combater o terrorismo e a subversão”, assinala um relatório desarquivado pela Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos, no dia 22 de Agosto de 1978.

Como parte do processo, a justiça italiana já decretou ordens de detenção contra mais de 100 ex-militares e civis das ditaduras da região, entre eles a do capitão de fragata Jorge Tróccoli, que reside na Itália desde

Outubro do ano passado.

Numa carta aberta publicada no site web www.envozzalta.org, o ex-coronel Ernesto Ramas, condenado a prisão mas internado num hospital por alegados problemas cardíacos, considerou que a carta do magistrado italiano “é um procedimento totalmente irregular” e “mais um acto desta tragicomédia montada contra a Instituição Militar, em particular o Exército”, uruguio.

JPS/ com: AFP

■ Erva moira

Crise financeira rompe o idílio entre capitalistas e países emergentes

Uma nacionalização criticada na Argentina, ataques às moedas do Leste Europeu, pânico nos mercados russos: a ilusão dos países emergentes em relação ao seu progresso económico pode cair por terra e privar de vez os mercados de um dos seus apoios mais seguros dos últimos anos. “Nenhuma região está imune” à crise mundial, resume Christine Li, da agência de classificação Moody’s, comparando a periclitante situação actual à saúde invejável do mundo emergente no início do ano, cheio de oportunidades para as empresas ocidentais.

Para Jean-Louis Mourier, da casa Aurel, o vigor das economias asiáticas, europeias do leste e latino-americanas “serviu durante muito tempo como amortecedor das empresas muito globalizadas”, preservando-as das turbulências financeiras.

No entanto, um primeiro alarme soou no último trimestre no mercado das matérias-primas, coincidindo com o fim dos Jogos Olímpicos de Pequim, gerando temores de uma desaceleração dos investimentos chineses. Os preços do petróleo e do aço foram os primeiros a cair.

As acções das poderosas mineradoras BHP Billiton e Rio Tinto, da líder mundial da siderurgia ArcelorMittal e da gigante americana do alumínio Alcoa, agonizam: em três meses, perderam, respectivamente, 47% e 55% em Londres, 65% em Paris e 68% em Nova York.

O pessimismo do Fundo Monetário Internacional (FMI) nas suas recentes previsões sobre o crescimento mundial ampliou os temores dos investidores em relação às “empresas de infra-estrutura e construção”, sustentadas até agora pelos seus contratos nos países emergentes.

A crise financeira foi o último golpe, acentuando “os riscos de suspensão de pagamentos” para os Estados mais vulneráveis, particularmente “aqueles que se apoiaram demais nos capitais estrangeiros para financiar o seu crescimento”, indicou Li, citando como exemplo os casos da Argentina, países bálticos, Turquia, Hungria e Ucrânia.

A decisão de Buenos Aires de nacionalizar o seu sistema de pensões foi interpretada como uma tentativa de “lançar mão da poupança dos cidadãos para evitar o que seria a sua segunda derrocada numa década”.

Julgada hostil por grupos estrangeiros, a nacionalização derrubou nesta semana a bolsa de Madrid, arrastada pelas empresas mais presentes na Argentina, como a petroleira Repsol e a operadora Telefónica. A francesa Alstom, que tinha entre os seus projectos a construção, agora congelada, de um comboio de alta velocidade na Argentina, também viu as suas acções caírem em Paris.

A fragilidade financeira de alguns países do Leste, ilustrada pela queda das moedas húngara e polaca e pelas advertências da Standard and Poor’s sobre a dívida russa, levou a uma escalada “das preocupações dos bancos expostos nesta região, como a Société Générale” [francês].

Jean-Paul Pierret, director de estratégias da Dexia, querendo remar contra a maré, classifica, como “absurdos” os reverses indiscriminados sofridos pelos grupos implantados nos países emergentes, dizendo que “a situação não é homogénea, e a China não é a Hungria”. Mas esta reflexão deve demorar ainda, lamenta o analista, “enquanto o mercado continuar a dar a impressão de que é incapaz de realizar a mínima análise nas últimas semanas”.

É no entanto evidente que é preciso, pelo menos, mudar a linguagem e que a análise sobre o futuro deve vir das pessoas e já não dessa entidade mítica que é o mercado.

JPS / com: AFP

O comer, o prazer e o ter...?!!!



Quando se questiona qualquer criança sobre as razões porque escolhe determinado alimento, ela diz-nos que é porque gosta. Não é por acaso que a indústria alimentar verifica a aceitação de um alimento antes de o colocar no mercado, tendo como principal preocupação o gosto. Depois há que adequar o seu preço e estatuto. A saúde preocupa-se com os alimentos não apenas numa perspectiva de prazer mas muito nas consequências que a ingestão de determinados alimentos de forma contínua traz, na saúde.

Fazer a ligação entre o que se come e a saúde que se tem ou a falta dela, torna-se muito difícil para as crianças e para a generalidade da população. O objectivo que têm quando escolhem alimentos prende-se muito com a saciedade. Se ficam satisfeitos, se matam a fome e obtêm prazer, então comeram bem. A sua preocupação prende-se com o imediato, o resto é o corpo que se tem que preocupar com o assunto e não “eles”. De facto a vantagem de não se ter o controle sobre a regulação dos mecanismos metabólicos de forma consciente, liberta para outras tarefas, mas faz perder a noção das consequências de um acto aparentemente tão simples como comer. Quem se lembra que o facto de escolher 3 peças de fruta por dia para comer e ingerir hortícolas ao almoço e jantar consegue os 400g de vegetais recomendados para o dia, pois vai fornecer nutrientes reguladores suficientes? No entanto, esta é já uma mensagem traduzida para a população geral, de forma a ser fácil de perceber e implementar, com alguma perda no rigor da explanação científica ou na precisão das necessidades individuais.

Esta mensagem começa hoje em dia a ter mais impacto graças à publicidade alimentar da indústria de frutos e vegetais ou de grossistas e retalhistas preocupados com a chamada “responsabilidade social da empresa”, uma forma de ganhar credibilidade na população e consequentemente aumentar o lucro. Os profissionais de saúde têm receio de que a literacia modesta da população não seja suficiente para medir o que são 400g de frutos e hortícolas e portanto não é uma mensagem que passe muito nos consultórios médicos em rotinas ou nas visitas às consultas de desenvolvimento infantil. Por outro lado, as escolas não se preocupam muito em quantificar os conselhos de

ingestão de vegetais e fruta. Limitam-se a afirmar que é bom comer mais vegetais e fruta e menos guloseimas. Claro que estas afirmações têm honrosas excepções em muitas escolas e consultórios do país, mas logo à partida por não serem “a tv”, o impacto que têm é mínimo. A ênfase e a forma como é expressa esta mensagem não atrai, pois vai contrastar imediatamente com uma preferência absoluta de todos – a guloseima! Talvez, se conseguíssemos dissociar as duas mensagens, a do aumento da fruta e hortícolas pudesse ter mais impacto! Se voltarmos à análise da publicidade nos média, constatamos que os anunciantes de fruta e vegetais associam-na a prazer, frescura, saúde, alegria, divertimento e não à restrição de guloseimas! Se calhar a nossa mensagem quer enquanto profissionais de saúde, quer enquanto educadores, professores e pais deve copiar esta estratégia! Nos programas de promoção de saúde ou até nas actividades de educação para a saúde cada vez mais requeridas e necessárias nas escolas, estas duas mensagens teriam mais impacto se dissociadas. Assim, o comer fruta e vegetais, associados à alegria, juventude, saúde, divertimento e prazer, poderiam ter uma maior aceitação junto das crianças e jovens. Ter uma peça de fruta na mochila para o lanche passaria a ser sinónimo de prazer e além deste reforço positivo em termos sociais, o ganho na saúde seria consequente. Comer sopa de legumes ou salada na cantina ao almoço, passaria a ser considerado fonte de juventude, de pele saudável, com todos os antioxidantes, licopenos, clorofila e outros naturalmente existentes nos legumes e hortícolas e que a publicidade alimentar e cosmética tanto promovem. Ao elevar o estatuto social dos legumes e fruta, estes passam a ser objecto de desejo. Não se trata de tornar leviano o impacto dos nutrientes na saúde mas os nutricionistas devem perceber que a nutrição não tem importância para o dia-a-dia das pessoas. O objectivo maior para as pessoas é o que os outros pensam que “eu sou” se comer estes alimentos. No imediato, a importância do social é maior do que a saúde. Quando esta falta ou está em risco grave então este dado adquirido torna-se prioritário na vida da população activa em geral e na das crianças em particular. Daí que as mensagens de uma alimentação promotora de saúde, no meio escolar devam valer por si e sublinhar com os aspectos lúdicos e divertidos, o reforço positivo dos alimentos a promover.

Débora Cláudio

Nutricionista no Departamento de Saúde Pública da Administração Regional de Saúde do Norte, IP



Educação para o consumo em meio escolar

Os estilos de vida são uma das quatro grandes áreas de intervenção do Programa Nacional de Saúde Escolar, tendo, no contexto daquela, sido considerados doze subáreas prioritárias, muitas das quais temos vindo a abordar em crónicas anteriores. Este mês, concentrar-nos-emos na educação para o consumo.

Actualmente, vivemos numa sociedade de consumo, i.e., uma sociedade caracterizada pela extrema variedade e abundância de bens e serviços disponibilizados ao consumidor, em que se desenvolvem técnicas agressivas de estimulação ao consumo, nomeadamente a publicidade, o *marketing* e a facilitação do acesso ao crédito. As suas principais características são: 1) a uniformização dos gostos dos consumidores; 2) a cultura ter-se transformado numa “cultura de massa”; 3) a redução do ciclo de vida dos produtos, a denominada obsolescência planeada; 4) o lazer implicar consumo; 5) a compra ser por vezes encarada só por si como um divertimento; 6) a presença

constante do *marketing*; e 7) a passividade do consumidor.

Podemos dividir em quatro as ideias-chave do nosso comportamento enquanto consumidores: 1) O consumidor busca obter o máximo de benefícios e prazer dentro dos seus recursos; 2) o ser humano é emocional e motivado por afectos conscientes e/ou inconscientes; 3) o ser humano é social e movido por regras do grupo (realização da vida social, integração social); e 4) o comportamento do consumidor é um dos fenómenos que mostra a estrutura do ser humano, no sentido em que, apesar da enorme variedade do comportamento humano, parece existir uma base comum e finita de objectivos e necessidades, que transparecem numa infinidade de modos de satisfazê-las.

O consumismo, conjunto de comportamentos e atitudes que levam ao consumo indiscriminado, excessivo e compulsivo de bens sem qualquer critério de racionalidade, origina graves consequências, tais como o sobre-empobrecimento das famílias, a degradação

ambiental e os riscos para a saúde.

Nos países desenvolvidos, em grande parte devido à acção dos movimentos dos consumidores, a psicologia do consumidor está a evoluir no sentido do consumerismo. Por consumerismo entende-se a acção social permanente de grupos ou instituições que exprimem os interesses dos consumidores, acção essa conduzida a vários níveis para legitimar ou aprofundar os seus direitos, incluindo-se aqui a intervenção no mercado, com os objectivos de aperfeiçoar a qualidade de vida e valores sociais. A responsabilidade social do consumidor consiste sobretudo numa consciência crítica perante os abusos gerados pela sociedade de consumo e no reconhecimento não só dos seus direitos como também nos seus deveres. Através de uma acção consumerista, o consumidor é levado a comportar-se como um consumidor esclarecido, recusando o consumismo.

Em meio escolar, quando integrada num projecto de intervenção, esta temática deve ter uma abordagem transver-

sal, englobando, p.e., as disciplinas de português (conceitos e reflexão sobre consumo, consumismo, sociedade de consumo), matemática (exercícios relacionados com a prática do consumo), estudo do meio (estratégias do *marketing*, consequências da sociedade de consumo) e expressão plástica (manifestações críticas face à sociedade de consumo, através do desenho, pintura, teatro), entre outras. Anteriormente, como temos vindo a defender, deve ser explorado o auto-conceito, a resiliência e o *empowerment*, úteis à tomada de decisões conscientes, de modo a se desenvolverem atitudes e comportamentos que tenham em conta o equilíbrio entre as necessidades e os recursos e a consciência crítica enquanto consumidores, bem como um posterior treino das competências adquiridas.

Paula Aires Pereira

Enfermeira de Saúde Escolar na Unidade de Saúde da Batalha (Porto)

Nuno Pereira de Sousa

Médico de Saúde Pública

ESCASSEZ DE DOCENTES

Mundo precisa de 18 milhões de professores no ensino primário, segundo a Unesco

O mundo precisa de 18 milhões de professores qualificados, dos quais quase quatro milhões na África, para alcançar o objectivo de um ensino primário universal, sublinhou a UNESCO por ocasião da celebração do Dia Internacional dos Professores.

“A escassez de docentes qualificados continua a ser um problema fundamental”, declarou a UNESCO num comunicado divulgado em Paris.

“As necessidades são agudas, principalmente em

África, onde seria necessário contar com mais 3.800.000 professores para se obter o ensino primário universal”, indicou a organização.

Nalguns países, como o Ruanda e Moçambique, o deficit de docentes traduz-se na “existência de turmas de até 60 alunos, quando por regra geral se considera impossível fornecer um ensino correcto em salas de aula com mais de 40 estudantes”.

A UNESCO também chama atenção para a insuficiente

formação dos professores. “Nos países em desenvolvimento não é raro encontrar professores que não têm nenhum tipo de formação superior”, segundo a nota, que pede uma “política coerente” que permita contratar professores em número suficiente, garantir os seus direitos e assegurar uma formação de qualidade.

O compromisso de estabelecer um ensino primário universal (EPU) antes de 2015 foi adoptado por 164 países durante uma conferência em Dacar em 2000.

Apesar de alguns progressos, a UNESCO constatou a persistência de desigualdades profundas em relação ao acesso à educação, entre zonas urbanas e rurais, entre categorias sociais e sexos.

A organização estimou neste relatório que nas condições actuais 58 dos 86 países que ainda não atingiram o EPU não conseguirão fazê-lo até 2015.

JPS/ com: AFP

■ O Trigo e o joio

Greenspan: crise revelou falha na ideologia capitalista

O ex-presidente da Reserva Federal Americana (Fed), Alan Greenspan, afirmou em 23 de Outubro que a crise financeira a que estamos a assistir revelou uma "lacuna" na ideologia capitalista na qual sempre acreditou.

"Sim, constatei uma falha. Não sei até que ponto é significativa ou duradoura, mas deixou-me bastante desconcertado", admitiu Greenspan durante uma audiência no Congresso. Greenspan, acusado de ter permitido o crescimento da bolha imobiliária cuja explosão provocou a crise financeira, foi confrontado com as suas próprias declarações pelo presidente do Comité de Controle de Acção Governamental da Câmara dos Representantes, o democrata Henry Waxman. "Tenho uma ideologia. A minha opinião é a de que os mercados livres e competitivos são, de longe, a melhor maneira de organizar a economia. Testámos a regulação, nenhuma funcionou de verdade", havia declarado Greenspan antes da crise, segundo Waxman.

O ex-presidente do Fed disse nesta audiência ao Congresso que o mercado de crédito vive "um tsunami que se vê uma vez em cada século".

Dirigindo-se aos membros do Comité encarregado da reforma governamental, Greenspan sublinhou que, na actual situação, "os bancos centrais e os governos se vêem obrigados a adoptar medidas sem precedentes" e que os Estados Unidos dificilmente "evitarão um aumento das demissões e do desemprego".

Greenspan sobreviveu no Fed a quatro presidentes, duas recessões, uma década de crescimento, além da grande bolha da internet; bateu o recorde de permanência no cargo, tendo sido considerado o salvador da economia mundial ao reagir rapidamente ao "crash" da bolsa de Outubro de 1987 e à crise financeira asiática. Também dirigiu uma série de baixas impressionantes das taxas de juro depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001.

Consciente do peso e do efeito das suas palavras, os seus discursos, que ele costumava escrever enquanto tomava banho, eram sempre muito prudentes, às vezes até enigmáticos. Mesmo o seu comentário mais famoso, "a exuberância irracional" dos mercados em Dezembro de 1996, foi cuidadosamente cercado por uma reflexão sobre a explosão da bolha financeira... no Japão.

Filho de um operador da bolsa e de uma vendedora, Alan Greenspan nasceu no dia 6 de Março de 1926 em Nova York, três anos antes do "Crash" da bolsa de 1929.

Foi criado num pequeno apartamento na cidade, onde se dedicava, desde pequeno, a resolver problemas complicados de matemática. Depois do segundo grau, frequentou a escola de música e trabalhou como clarinetista e saxofonista de jazz numa orquestra.

"Eu era óptimo como amador, mas um profissional mediano. Compreendi rapidamente os meus limites no campo da música e deixei a orquestra para cursar a universidade de Nova York", disse.

Estudou economia e fundou em 1954 uma empresa de consultoria que funcionou até 1987. Entrou na política em 1968 como conselheiro económico da campanha presidencial de Richard Nixon. Depois, fez parte da equipe de economistas do presidente Gerald Ford.

Em 1987, foi nomeado à frente do Fed pelo presidente ultraconservador Ronald Reagan, substituindo Paul Volcker. Agora, este «músico» conservador vê o chão fugir-lhe de baixo dos pés. Já sabe que a partitura neoliberal estava errada, ainda não sabe onde.

JPS

Para além da paixão pela educação ...

Há já algum tempo, assistia a um programa de um dos canais da televisão norte-americana em que o anfitrião é o Jay Leno. A determinada altura, já não sei em que contexto, é abordado um dos membros da audiência. Jay Leno pergunta-lhe o que faz; o jovem responde que está a completar os estudos para ser professor; o público, aparentemente de forma espontânea, aplaude. E eu dei imediatamente por mim a pensar quão inesperada era aquela reacção – o que é certamente sintomático.

É certamente banal dizer-se que a atitude nacional face aos professores mudou. Poder-se-ia, aliás, dizer-se que as atitudes face à autoridade (a qualquer autoridade) mudaram nas últimas décadas – e isso é não só um sinal de uma cultura democrática, mas também do questionamento contemporâneo de formas tradicionais de legitimação da autoridade. Em todo o caso, é usual ouvir-se dizer que os professores eram figuras de autoridade relativamente às quais haveria uma atitude quase reverente, enquanto hoje em dia se assistiria a uma desvalorização dos professores, que seriam, assim, responsabilizados pelo suposto fracasso da educação em Portugal.

Desde logo, convém atender aos sinais que contrariam este discurso: lembrar-se-ão, certamente, dos resultados de uma sondagem, efectuada pela Gallup e divulgada em Janeiro passado, que referia os professores como o grupo profissional que mais confiança merece aos portugueses, aliás de forma similar com o que acontecia na Europa Ocidental. Convém lembrar que as escolas são, para a grande maioria dos portugueses, instituições muito familiares com que interagem diariamente e os professores são os interlocutores de muitas das inquietações do quotidiano – nesta medida, a confiança não é um resultado surpreendente.

Para além disso, se olharmos para a educação em termos da evolução dos últimos 30 anos, os resultados são francamente positivos. Notem que não o são apenas na educação: na saúde, a taxa de mortalidade infantil, por exemplo, evoluiu de forma absolutamente espantosa; certamente que as empresas portuguesas, em vários domínios, estão hoje incomparavelmente mais avançadas do que há 30 anos. Mas, no domínio da educação, a mudança é igualmente significativa. A taxa de frequência da educação pré-escolar evoluiu de 29%, em 1985, para 78%, em 2005; a percentagem de adolescentes a frequentar o ensino secundário era de 9% em 1977 e de 60% em 2004. Taxas de crescimento análogas



poderiam ser referidas quanto à frequência do ensino superior. Dir-me-ão que tudo isto podia ter sido feito com menos desperdício e mais eficácia. Estou disposta a acreditar. Mas acreditem também que tudo isto foi feito com os professores e não apesar deles: ou seja, parte desta evolução deve-se certamente à competência e investimento de muitos profissionais da educação por todo o país que têm assumido como sua a responsabilidade pela educação de muitas crianças e jovens.

O que, confesso, me tem causado alguma inquietação é a forma como os professores se vão sentindo, por estes dias, acossados. Os mesmos professores que foram capazes de uma mobilização política sem precedentes, vão demonstrando um desconforto crescente. São os primeiros a admitir que ser professor é uma profissão desvalorizada, e os primeiros a ficar surpreendidos com os sinais de confiança que parecem merecer dos Portugueses. Não gostaria aqui de diabolizar o Ministério da Educação ou os Sindicatos, embora acredite que ambos têm responsabilidades neste estado de coisas. Mas é tempo de assumirmos que esticar a corda do desconforto dos professores serve de muito pouco a muito poucos. Porque não é da resistência à mudança de que aqui falo, é de um sentimento profundo de incapacidade e de desconfiança que minará não só a qualidade da vida nas escolas como a confiança de que dependemos todos: mães e pais, professores, sindicalistas e autarquias, dirigentes dos departamentos centrais e regionais do Ministério da Educação – a confiança de que estamos todos mutuamente comprometidos com o projecto de educar as novas gerações.

É por isso que quero saudar todas e todos que, quotidianamente, dão o melhor da sua competência e do seu "colo" (em sentido figurado, naturalmente), compreendendo que a educação de crianças e jovens depende tanto do saber quanto da relação, para promover a aprendizagem. E por isso: obrigada professor Francisco, obrigada professora Elsa, obrigada educadora Marta, obrigada professora Susana, obrigada professora Alexandrina ... (e juro que são mesmo professores e professoras de verdade).

Isabel Menezes

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCE-UP)



Uma falsa questão?

Foi visível para todos. Nos primeiros dias de aula, chegou, nalguns pontos da cidade, a nova máquina para revolucionar o ensino português para os mais novos: um micro-computador pessoal. Noutros pontos da mesma cidade não está ainda disponível o instrumento chamado desejo anunciado, mas deverá chegar.

Poderíamos imaginar um novo Plano Nacional de Escrita associado ao Plano Nacional de Leitura, já em curso; uma espécie de acordo colectivo para a necessidade da divulgação da escrita, desde a tenra idade.

Basta pensar no artigo 13 da Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990, que declara que *“a criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.”*

Pensamento ingénuo.

O Carlos, 7 anos, já é feliz possuidor da

nova máquina. Passa a primeira noite em casa, conversando com o pai que lhe tenta explicar o que na escola não se explicou. Como arrancar, como desligar, que teclas fazem aparecer letras no ecrã, que teclas fazem acontecer outras coisas. Sendo encarregado de educação, o pai aproveita para configurar o browser filtrando “páginas não desejáveis”. No dia seguinte, quando o pai arruma o novo instrumento de trabalho na mochila do Carlos, o filho, muito admirado por tal acto de insubordinação anuncia: “mas o professor proibiu-nos de levar o computador para a escola”. Parece não ser a escola quem promoverá a comunicação.

Em outros pontos da cidade, computadores são retirados das salas de 1º ciclo do Leandro, da Marlene, do Wilson e da Carina. Testemunham, fechados numa sala, todos em fila, um ao lado do outro, cada um com a sua própria impressora ligada, imposições de poderes intermédios, em oposição com as orientações iniciais centrais. Por várias razões, crianças deixaram de ter acesso ao seu próprio blogue de turma. Aqui também não parece ser a es-

cola a promotora da comunicação.

Entretanto, o Carlos pode levar, por mais uma vez, o computador para a escola, num dia previamente combinado. Não para trabalhar com ele, mas para outro senhor instalar uma coisa nova. Desde então, um filtro codificado impede quase por completo o acesso à Internet.

Outras crianças aguardam a utilização do computador colectivo porque o senhor que faz algumas coisas no computador é o único autorizado para actualizar o programa de protecção sem o qual a máquina não funciona.

É comovente este paternalismo por parte de quem assessoria a escola.

O poder, habilmente guiado por grandes grupos económicos, está, desde a década de noventa, veiculado ao conceito de empregabilidade, associado a formação ao longo da vida. É pressionado para familiarizar os consumidores na utilização de meios informáticos ligados a redes de telecomunicações.

Na nossa sociedade documentada, a partilha do poder faz-se sobretudo através do confronto das ideias. Será que a vulgarização de máquinas que permitem não só a transcrição das

ideias como a sua divulgação, provocou anseios entre os detentores do poder, nos diferentes degraus da hierarquia? Forçados em admitir pelo menos a hipótese de partilha do poder toleram mal a ideia. Entraram em defesa, consciente ou inconscientemente. Alguns, um pouco arrogantes, com propostas hilariantes para compor uma ode a alegria colectiva ao advento do computador pessoal para cada criança, desvirtuando o conceito de troca de ideias. Outros, pragmáticos, dificultando a utilização da máquina.

Será que tudo não passa de uma falsa questão? Os instrumentos que facilitam o direito das crianças inscrito no artigo 13 da Convenção sobre os Direitos da Criança existem desde muito antes do micro-computador. O excesso de paternalismo da autoridade que impede o exercício deste direito também.

Mais uma vez, com o instrumento agora disponibilizado, é do educador a opção de partilhar o poder e de promover comunidades de escrita.

Pascal Paulus

Escola Básica Amélia Vieira Luís, Ourela

DEPRIMIDOS ESPERANÇADOS

EUA autorizam estimulante cerebral electromagnético contra depressão

A agência americana de medicamentos e alimentos (FDA) autorizou a venda do primeiro estimulante cerebral electromagnético para tratar de depressões graves, contra as quais as drogas conhecidas não são eficazes. A autorização, concedida no dia 7 de Outubro, só foi anunciada perto do fim do mês, destacou o porta-voz da FDA Scott McFarland.

O sistema, chamado de NeuroStar “Transcranial

magnetic stimulation” (TMS), é um procedimento que dura 40 minutos e pode ser ministrado pelo psiquiatra durante uma consulta. O aparelho produz impulsos electromagnéticos de forte intensidade que estimulam os neurónios numa região do cérebro ligada à depressão.

Fabricado pela empresa americana Neuronetics, o tratamento é geralmente aplicado diariamente, du-

rante quatro a seis semanas, e não exige qualquer cirurgia ou anestesia.

“O NeuroStar TMS mostrou efeitos terapêuticos estatisticamente e clinicamente significativos”, destacou Phil Janicak, professor de psiquiatria da Universidade de Rush de Chicago (Illinois), principal autor do estudo realizado para obter a aprovação da FDA.

Cerca de metade dos milhões de pacientes actual-

mente tratados no mundo com antidepressivos não apresenta progressos, segundo John Greden, professor de psiquiatria e director do centro de depressão da Universidade de Michigan (norte). Espera-se que este novo processo possa ser mais eficaz nalgumas formas de depressão.

JPS/ com: AFP

Crise: Salvação virá dos países emergentes, principalmente da China

Os países emergentes, em particular a China, aparecem neste momento como a esperança de trazer novo fôlego à economia mundial, substituindo neste papel os Estados Unidos, cujo poderio económico se encontra em franco declínio, apontam analistas em Londres. A onda de optimismo que trouxe um pouco de ar para os asfixiados mercados após os resgates financeiros em massa, anunciados pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha e União Europeia, não durou muito - as bolsas voltaram a cair, dominadas por temores de uma recessão económica global.

O pânico diante de uma recessão na maior economia do mundo - que, segundo especialistas, cairá entre um e dois por cento em 2009, arrastando consigo a economia globalizada - atingiu também países emergentes como o Brasil, onde o real sofreu uma desvalorização de 3,2 por cento.

O Brasil pertence ao promissor grupo de países emergentes denominado 'Bric', que inclui também a Rússia, China e Índia. Neste panorama de pânico e incertezas, poucos se atrevem a mostrar optimismo, limitando-se a esperar que a salvação para a economia mundial venha de nações em desenvolvimento como a China, que cresce a taxas médias de 10 por cento ao ano.

"O crescimento da China oferece a melhor esperança para limitar os danos causados à economia global pela actual crise", considerou Vanessa Rossi, do departamento de Economia Internacional do centro de análises Chatham House, baseado em Londres. Segundo a especialista, os países emergentes, liderados pela China, provavelmente continuarão a crescer, e podem até "chegar a dominar o ciclo económico mundial".

As economias emergentes são "suficientemente grandes e suficientemente ligadas entre si, além de bem sucedidas na promoção de políticas para estimular o crescimento, para conseguir sustentar o seu próprio crescimento, num contexto de recessão nos Estados Unidos noutros países desenvolvidos".

Rossi indica, por exemplo, que os exportadores asiáticos que desviaram o seu foco de atenção dos Estados Unidos para a China foram os que menos sentiram a queda das importações da primeira economia do mundo.

Muitos afogados tentam agarrar-se aos países em desenvolvimento. Jim O'Neill, economista chefe da Goldman Sachs, afirma que o Brasil, Rússia, Índia e a China serão os motores para sair da crise. "Os Brics podem mostrar a saída para a crise", disse o analista, primeiro a cunhar o termo para agrupar os quatro países.

O deslocamento do poder económico para a China também tem a ver com o facto de Pequim ter armazenado reservas em dinheiro (que hoje são as maiores do mundo) após a crise financeira asiática de 1997. E as reservas chinesas continuam aumentando: no fim de Setembro, alcançaram 1,9056 trilhão de dólares, segundo números oficiais.

Não é por acaso que um país como o Paquistão, que sempre procurou apoio nos Estados Unidos, não foi, desta vez, bater à porta de Washington em busca de ajuda, mas sim aos portões de Pequim, onde está agora o dinheiro. O pedido teve resposta rápida, mesmo sem especificar o montante, a China comprometeu-se a ajudar Islamabad a evitar o desastre financeiro.

O neoliberalismo parece ter colocado os até agora grandes fidalgos com uma mão à frente e outra atrás. Aguarda-se para vermos quem coloca agora as cartas na mesa.

JPS / com: AFP

A mentira do neoliberalismo

Dos dinossauros só os ossos ficaram. Os maiores e mais fortes animais que a terra já conheceu desapareceram. A força e o tamanho não lhes serviram para nada. Ao contrário, as lagartixas, suas parentes pobres, escaparam ilesas e assistiram, incrédulas, aos funerais dos primos que mandavam, na Terra. Às lagartixas, por refeição, bastavam umas poucas moscas e umas formigas. Por isso, por aí rastejam e, num abrir e fechar de olhos, desaparecem. Mas estão vivas, frescas e contentes. Os dinossauros, bocas enormes, estômagos descomunais, corpos gigantes comiam demais e ocupavam muito espaço - foram vítimas de uma crise de combustíveis! Há grandes semelhanças entre os dinossauros e os capitalistas. É que, também estes, comem demais e é bem possível que estejam prestes a desaparecer, por diabetes, obesidade e doenças das coronárias. E porque a injustiça social é uma bolha de sabão que vai rebentar, mais tarde ou mais cedo. A teoria do capitalismo de crescimento linear ininterrupto sofre de uma contradição, pois que o crescimento constante quer realizar-se num planeta de recursos limitados. Relação harmoniosa com a natureza é coisa que o capitalismo desconhece. Mas também os povos do Sul vão revoltar-se inevitavelmente, sabendo que uns morrem de fome e outros de comer demais. E não só: porque também os pobres já sabem que, no capitalismo, tudo o que é humano se reduz à quantidade, ao lucro! Embora muitos capitalistas assistam à missa, eles criaram um novo evangelho: "Buscai, em primeiro lugar, o reino do lucro e tudo o mais vos será dado por acréscimo". Karl Marx tinha razão: "A desvalorização do mundo humano aumenta, na razão directa do aumento do valor do mundo das coisas". Para que a quantidade cresça, a qualidade tem de diminuir.

O que fazer, num mundo que a todos nos ameaça, porque nem o rico poderá fugir à revolta da natureza e dos mais pobres? Há que fazer um mundo outro. O neoliberalismo deve ser erradicado da face da Terra. É o próprio Jesus a dizê-lo: "Ninguém põe remendo de pano novo em roupa velha, nem vinho novo em odres velhos". É necessário um recomeço, ou seja, reconstruir a sociedade em alicerces novos. Segundo Thomas Kuhn, muitas vezes o conhecimento científico chega a situações de impasse e, então, é imperioso e urgen-

te uma revolução. Kuhn entendeu que a sua tese alcançava outros domínios, para além da ciência. E por isso escreveu: "Do mesmo modo que as revoluções científicas acontecem quando se consciencializou que o paradigma existente deixou de funcionar de maneira adequada, as revoluções políticas tornam-se necessárias quando cresce um sentimento de que as instituições deixaram de resolver convenientemente os problemas. Só que os instalados, os carreiristas, os exploradores pensam que estão bem e não vêem que há necessidade de fazer o novo e consideram até a criatividade um acto proibido. Eles desconhecem aquela frase célebre de Ernst Bloch que diz: "o que é não pode ser verdade". Mas os ricos, os poderosos não têm alternativa: eles querem que tudo continue como está! A História não regista um único caso no qual o poderoso abdique dos seus interesses. O presente realiza o que lhes convém e portanto a transcendência não lhes interessa. Na tradição religiosa, os demónios não são aceites; são expulsos. Os ídolos não são convertidos; são destruídos. A esperança de um futuro diferente depende da possibilidade de se destruírem ídolos e de se expulsarem os demónios. A terapia é declaradamente ética e política. A mentira do neoliberalismo está aí, à vista de toda a gente! A Bíblia dá-nos, a propósito, a lição que o teólogo Leonardo Boff resume, no último número do Fraternizar: "A economia não se pode independentizar da sociedade, pois a consequência será a destruição da própria ideia de sociedade e de bem comum. O ideal a ser buscado é uma economia do suficiente, para toda a comunidade de vida".

Se bem entendo o que a Bíblia nos ensina, é preciso morrer para o fausto, para o luxo, para o supérfluo, para que possamos renascer para a fraternidade, para a igualdade, para a solidariedade. Crescimento não pode ser sinónimo de exploração, de cegueira pelo ter que se acumula em detrimento dos pobres, dos miseráveis, dos excluídos. Crescer é, para mim, encontrar a urgência do amor e da justiça, que decorre da mensagem que nos explicita por que Jesus nos amou e por que deu, por nós, a própria vida - mensagem que, digamo-lo, sem receio, é também de conteúdo verdadeiramente social e político. Eu sei que Jesus é "a forma suprema e insuperável do compromisso de Deus com o mundo e pelo mundo", que não se deixa absorver por qualquer ideologia política, por mais magnânima que ela se apresente. Mas também sei quem são (e têm sido) os defensores de um neoliberalismo que é um perfeito (e pernicioso) logro. No entanto, o grande desafio à solidariedade, no mundo de hoje, não pode limitar-se à condenação do capitalismo neoliberal - tem também a ver com todos e cada um de nós! De facto, em que espécie de pessoa, em que espécie de gente nos queremos todos transformar? A desigualdade na distribuição do rendimento pressupõe corrupção no coração da política, "rambificação" do entretenimento popular, desinteresse pelo bem-estar do nosso próximo. Há quem, vítima embora da sociedade injusta, também defenda o lucro sem freios e o consumismo. Assim se caminha para a falência civilizacional, para um universo sem valores, para um mundo transformado num centro comercial. Onde os culpados são muitos e... nós!

Manuel Sérgio

Universidade Técnica de Lisboa



Estudo da OCDE revela

Portugal no topo da desigualdade na distribuição do rendimento

Os números são da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e contrariam o discurso político optimista que caracteriza o actual Governo: Portugal apresenta o terceiro maior índice de desigualdade na distribuição do rendimento entre os 30 países desta organização, a par com os Estados Unidos e apenas atrás do México e da Turquia.

Já no ano passado, dados do centro europeu de estatísticas (Eurostat) referentes ao mesmo período analisado (2005) mostravam que os 20 por cento de portugueses mais ricos apresentavam rendimentos oito vezes superiores aos 20 por cento mais pobres. Na União Europeia, esta disparidade, ainda assim, era em média multiplicada por cinco. No entanto, enquanto que a tendência no espaço europeu caminhava no sentido da diminuição desta diferença, Portugal fazia parte dos poucos países que agravaram as desigualdades e registava mesmo o maior aumento, já que dez anos antes (1995), essa diferença era estimada num coeficiente de 7,4 contra 5,1 da média europeia.

Apenas como apontamento, recorde-se que a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários revelou recentemente que as remunerações dos conselhos de administração das vinte empresas portuguesas cotadas na Bolsa triplicaram entre 2000 e 2005. Paralelamente, os gestores das empresas portuguesas ganham, em média, cerca de trinta vezes mais do que os trabalhadores das empresas que administram.

Desigualdade cresce na maioria dos países da OCDE

Mas não é apenas em Portugal que a desigualdade cresce. No relatório “Crescimento e Desigualdades”, a OCDE afirma que o fosso entre ricos e pobres aumentou em todos os países membros nos últimos 20 anos, à excepção da França, Grécia e Espanha, e que nos últimos cinco anos se assistiu ao crescimento da pobreza e da desigualdade em dois terços dos países analisados. Canadá, Alemanha, Noruega e Estados Unidos são os mais afectados. O restante conjunto de países viu as diferenças entre ricos e pobres diminuírem, em particular a Grécia, o México e o Reino Unido, o que, de acordo com os autores do estudo, “prova que não há nada de inevitável nestas mudanças”.

Muitos cidadãos da OCDE mostram-se preocupados com esta tendência. No Japão, dois terços da população considera que a desigualdade é muito expressiva. Em Portugal, Hungria, Itália e República Eslovaca mais de 90 por cento pensa o mesmo. Uma opinião que não será com certeza partilhada pelos cidadãos da Dinamarca e da Suécia, apontados como os países onde a justiça na repartição dos rendimentos é maior. No outro extremo da tabela aparecem o México e a Turquia. Apesar do coeficiente de avaliação que determina este ranking situá-los a alguma distância, Portugal e os Estados Unidos aparecem nos lugares imediatamente seguintes. A OCDE conclui que o rendimento dos 10 por cento mais ricos é, em média, nove vezes superior ao dos dez por cento mais pobres. Esta diferença chega a ser 25 vezes maior no México e 17 vezes na Turquia.

Um dos dados mais preocupantes do relatório diz respeito às alterações nos índices de pobreza quando comparados por grupos etários. Assim, apesar de o risco de pobreza ser hoje menor nas faixas etárias mais elevadas – ainda que os indivíduos com mais de 75 anos continuem a ser o grupo com maiores probabilidades de cair na pobreza –, ele aumentou nos jovens adultos e nos casais com filhos a cargo.

De facto, de acordo com o estudo as crianças e os jovens adultos sofrem de taxas de pobreza 25 por cento acima da população média, ao passo que há vinte anos estavam abaixo dessa média ou na sua linha de água. Além disso, os agregados familiares constituídos por pais solteiros têm hoje três vezes mais possibilidades de serem pobres do que a média da população, valor que cresceu ligeiramente entre meados dos anos 90 e meados da primeira década do século XXI.

Mais emprego não garante redução da pobreza

O relatório, porém, relativiza o conceito de pobreza entre os diferentes países da OCDE, referindo, como exemplo, que os dez por cento de cidadãos britânicos mais pobres têm um rendimento superior ao português médio.

A OCDE recorda que o rendimento auferido não é um indicador absolutamente fiável na definição dos índices de pobreza, considerando-se igualmente relevante



a forma como os indivíduos e as famílias conseguem suprir as suas necessidades básicas. Factores como o número de pessoas por habitação, o conforto das mesmas, a limitação na escolha alimentar ou constrangimentos no pagamento das despesas fixas são também considerados exemplos de privação material.

A verdade é que, sem surpresa, a proporção de pessoas que não consegue suprir as suas necessidades básicas revela padrões muito semelhantes ao índice de pobreza associado ao rendimento. Assim, ao passo que nos países nórdicos essa percentagem se situa entre os 5 e os 6 por cento da população, nos países do sul da Europa, Austrália, Japão e Estados Unidos essa percentagem eleva-se a valores situados entre os 12 e 20 por cento.

Na apresentação do documento à imprensa, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, chamou a atenção para o facto de a crescente desigualdade impedir a mobilidade social entre gerações, considerando ainda que, além de ser geradora de discórdia, ela “polariza as sociedades, divide regiões no interior dos próprios países e modela o mundo entre ricos e pobres”. Ainda de acordo com este responsável, “ignorar esta crescente desigualdade não é uma opção”.

“Tentar disfarçar as desigualdades na distribuição de rendimento aumentando apenas os gastos sociais é como tratar os sintomas ao invés da doença”, referiu Gurría, salientando que grande parte do aumento das desigualdades decorre das mudanças nos mercados de trabalho. “Os trabalhadores com pouca qualificação estão a enfrentar muitos problemas para encontrar trabalho. É aí que os governos precisam de agir”, disse, concluindo que “aumentar o emprego é a melhor forma de diminuir a pobreza”.

O relatório salvaguarda, no entanto, que o aumento do número de empregos não constitui, por si só, uma garantia de diminuição da pobreza. O Japão e os Estados Unidos são referidos como exemplos disto mesmo, apresentando simultaneamente baixas taxas de desemprego e uma pobreza acima da média da OCDE. A Hungria, pelo contrário, tem um índice de pobreza relativamente baixo para o número de pessoas que se encontra no desemprego.

Redução das desigualdades nas mãos de cada governo

O relatório da OCDE é taxativo quando refere que os governos desempenham um papel fulcral na determinação dos rendimentos e no nível de vida dos cidadãos, através da forma como arrecadam os impostos e os distribuem nomeadamente sob a forma de ajudas sociais. Mais uma vez, os países nórdicos constituem um bom exemplo de justiça social, com estes dois pólos a equilibrarem-se num modelo altamente redistributivo, ou seja, e citando o documento, “tirando dos ricos para dar aos mais pobres”. O sistema de impostos-ajudas sociais tem um carácter igualmente redistributivo na Coreia do Sul e nos Estados Unidos, se bem que em muito menor grau.

As transferências de verbas por parte do Estado e os impostos sobre o rendimento contribuem, em média, para diminuir em cerca de um terço as desigualdades entre os cidadãos. Nos países onde é posto em prática um sistema adequado de redistribuição entre impostos e ajudas sociais a pobreza chega a ser reduzida em cerca de 60 por cento. A organização garante ainda que mesmo quando esta redistribuição incide sobre a população activa os índices de pobreza caem para cerca de metade.

Apesar de este sistema ter já demonstrado contribuir decisivamente para o reequilíbrio das desigualdades sociais entre ricos e pobres, o impacto das políticas fiscais e das ajudas sociais sobre os índices de pobreza e de desigualdade diminuiu ao longo dos últimos dez anos em muitos países da OCDE. Uma conclusão que ajudará talvez a explicar alguns dos motivos pelos quais Portugal aparece no topo desta tabela.

A OCDE chama também a atenção para o facto de os benefícios decorrentes da prestação de serviços públicos serem distribuídos de forma mais igualitária relativamente aos rendimentos, mesmo depois de levados em conta os impostos e as ajudas financeiras. O custo da prestação destes serviços públicos, quando acrescentado aos rendimentos, reduz os padrões médios de desigualdade em cerca de um quarto quando comparado com a desigualdade de rendimento considerada isoladamente. Segundo a OCDE, os efeitos mais significativos decorrem de sectores como a educação, a saúde e a habitação. O efeito redistributivo da prestação de serviços públicos equivale, em média, a dois terços do impacto dos impostos e das ajudas sociais. Mais uma vez, a organização refere que o impacto dos serviços públicos na diminuição da pobreza e da desigualdade varia de país para país.

A Dinamarca e a Suécia, que, tal como já foi referido, têm o menor índice de desigualdade de rendimentos entre a população, possuem também o maior índice de redistribuição da riqueza através dos seus serviços públicos, cujo impacto está calculado em cerca de 40 por cento. O México e a Turquia, que aparecem imediatamente antes de Portugal nesta classificação, não só têm a distribuição mais desigual de rendimentos como os serviços públicos com menor grau de eficácia na sua diminuição. Na Holanda, por exemplo, os rendimentos são comparativamente idênticos, mas os serviços públicos contribuem para reduzir a desigualdade para níveis abaixo da média. Caso diferente é o da Austrália, cuja desigualdade de rendimentos se situa na média da OCDE mas que aparece em quarto lugar no que se refere ao impacto dos serviços públicos na redução das desigualdades.

Ou seja, e tal como referem os autores do estudo, “o caminho da desigualdade não é algo de inevitável”. Pelo contrário: “os governos podem contribuir para diminuir o fosso entre ricos e pobres com a aplicação de políticas sociais efectivas, muitas das quais não necessitam de maiores gastos”

Ricardo Jorge Costa



Angola precisa de professores

Se chegar a bom termo o acordo assinado por José Sócrates durante a sua visita, em Julho, a Luanda, para o envio de 200 professores que coadjuvarão no plano “Educação para todos” que o Governo de Angola pretende concretizar até 2015, seria bom que os candidatos a esta nova navegação para aquela que foi a mais duradoura colónia de Portugal não se deixassem inibir pelas leituras demolidoras que, antes das eleições legislativas realizadas em Setembro, se fizeram em importantes órgãos de comunicação social sobre o modo como é governado aquele país.

Eram tópicos dessas leituras o autoritarismo, o nepotismo, a corrupção e a incompetência, frutos de um poder geralmente considerado sectário e ditatorial, que não permitia o exercício de elementares liberdades civis e políticas, como é a prática do contraditório. E, nesta visão, esses analistas incluíam a previsibilidade de eleições fraudulentas e o mais que fosse imaginável para garantir que o Partido do Governo continuasse incólume, apenas cedendo em arremedos de democracia à europeia “para inglês ver”.

Mas depois das eleições só vimos o clamoroso silêncio dos mesmos analistas, também chamados “guias de opinião”, que, talvez por não estarem ainda imunizados contra uma espécie de síndrome pós-colonial, se tinham “esquecido” do aviso de Frei Tomás e de que o argueiro nos próprios olhos os impedia de ver que, na “sua” Europa, as práticas do poder estavam longe de servir como receita universal.

Afinal, os eleitores puderam votar em paz e liberdade, depois de terem escutado, nos comícios e órgãos de comunicação social, as vozes do contraditório representado por uma dezena de prolíferos partidos de oposição ao Governo. E, contra as

expectativas dos observadores ocidentais, compenetrados de que o paradigma da “verdadeira” Democracia (literalmente o poder do povo) é uma inspiração euro-americana, de génese greco-latina – a “corte” do MPLA (histórico e/ou refundido) captou 80% dos votos democraticamente expressos! Só que não ficaria bem àqueles analistas, assumidos democratas, dizer depois que a maioria esmagadora dos eleitores angolanos, inclusive nas áreas onde tinham pontificado os grandes partidos adversários do MPLA – a UNITA e a FNLA – se enganaram votando no partido do Governo ...

E não se enganaram. Porque logo num aspecto o desenvolvimento alcançado (sobretudo no domínio da Educação e da Cultura), depois que terminou a guerra civil, era indício de que, como ensinavam os mais-velhos, “amanhã será melhor”: melhor, para as grandes massas populares salvas dos campos minados e das aldeias bombardeadas, recolhidas “in extremis” nas costuras das cidades desestruturadas pelo sobrepopoamento (em Luanda mais de 2 milhões); melhor também, para que “os meninos de rua” sem eira nem beira pudessem (como “os meninos do Huambo” da canção) voltar a sentar-se à roda da fogueira cantando à Bandeira e à Independência. Esses meninos são hoje mais de 5 milhões que vão às escolas do ensino primário, secundário e superior, distribuídas por todo o País e administradas por cerca de 180.000 professores, ainda, dos quais mais de 70% no ensino primário e o resto em 53 escolas secundárias, 16 instituições públicas de ensino superior e 13 privadas.

Certo foi que maioria do povo que votou no Partido do Governo, mesmo só como numa nova Sagrada Esperança, não se deixou impressionar com o uso que os governantes faziam do Poder, à sombra do qual se havia constituído uma classe privilegiada, rica e poderosa, de amigos e familiares do Chefe. Pois já diziam os “misosos”: “Montas um elefante, tens admiradores à tua volta”; “quem obedece sempre comeu”...

Nada de novo: fora sempre assim, em todos os tempos e lugares do mundo... No antigo Livro da ética judaico-cristã, em que se perfila um Homem Novo, já se regista que prudentemente ninguém deverá sentar o inimigo a seu lado e que Jesus censurou os doutores fariseus pelo seu presunçoso e hipócrita apego ao formalismo da lei. Na “teleologia” tradicional angolana, prelecciona-se que “não se deve castigar um cão pelos defeitos próprios de todos os cães”. Sempre a Moral foi moldada pelos costumes e as vontades...

Um professor português, conhecedor da literatura medieval do seu país e lembrando-se da crónica de Fernão Lopes sobre a Geração de Aljubarrota, perante a natureza do Poder constituído em Angola, tendo como suporte um grupo de escolhidos entre os filhos, civis e militares, da Geração da Luta pela Independência, não será acometido pelo furor farisaico daqueles “analistas” sem bastante memória nem ciência da sua própria História, e menos ainda da História de África, que aqui se desenvolve vertiginosamente, ao correr dos dias. Esses não poderão compreender que, num país tão “atrasado” como consideram Angola, o novo Governo saído das eleições de Setembro tenha dez ministros do sexo feminino – quando no mundo “desenvolvido” ainda se discute o recurso a quotas para as mulheres ascenderem à governação...

Mas recordemos a crónica de Fernão Lopes:

Nos, com ousança de falar, como quem jogueta, por comparação, fazemos aqui a septima hidade, na qual se levamto outro mundo novo e nova geeraçom de gemtes; porque filhos d’homeês e de tam baixa comdiçom, que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo forom feitos cavalleiros, chamamdo-sse logo de novas linhageês e apelidos.

Por fim, um “aviso” aos professores candidatos a navegantes e aos promotores da navegação: não se atrasem demasiado, fazendo jus ao apodo com que os nativistas brasileiros nordestinos, no século XIX, mimoseavam os portugueses – “pés-de-chumbo” – mofando do seu proverbial “devagar que tenho pressa”. Perante o descenso que já se verifica nas escolas superiores portuguesas sobre os estudos africanos (e as Humanidades em geral), não é impensável que Angola tenha de recorrer a professores brasileiros para ensinar português.

Leonel Cosme

Escritor - Jornalista, Porto

TRAUMAS DA GUERRA

Militares investigam soldados do Colorado por cinco crimes nos EUA

As forças armadas dos Estados Unidos abriram uma investigação a um grupo de soldados de uma base do Colorado (noroeste). Os soldados estiveram no Iraque e estão a ser associados a cinco assassinatos ocorridos nos últimos 14 meses perto da sua base. Esta investigação partiu de responsáveis do exército que foram pressionados por haver indícios que associam os soldados regressados da guerra aos crimes

ocorridos nas redondezas do aquartelamento.

O general Mark Graham, comandante de Fort Carson (centro do Colorado), disse num comunicado que as autoridades militares lançaram uma investigação sobre a possível relação entre os crimes e os membros da 4ª Brigada de Combate no Colorado.

“Nós temos muitos jovens americanos grandiosos no nosso Exército que foram voluntários para servir

em tempos de guerra, quase todos são grandes cidadãos”, disse Graham. “No entanto, também nós estamos muito preocupados com estes actos horríveis”, apontou o general.

O senador Salazar exigiu que o Exército estabelecesse se aos soldados que prestaram serviço no Iraque foram diagnosticados problemas psicológicos.

Segundo um estudo publicado no mês de Abril do

ano passado, pelo instituto RAND, cerca de 300.000 dos 1,6 milhão de soldados americanos que haviam participado até então nas guerras do Iraque e do Afeganistão desde 2001, sofrem com stress pós-traumático e depressão.

JPS/ com AFP

■ Quotidianos

O voto SECRETO

Os eleitores de todos os países (excluindo aqueles em que ninguém vota), deveriam passar a votar segundo o verdadeiro "Voto SECRETO". Quer dizer: de forma assumida, sabida e consentida, os eleitores deveriam exercer o seu "direito de voto", mas nem eles deveriam saber em quem votavam! Como fazer isso? Entravam num local de voto e jogavam numa espécie de caça-níqueis ou "slot machines", que, de forma aleatória comporiam siglas de partidos, ou nada (esses seriam os votos considerados brancos ou nulos). Já é isto que se passa, mas não se diz. Quantas vezes se vota num partido e depois a liderança desse partido forma governo com gente que nem do partido é, gente que não sabemos de onde vem, o que quer, o que fez, a que interesses está ligada? Ficamos à espera desta forma assumida de honestidade... É isto que se passa neste cada vez mais democrático planeta. A estória do senhor importante na povoação da América Latina ilustra isto e muito mais. Uma vez, um senhor muito bem vestido chegou a um pequeno povoado, com um funcionário, e disse aos camponeses que pagaria 10 dólares por macaco. Os camponeses apanharam centenas de macacos! O senhor determinou que fizessem uma enorme jaula onde os macacos foram presos. Depois disse que queria mais macacos e os camponeses quase os esgotaram, na segunda investida. Então ele disse que daria 50 dólares por macaco e os camponeses lá conseguiram apanhar ainda mais macacos. Chegados ao povoado, viram que o senhor importante tinha ido embora, "tratar de uns negócios" segundo disse o seu funcionário. E acrescentou: os macacos agora são raríssimos, vão buscar as vossas poupanças e comprem-nos porque poderão vender cada macaco por 5000 dólares! Os camponeses correram a casa, depositando as poupanças de uma vida a comprar os macacos. O funcionário desapareceu, tal como o seu patrão! Isto é como a estória do voto SECRETO! Foram os camponeses quem apanhou os macacos, quem fez a jaula para eles e quem os comprou a outros que nada tinham feito a não ser "valorizar" por palavras os macacos! Isto passou-se (passa-se) neste momento, quando Estados emprestam dinheiro de quem não o gastou (e irão exigir sacrifícios e mais impostos) a comprar os agora ditos "produtos tóxicos" — ou serão macacos? Voltando ao começo, quem nos pode dizer o que vai alguém fazer com o nosso voto? Na maioria dos casos faz-se como neste, da "crise financeira": quem perguntou aos pagantes de impostos se achavam uma prioridade ajudar os banqueiros que perderam uma montanha de dinheiro? Se o banco nos fica com o dinheiro, regressamos a outra velha questão. Os bancos serviam para nos "proteger" dos ladrões. E agora? Tal como os políticos, os executivos da banca não foram escolhidos por eleições, foram lá parar por "voto SECRETO"! Num mundo assim, ainda por cima "global", quando se usam escravos na Ásia e se pretende que os ocidentais compitam com eles, quem pode saber em que votou? Como dizia alguém "quem nos protegerá dos nossos protectores"?

Carlos Mota

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Vila Real



Era uma vez um rapaz....

Conto de embalar para a minha descendência

Era uma vez um rapaz que não conseguia dormir. Ainda bebé e depois da mamada, dormir não conseguia. A fada madrinha do rapaz, de nome Carolina¹, porque todos os pequenos têm fada madrinha para viverem calmos e sem medo, sussurrou no ouvido da mãe do rapaz: "toca Mozart² na viola ou no piano e vais ver o que acontece". O encantamento da fada madrinha foi forte: mal o rapaz ouvia essa música, adormecia. Foi... o toque mágico. A seguir à mamada, tocar Mozart era parte do alimento: comida para o corpo e música para a alma. A canção tocada, sempre a mesma, repetitiva, essa música das Campainhas Mágicas para xilofone, que adormecia o bebé, ou a canção da Mãe Lua ou Rainha da Noite, convertida para piano. O rapaz cresceu, a música não era suficiente, queria saber porque Papageno, se era caçador de pássaros, tocava uma música, e a Fada Madrinha respondia: "para os atrair e caçá-los, menino! E a primeira caçada foi um senhora pássaro, disfarçada de velha, mas que passara a ser uma linda catatua que encantou o caçador, e tiveram muitos filhos, todos eles passarinhos...e o conto para embalar ia ficando por esses trilhos, porque o rapaz adormecia. As crianças ficavam admiradas e gostavam de ouvir essa música para adormecer. Os contos de embalar têm essa magia, são... peganhentos... imitados. O melhor remédio dos pais é saber qual a varinha mágica que coloca os pequenos a dormir a noite toda. O rapaz do meu conto, até ao dia de hoje, precisa da sua música para adormecer, tal como estes mais novos, os seus descendentes que ouviam a história narrada todas as noites, queriam ouvi-la mais uma vez. Particularmente pela habilidade do pai em a mudar sempre, para as entreter melhor. Rapaz que, ainda em pequeno, aprendeu a ler sem dar por isso, no colo do pai, enquanto este lia um livro, ele espreitava as letras, letras que aprendeu com a mãe e professora em casa, porque, minhas crianças, o rapaz tinha uma manha: adorava ficar com a família, ler e ouvir a sua música. Escola? Nem por isso, havia muita miudagem em casa, mais não Os doutores das letras permitiam, apenas, estudar em casa até os 11 anos. Depois disso, o rapaz da história ao dar-se com outros, adorou. Não sabia o bom que era estar com amigos. Esse rapaz cresceu, as asas do saber apareceram nos seus ombros, ganhou prémios, o que as crianças do rapaz adoravam ouvir, era tão fácil e não

esse pandemónio que os descendentes do rapaz tinham que atravessar todos os dias. Essas crianças adoravam a fada madrinha do rapaz e queriam ter uma, e o rapaz pai dessas crianças, de imediato lhes emprestou a fada madrinha. A história era tão simpática, que as crianças do rapaz passaram a adorar Mozart, a música e a história da flauta encantada do compositor, especialmente a história do dragão vencido pelo valor do Príncipe Tamino e das chamas apagadas ao som da flauta encantada que ele tocava com a sua namorada a Princesa Pamina, sempre ao pé do príncipe, era o prazer das crianças, que entre dragões vencidos, fogo apagado, e muito amor, faziam a delícia dos mais novos e servia para embalar, em qualquer idade. Os rapazes mais crescidos, que adoram essa peça de música oferecem A Flauta Encantada aos mais novos de família. Rapaz que cresceu cheio de amor, valentia, destemido, a vencer dragões por todos os sítios. As crianças do rapaz admiravam-no e queriam fazer como ele... e fizeram. Não apenas adormeciam como o pai, bem como ensinaram aos seus a gostar de música. E a querer, como ele, cumprir cinquenta anos de vida de estudos, leitura, escrita, pesquisa e música.

Quem era o rapaz? O suspense era parte da história de todos os dias, que ajudava a adormecer enquanto ouviam a Flauta Encantada e tentavam adivinhar quem era esse rapaz "Era uma vez um rapaz que cresceu no meio da música, a leitura, as amizades, o amor, o respeito aos outros... E era...

Raúl Iturra

Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa
ISCTE/CEAS/APA

Texto escrito na minha casa da Parede, 12 de Outubro de 2008.

¹ Carolina é o diminutivo do nome latino Carla, que significa: AQUELA QUE É FORTE, nome muito conveniente para uma fada madrinha. Narrado às crianças, é a sua delícia. Retirado de:

http://nomes.netsaber.com.br/ver_nome_c_1451.html

² Mozart, Wolfgang Amadeus, (Salzburgo, 27 de Janeiro de 1756 — Viena, 5 de Dezembro de 1791) foi um compositor austríaco e executante da música erudita do Período Clássico. Viveu apenas 35 anos, Escreveu A Flauta Encantada, traduzida habitualmente para português, como mágica, enquanto que em francês tem a força da palavra do título original em alemão: Die Zauberflöte, é uma ópera em dois actos de Wolfgang Amadeus Mozart, com libreto alemão de Emanuel Schikaneder. Estreou no Theater auf der Wieden em Viena, no dia 30 de setembro de 1791. Zauber é a ponte entre dois sítios, no caso da ópera foi usado entre a vida encantada e a vida material, história explicada às crianças com palavras simples.. Esta ópera, concebida como um conto, foi um de seus grandes sucessos, mas Mozart morreu apenas dois meses depois da sua estreia. A ópera mostra a filosofia da iluminação. Parte desta nota está retirada de:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u57227.shtml>



Irene Lisboa nos cinquenta anos da sua morte

Irene Lisboa faleceu em 25 de Novembro de 1958 depois de uma vida literária passada na capital por entre muitas agruras e dissabores e sem ter assistido à reedição de qualquer dos seus livros. Mal posso lembrar que há muitos anos José Rodrigues Miguéis vaticinou que quando a mais-valia do tempo tivesse em definitivo cristalizado a sua obra de audácia e reticência, de anseio e pudor, «Irene Lisboa seria, toda ela, um documento humano de irrecusável pungência e beleza: e nenhuma obra de ficção poderá perdurar mais nem melhor do que as angústias que ela nos faz sentir e adivinhar».

Sim, o tempo passou, decorreram muitos anos sobre a sua morte física, e a obra literária de Irene Lisboa, na humildade da sua grandeza, tem sido reeditada na série de «Obras Completas», com o entusiasmo e rigor crítico de Paula Morão. É uma obra que está bem viva, na forma de intimidade e verdade que definiu muito bem a aventura literária da autora de *Contarelos*, fechada no seu próprio drama humano que soube transportar pela vida fora e fez dela um dos maiores escritores do século.

De facto, passados cinquenta anos sobre a sua morte, confirmado está que

Irene Lisboa é uma prosadora que, vivendo em tempos de infortúnio e de miséria fascista que mais e sempre sobressaltaram a alma de uma Mulher sensível e simples, atenta ao mundo em que viveu o soube captar desse tempo cinzento um retrato amargurado e doloroso em muitas circunstâncias, ao longo de uma vida que só o não foi de coisa nenhuma por ter sabido preenchê-la, no aparente vazio do seu universo literário, com a profunda humanidade de um saber estar no mundo e ter olhos para ver, ouvir e não calar, nunca se calar, reinventando o mistério da vida e revalorizando o que tantas vezes não pôde ser valorizado, por ter desde o início do seu trajecto criador, como observou Óscar Lopes, «a preocupação dominante de não trair a vida por amor à arte, pela convicção de que a única obra de arte definitiva é a totalidade da vida humana».

Mas, apesar de nestes últimos anos ter crescido o interesse pela obra da autora de *Solidão*, a verdade é que ainda não foi de todo vencida a barreira de silêncio ou de esquecimento que envolve a sua obra, embora a edição em curso dos seus livros (de que *Solidão II* é o décimo título a ser incluí-

do nas “Obras de Irene Lisboa”) possa e deva consentir que os leitores de hoje descubram os segredos e prazer da leitura, porque no seu conjunto, a, a autora de *Uma Mão Cheia de Nada* merece ser colocada na primeira linha da nossa literatura, como um dos poucos escritores que conseguiu, com corajosa persistência e uma generosidade sem limites, redescobrir o amor das coisas simples, do dia-a-dia sem história, dos próprios actos fugazes ou na aparência sem importância de um quotidiano vivido em sobressalto. A apreensão desapiedada na fixação dos matizes que o sol da vida a todo o instante clarifica, a virilidade quase masculina e o atrevimento de captar, crua e corajosamente, tantas vezes, a realidade da vida suportada com heroísmo e arrogância, sempre em solidão, tudo isso faz a grandeza de uma Mulher que nasceu para a literatura, de uma Escritora que foi vencida pela «fada má» da sua estrela, mas soube suportar tudo talvez como remédio para as grandezas tornadas misérias de um dia e outro dia, deixando uma obra literária feita de atenção e de amor pelos outros, repetimos, onde o que é vivido poucas vezes se transfigura através de

um processo literário que se relaciona mais com a própria intimidade do que com a literatura no sentido em que esta se entende (e aceita) tantas vezes, sem fazer grande sentido. Mas a verdade é que a obra de Irene Lisboa, sendo o retrato de uma vida mártir-e-glória-de-si-mesma, alcança momentos raros de expressão vivida e sentida por dentro, é a transposição em termos verdadeiros de um mundo que construiu na amargura dos dias, na existência de uma alma apenas entregue a si própria, vivendo as dores e sofrimentos de toda a gente que a rodeava, solidária e solitária, acabando por erguer uma obra à imagem e semelhança da sua vida, que aqui nos compete evocar cinquenta anos após a sua morte. Por favor, leiam as obras de Irene Lisboa!

Serafim Ferreira

Escritor e Crítico Literário, Lisboa

Concepções Pedagógicas na Obra de Irene Lisboa

Luís Cardoso Teixeira

Profedições, 2006, 10 Euros

Pedidos: livros@profedicoes.pt

ANSIEDADES da CRISE

China empreende a própria luta contra a crise perante sinais de desaceleração

A China, afectada pela crise internacional, tomou uma série de medidas para lutar contra o arrefecimento da economia e apoiar sectores como os da exportação e imobiliário.

Os primeiros pacotes foram decididos 24 horas depois de Pequim anunciar um crescimento em alta de 9,0 por cento entre Julho e Setembro, o que representa o mais baixo nível trimestral em cinco anos.

O governo interveio em primeiro lugar para apoiar as exportações, aumentando as devoluções do IVA para

cerca de 3.500 produtos.

Embora as medidas sigam à contracorrente da sua política actual, as decisões fiscais justificam-se nos temores de Pequim de uma diminuição da procura nas economias ocidentais.

Paralelamente, o governo confirma a intenção de investir em massa, mas sem dar montantes precisos, em “obras viárias, aeroportos, centrais nucleares e na energia hidráulica”, principalmente. Foram também tomadas medidas fiscais para ajudar o sector

imobiliário, que representa um quarto do total dos investimentos em capital fixo e 10 por cento do Produto Interno Bruto chinês.

A desaceleração do crescimento chinês é, “antes de mais nada, um problema interno”, apontou o Goldman Sachs. Mas “o clima internacional que poderia permitir à China um crescimento contínuo, piora”, segundo o JP Morgan. Pequim escolheu, assim, o caminho do estímulo ao sector imobiliário, arrefecido durante quatro anos com directrizes destinadas a travá-lo.

Para o JP Morgan, 19 por cento dos empréstimos dos bancos chineses estão relacionados com o sector imobiliário, em comparação com os mais de 50 por cento nos Estados Unidos. “A China é o país que dispõe da maior flexibilidade para conter o impacto da crise financeira mundial”, destacou o JP Morgan.

JPS/ com: AFP

■ Lá fora

Damien Hirst causa *frisson* ao pôr em causa as regras do mercado de arte

O artista britânico Damien Hirst, que provocou polémica com os seus tubarões embalsamados em formol, gerou um novo *frisson* no mundo da arte ao mudar as regras e entregar pela primeira vez centenas das suas obras a uma casa de leilões, alvoroçando as galerias.

O leilão de 223 obras de Hirst, nos dias 15 e 16 de Setembro na casa Sotheby's de Londres - que deverá arrecadar mais de 100 milhões de dólares [c. de 78,7 milhões de euros] -, marca a primeira vez que um artista entrega a sua obra directamente a uma casa de leilões, salientaram os especialistas de arte.

Hirst, um dos artistas mais caros de todos os tempos, "está a reescrever a história da arte", frisou o crítico de arte do jornal Daily Telegraph, ao destacar que o criador britânico de 43 anos havia negociado directamente com a Sotheby's o leilão de 223 obras, que foram apresentadas na segunda-feira à imprensa.

A iniciativa de Hirst foi classificada de "histórica" pela Sotheby's, e levou a revista Time a colocá-lo na sua capa, o que não fez nem com Andy Warhol, o grande malabarista do mercado da arte.

A Sotheby's confirmou que desde a sua fundação, em Março de 1744 - quando um tal Samuel Baker leiloou uma colecção de livros antigos no seu gabinete de Londres - jamais havia vendido obras recentes de um artista vivo directamente ao público.

"Há muito dinheiro no mercado da arte, mas os artistas não o recebem. Toda a gente ganha muito dinheiro, menos os artistas", queixa-se Hirst, que em 2007 pôs à venda na galeria londrina White Cube, uma caveira de platina com 8.601 diamantes incrustados, por 100 milhões de dólares. Intitulada "Beautiful inside my head forever" ("Belo dentro de minha cabeça para sempre"), o leilão de obras dessa figura emblemática da arte conceptual não é só uma venda, mas uma mostra do seu último trabalho.

Classificada de "assombrosa" por Cheyenne Westephal, que dirige o departamento de arte contemporânea da Sotheby's, a estrela da colecção de Hirst - que explicou que o tema fundamental do seu trabalho é a mortalidade - é um bezerro com chifres e cascos em ouro de 18 quilates. Intitulado "The Golden Calf" (O Bezerro de Ouro), o animal está estimado em 14,6 milhões de dólares [c. de 11,4 milhões de euros] a 24 milhões de dólares [c. de 18,8 milhões de euros]. Além de uma zebra baptizada "The Incredible Journey" ("A viagem incrível"), um unicórnio intitulado "The Dream" ("O sonho") e um tubarão em formol estimado em 10 milhões de dólares [c. de 7,8 milhões de euros], o leilão inclui quadros fabricados com asas de borboletas, farmácias com pílulas de todas as cores e várias caveiras.

Parte do dinheiro arrecadado com a venda será destinado a algumas instituições de caridade escolhidas por Hirst, entre elas a Survival International, que defende a causa das tribos indígenas, a Strummerville, criada em memória de Joe Strummer, que foi músico dos The Clash, e para a fundação Melinda e Bill Gates, fundador da Microsoft.

E o restante dinheiro irá para os bolsos do artista, que contou com mais de 200 colaboradores.

JPS/ com: AFP



A propósito da crise: entre o real e seu inverso

A explicação segundo a qual a crise financeira norte-americana - tornada mundial - decorre do colapso do mercado de hipotecas imobiliárias classificadas como subprime é apenas uma meia verdade.

Para início de prosa, dever-se-ia recolher uma lição da história económica e social: dado o carácter do seu processo de reprodução, o capitalismo sobrevive articulado por ciclos - curtos e longos. Como bem pôs em realce Kondratieff em sua clássica formulação, de resto retomada por Ernst Mandel, os ciclos curtos configuram uma perspectiva expansiva se a curva das subidas e descidas aponta para cima, e uma perspectiva recessiva se aponta para baixo.

Ora, sem rodeios, digamos o que efetivamente as coisas são: a eclosão da crise resulta da impossibilidade de sustentação *ad infinitum* de uma lógica de valorização de ativos, amparada no crédito bancário, tendo como objeto contínuas bolhas (de ações, imóveis, *commodities*, etc.) e que encontrou no mercado imobiliário estadunidense o seu ápice. Ao fim e ao cabo, trata-se de uma crise do capitalismo contemporâneo, onde a financeirização fictícia dos oligopólios - a galope com as novas tecnologias - expressa a sua face, por exemplo, na irracionalidade que é a contenda das ações, na busca desenfreada por lucros, sem a mediação da produção. Há algum tempo, não eram poucos os que louvavam este modelo, sob a retórica da não-intervenção do Estado na economia e da elevação do mercado à condição de demiurgo da sociabilidade humana. Resta saber o que, agora, eles têm a dizer, sobretudo os adeptos das ortodoxas "cantilínarias" da *intelligentsia* do *laissez-faire* abrigada na Universidade de Chicago.

Ao analisarmos o quadro político-económico internacional, em retrospectiva, logo percebemos que a peça dinâmica do crescimento mundial tem sido os *déficits* em transações correntes dos Estados Unidos. Ancorada no elemento-chave que é o dólar, a economia norte-americana pôde crescer nas últimas duas décadas sem restrição externa, colocando-se, via de regra, como locomotiva da expansão mundial. Isto não se conseguiu, claro, sem alguns arranjos institucionais entre nações, que agora se encontram sob ameaça de estiolamento. Desde a inflexão cíclica de 2001, foram intensificadas as movimentações, formatando-se uma engrenagem comercial entre o consumo dos EUA e o crescimento de outros países.

Podem ser aludidos, por exemplo, três elos de tal engrenagem: o referente aos Estados Unidos e a Ásia em desenvolvimento; o das relações intra-asiáticas; e o concernente à ligação entre a Ásia e as regiões produtoras de *commodities*. Uma amostra da tradução específica disso: pode-se dizer que o dinamismo chinês coloca-se como imprescindível à economia global hoje, mas isso não pode ser tomado como facto se não for considerada a função do *déficit* externo estadunidense. Assim sendo, dependendo da extensão e da profundidade da desaceleração da economia-líder, o primeiro elo ver-se-á diante de impasses imprevisíveis que logo arrastarão os demais.

É tempo de, analiticamente, regressar à dialéctica da economia política - relativizando os enfoques meramente económicos - como forma de captar as lógicas actuais dos fenómenos económicos. Evitaremos assim as meias-explicações, como a que limita o entendimento da presente crise ao colapso do mercado de hipotecas imobiliárias norte-americanas. São explicações que terminam por cair nas velhas armadilhas da ideologia: ora apanham *partes* dos fenómenos como se fosse o *todo*, ora focam de forma inversa (e, por vezes, perversa) a realidade.

Fundamentalmente, a crise não será compreendida sem se considerar a transferência de capitais do setor produtivo para o financeiro, ou melhor, para o especulativo, num processo fortemente impulsionado pela ausência de regulamentação, visto que, nas últimas décadas, os discursos dominantes desenvolveram uma verdadeira aversão a tudo que sinalizasse intervenção estatal. Entretanto, ironicamente, depois do estrago feito, tal como ocorreu com a crise de 1929, assistimos o Estado ser convocado para "apagar o incêndio" provocado pela suposta mão invisível do mercado, usando para tanto jactos de recursos públicos oriundos dos tributos pagos pelos contribuintes. Por outras palavras: socialização dos prejuízos. Por fim, a crise chama o dito mundo académico à realidade, visto que, em tempos recentes, alguns analistas sociais, envoltos em determinadas abstrações, passaram a negar a possibilidade de critério-referência de verdade às abordagens. Coisas da torre de marfim. Embebidas com representações invertidas do mundo. Entretanto, agora, a materialidade da crise mostra que é, no mínimo, impróprio continuar com uma postura que se assemelha à de colecionadores de borboletas: limitada a etiquetar a falência de teorias e a brandir discursos pseudo-eruditos em moda.

Ivonaldo Leite

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil

ivonaldo.leite@gmail.com

Os estímulos à emigração na organização social específica dos *tsongas*

O antropólogo Marvin Harris da Universidade de Colúmbia foi o primeiro a levantar uma série de factores interligados que estariam na organização social dos *tsongas* que explicariam essa corrente migratória e que os levou tão rapidamente a trocarem seu trabalho por moeda já que a sua cultura apresentava peculiaridades que não só os diferenciava dos restantes grupos étnicos como os colocava em posição de adoptarem uma posição mais favorável à emigração (Rita-Ferreira, 1963:17).

Os *tsongas* apresentam identificação cultural com os *Chopes* e os *bi-tsongas*. Os *bi-tsongas* são um povo essencialmente de pescadores e comerciantes sob a secular influência árabe e portuguesa. Os *chopes* viveram em aldeias fortificadas dedicando-se à agricultura dispunham de pouco gado bovino e habitavam zonas arborizadas e arenosas. Os *tsongas* eram pastores e caçadores de savana consideravam o trabalho agrícola coisa de mulheres. Estas distinções culturais são mais profundas e importantes do que vulgarmente se supõe e prova o facto de o fenómeno migratório ter desencadeado, entre os *chopes*, algumas repercussões.

É realçado ainda por Rita-Ferreira, apoiando-se em Hilda Kuper no trabalho realizado junto aos *bantu* da África Austral, nomeadamente do grupo *suazi*, que após as diversas invasões militares angunes (*zulus*) ocorre uma mudança na unidade em torno do clã, pela vassalagem ao rei que suplantou a lealdade ao clã, dando origem a um sistema de governo na qual os clãs ficaram subordinados a uma organização política e militar centralizada e nas quais os *tsongas* ficaram inseridos.

O fato de entre os clãs *tsongas* o filho primogénito ser o herdeiro do clã e a herdar todo o gado teria levado os outros filhos varões a procurarem a economia monetária dos europeus considerando os ganhos monetários como contribuição para se levarem na escala social e económica. Rita-Ferreira (1963:21) assinala nos trabalhos de Junod, Schapera e Goodwin por exemplo, uma característica comum dos *Bantu* da África Austral, o facto de a propriedade e o trabalho do indivíduo não serem unicamente utilizados para satisfação das suas próprias necessidades e da sua população, mas deveriam, por vezes, serem colocados à disposição dos parentes consanguíneos ou por aliança, observando-se o direito, não apenas à hospitalidade, mas também a oferendas variadas e à prestação de trabalhos, numa rede estreita de presentes, serviços e retribuições. O chefe da povoação tinha a obrigação moral de prestar assistência aos seus



dependentes no pagamento do *lovolo*. Depois da sua morte, o filho mais velho, na qualidade de principal herdeiro, herdava todo o gado que, utilizava para auxiliar os irmãos mais novos a lovolar as respectivas mulheres “grandes”.

De acordo com Whitfield que estudou o direito consuetudinário com base na compilação de uma vastíssima jurisprudência dos tribunais indígenas, dedica um extenso capítulo ao estudo dos “sistemas familiares” dos bantus meridionais. É afirmado por Rita Ferreira (1963:22) que tal como Junod, Whitfield considera como dois princípios fundamentais da vida familiar dos *tsongas*:

- os direitos preeminentes e absolutos do ramo sénior;
- a comunhão de propriedade entre os irmãos.

O herdeiro principal era o tutor da família e, nessa qualidade, geria a propriedade comum obedecendo ao direito consuetudinário e não como único e pleno proprietário, segundo os preceitos do direito civil europeu. Ele é responsável pelas dívidas dos irmãos mais novos. Por outro lado, esses irmãos podiam conseguir a deposição do chefe da família por mau comportamento ou incompetência. E isso veio a acontecer na história da África Austral

não só pela deposição do imperador Chaca como com Gungunhanya.

Contudo, ainda hoje, é sobretudo na sucessão dos cargos políticos que se ressalta, com grande nitidez, o princípio da comunhão de propriedade entre os irmãos. Pois de acordo com o direito tradicional, é nos irmãos mais novos que a sucessão se defere, ainda que mais na qualidade de regentes, já que o verdadeiro e legítimo herdeiro é o filho primogénito da primeira mulher do falecido. Assim, segundo Whitfield tais regras mostram claramente o comunismo da vida familiar e da propriedade familiar, sempre sobre a supervisão do chefe da povoação. A seguir Rita-Ferreira (1963:51) faz uma análise a uma série de factores ou causas secundárias que embora de forma indirecta também favoreceram a emigração dos homens do Sul do Save. Assim são apontadas como questões indirectas que justificam esta corrente migratória:

- os chefes gentílicos no Sul do Save incentivavam o recrutamento dos seus súbditos para o trabalho nas minas pois recebiam uma libra por cada homem recrutado. Além disso era prática dos chefes nas decisões dos tribunais consuetudinários cobrarem pesadas multas (2 a 5 libras por roubo, 30 li-

bras por adultério com recusa de casamento, 5 libras por danos de campos, 8 libras por ofensas corporais, 25 libras por homicídio voluntário).

- o imposto de palhota embora seja considerado por vários estudiosos, como uma das principais razões que teriam levado os varões a emigrar, é algo que não se justifica, o imposto de apenas meia libra lançado por Mouzinho de Albuquerque, não teria fomentado a emigração dos trabalhadores *tsongas* e *chopes*. No entanto, o facto de os comandantes militares terem direito a uma percentagem deste imposto levou à prática de muitos abusos e a rebeliões da população contra o pagamento do imposto;

- as autoridades administrativas assumiam grande diferenciação no seu desempenho e na forma de exercer o poder pessoal, havendo imensos casos de abuso de poder, ao mesmo tempo que havia outros em que havia respeito mútuo entre as populações e os administradores e isto pode ter tido efeitos no aumento da emigração em certas regiões;

- causas psicológicas devido à derrota vergonhosa dos guerreiros do último imperador Gungunhanya e que ficaram sem ocupação e serem incapazes de se adaptar ao trabalho agrícola emigraram para o Transval Este e divididos em dois grupos principais, um chefiado por Pissane, tio de Gungunhanya, e outro por Guijá, estabeleceram-se respectivamente em Speloken e Devesha. Os guerreiros que ficaram em Moçambique consideraram o trabalho migratório no estrangeiro como uma solução menos desprestigiante. Uma outra causa é que a emigração se tornou um sucedâneo dos antigos ritos de iniciação e uma prova incontestável de masculinidade perante o sexo oposto.

A indústria mineira do rand, do mesmo jeito que outras actividades económicas na República da África do Sul e na África em geral foi edificada com base numa mão-de-obra indígena de reduzido custo, empregada em trabalhos não especializados. O aparente sucesso das minas sul-africanas deve-se não à quantidade de ouro existente mas sim ao baixo custo da mão-de-obra empregada. Para que a sua exploração seja rentável é preciso extrair mais de 70 milhões de toneladas a profundidades até aqui não alcançadas noutros lugares.

Maria Antónia Lopes

Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Eduardo Mondlane /UEM - Maputo - Moçambique
marflope@zebra.uem.mz

(continuação da página 10)

O chão que pisamos – 8 ou mais reflexões

6 Neste contexto, voltaram a surgir na blogosfera inúmeros apelos contra o que se passa na escola: uns contra qualquer tipo de avaliação de desempenho, outros mais assim, outros mais assado e outros sem grande opinião. Para a maior parte, tratava-se de ir para a rua protestar. Curiosamente, logo muito cedo se pôs os sindicatos de lado, dizendo que se ia para a rua de qualquer maneira. Curiosamente pois não entendendo a quem interessa ultrapassá-los, dando seguimento à política de Maria de Lurdes Rodrigues, isto é, dizendo que os sindicatos não representam os professores. É claro que é necessário reconhecer que neste pequeno mundo da blogosfera e dos e-mails que trocamos cada vez mais uns com os outros, surge um novo paradigma dos antigos (?) livros; nós dizíamos: “É a pura verdade! Está nos livros!”. Até que descobrimos que não era bem assim. E o que aprendemos deverá fazer com que não caiamos nos mesmos erros: os blogs não têm toda a verdade e podem mesmo estar ao serviço de más intenções... Seja como for, foi fácil encontrar diversas posições neste mundo de anónimos e de identificados, desde o mais conservador ao mais revolucionário, desde o mais ordeiro ao mais inflamado. Até que ponto há uma verdadeira representatividade... é difícil saber; é também, ainda, muito difícil acreditar na capacidade de organização desta... gente? ... colegas? Com todo o respeito, porém. Todos nos podemos manifestar e ir para a rua a 15, 16, ou 20 de Novembro.

7 Os Sindicatos não são perfeitos. Para que o fossem o mais possível, era necessário que ainda mais professores se sindicalizassem, participassem nas reuniões, dessem a sua opinião, protestassem quando fosse caso disso.

Os tempos podem vir a mudar, talvez surja a ainda tão indefinida pós-modernidade, em que eles não tenham o lugar que hoje ocupam. Mas para já, queira Maria de Lurdes Rodrigues mudar o mundo ao seu jeito, ou não, ainda tem que os enfrentar, na defesa férrea dos interesses dos professores, das escolas e da sociedade portuguesa. Podem os sindicatos cometer os seus erros... mas convém não esquecer que eles são compostos por todos os docentes que queiram entrar pela porta principal, que deverão ser independentes de quaisquer interesses partidários e que têm a capacidade de organização já vista no 8 de Março, necessária para garantir a segurança de todos os manifestantes.

8 Pelo que atrás fica exposto e depois de muitas reflexões - pessoais, com delegados sindicais a dizerem que os professores das suas escolas querem sair de qualquer maneira para a rua, com professores nas escolas - parece-me bem que a FENPROF, a Plataforma Sindical e todos os docentes saiam para a rua a 8 de Novembro. Com todos aqueles que pensaram ir (também ou só) no dia 15. Lá estarei. Porque respeito todos os meus colegas. Porque - sem deixar de aceitar o valor de alguns dos movimentos individuais, ou de pequenos grupos que incitaram as escolas a manifestarem-se no dia 15 - reconheço como erro o facto de não terem contado com os Sindicatos. Qualquer um pode e deve manifestar-se como deseja. Mas, daí até ter o orgulho de se poder autodenominar representante dos professores vai um longo caminho, de muitos sacrifícios, muitas dores e muitas alegrias. Estarei na rua a 8 de Novembro, em Lisboa. Ao lado do secretário-geral da FENPROF, sobretudo no respeito pelo que esta Federação tem representado para os professores. O meu desejo é que 8 de Novembro seja uma grande manifestação. Ao lado de todos os sindicatos e ao lado de todos os movimentos que saibam reconhecer o chão que pisamos.

José Rafael Tormenta

Escola Secundária de Oliveira do Douro



“Uma criança morta de fome é uma criança assassinada” afirma sociólogo suíço

O sociólogo suíço e ex-relator da ONU para o direito à alimentação, Jean Ziegler, qualificou a fome no mundo de “crime contra a Humanidade” e criticou energicamente o desenvolvimento dos biocombustíveis e a especulação sobre os preços dos produtos básicos. “Em 2000, o primeiro objectivo do milénio fixado pelos Estados que constituem a ONU foi o de reduzir a fome estrutural para metade até 2015, mas a catástrofe não cessa de aumentar e afecta 925 milhões de pessoas”, salientou Ziegler numa entrevista concedida à AFP por ocasião do Dia Internacional da Alimentação, 16 de Outubro.

“Desde 2000, os Estados mais ricos foram incapazes de destinar 82 mil milhões de dólares anuais durante cinco anos para alcançar os oito objectivos do milénio, em particular o fim das epidemias ou da fome. Mas, paralelamente, desde o começo de Setembro, milhares de milhões de dólares arderam na crise financeira”, denunciou o sociólogo suíço.

“Este absurdo contribuirá para fazer aumentar o ódio por parte dos países pobres”, advertiu. “Imaginem a repercussão na África, quando pessoas ameaçadas de morrer de fome ouvirem nos seus pequenos rádios que americanos e europeus preferem salvar os seus banqueiros”, indignou-se o ex-relator da ONU que, actualmente, é membro do comité consultivo do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. “Está a ser perpetrado um crime contra a Humanidade: uma criança que morre de fome é uma criança assassinada”, denunciou.

O Programa Mundial de Alimentos da ONU, que depende da contribuição dos Estados, viu-se obrigado a reduzir as rações para os refugiados de Darfur, entre outras regiões, precisou.

Jean Ziegler, que foi relator especial da ONU para o direito à alimentação entre 2001 e 2008, denunciou que “a tragédia da fome também se viu aumentada devido à explosão dos preços mundiais dos produtos agrícolas”, que provocaram motins ligados à fome em 40

países no começo de 2008 e também pelo “desenvolvimento tão maciço como criminoso dos agrocombustíveis”.

“O próprio Banco Mundial afirmou que aproximadamente 45 por cento do aumento dos preços dos produtos básicos se deve ao que foi retirado do mercado mundial para os biocombustíveis”, informou.

“Para obter 50 litros de etanol para fazer funcionar um automóvel nos Estados Unidos é preciso queimar 358 quilos de milho, o que serviria para alimentar uma criança mexicana durante um ano”, assegurou.

Ao mesmo tempo, acrescentou, cerca de 40 por cento dos aumentos dos preços dos produtos básicos devem-se “à especulação dos que fugiram da bolsa financeira no final de 2007 no primeiro pequeno crash e se trasladaram essencialmente para Chicago, onde são fixados de maneira especulativa os preços dos principais produtos agrícolas”.

Ziegler diz acreditar que, com a crise financeira, “as pessoas que sofrem no Ocidente vão descobrir subitamente quem é o inimigo”, ao qual definiu como “o neoliberalismo, para o qual a eliminação frenética de todas as regulações solucionaria todos os problemas da Humanidade, entre eles a fome”.

Segundo Jean Ziegler, “este obscurantismo totalmente desacreditado vai desmoronar, mas infelizmente causará outras vítimas antes de ir parar ao caixote do lixo da História”.

JPS/ com: AFP



Uma crítica à facilidade com que os professores esquecem as razões das suas lutas

As listas, os protestos, as coerências, as manifestações, as revoltas, as razões, as cedências, as adaptações, os ordenados, as carreiras, as reformas, os medos, os poderes, as obrigações,... e os professores

Escolas com listas para o Conselho Geral tal com a ministra planeou. Talvez não tivesse previsto que existiriam tantas com mais do que uma.

Eram mais de 100.000 professores em Lisboa, ou seja, quase todos. Manifestavam-se contra quê? Quais seriam as suas motivações? Será que estavam a brincar às guerras? Será que gostam de se manifestar, de contestar, seja porque motivo for? A conclusão é notória: as listas estão cheias dos que andaram por lá com uma alegria inexplicável ao jeito de um carnaval, a protestar, a favor ou contra sei lá do quê. Vamos ver, ainda, se os avaliadores dos professores, os tais que andaram a abanar bandeirinhas, não se empolgarão e no deslumbramento desse estatuto não prejudicarão os seus colegas das lutas. Estes últimos, com toda a certeza, possuidores de cursos académicos vocacionados para a profissão com carradas de disciplinas pedagógicas que os primeiros não tiveram. Quem terá moral para dizer a um desses que não serve para a profissão atribuindo-lhe uma má classificação depois de ter sido acreditado por uma escola superior? Quem terá coragem para dizer a outro com 30 anos de serviço que andou todos estes anos a leccionar mal? Que coisa estranha colegas!

De notar que ninguém foi obrigado a apresentar listas. Sendo assim, será que só o fizeram por solidariedade? Será que gostam de poder? Será que não gostam de ficar abaixo dos outros? Será que se deixam arrastar por outros só para depois

não terem represálias? Será que são pagos pelo “aparelho” para o fazer? Ou será que só apresentaram listas porque os outros são muito maus?

Respostas não tenho, mas tenho outras conclusões: os professores, sendo uma classe potencialmente forte com grande poder reivindicativo na sociedade, são divertidos prontos para uma boa brincadeira em jeito de “manif” ou através do reenvio de mails com “piadolas”, são naturais contestatários ou até rebeldes, mas, são também flexíveis, esquecidos, muito esquecidos, adaptáveis e medrosos. Baixamos as calcinhas na segunda ameaça e, se for preciso, preparamos o caldo para lixar os outros conforme as directrizes prepotentes dos que nitidamente estão de passagem e que aparentemente combatemos. Mas estamos sempre prontinhos para falar mal desses modelos impostos. Basta juntar-se um grupo fixe numa mesa recatada da sala dos professores.

Depois disto o melhor mesmo é fazer a minha vidinha: entregar os papezinhos todos, assinar os abaixo-assinados, ir às sardinhadas, rir, rir muito, falar mal do governo, da ministra, dizer que ando cansado, que não sei para onde me virar, que isto cada vez está pior, apontar uma vírgula ou outra a um dos colegas contratados, andar de pasta, de pc, talvez usar óculos, murmurar, dizer que aquilo (uma coisa qualquer, não interessa) está mal feito, colar-me nos bancos em reuniões e se possível votar a favor para que elas se prolonguem mais do que 2 horas, fazer uma ou duas greves por ano,... Ah! E vou ver se não me esqueço de votar numa das duas listas da minha Escola, não vá alguém reparar que não apareci, ou que votei em branco ou mesmo nulo.

Luís Filipe Firmino Ricardo

Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte. Marinha Grande
Mestre em Administração e Planificação da Educação

PRENDAS PÚBLICAS

Governo francês empreende polémica reforma da televisão pública

O governo francês aprovou em 22 de Outubro um projecto de lei que modifica o funcionamento da televisão pública, uma iniciativa que, segundo a oposição, mostra a vontade do presidente Nicolas Sarkozy de controlar esse meio de comunicação.

O projecto inclui a supressão da publicidade na televisão pública e modifica o sistema de nomeação da sua administração.

Desde que foi anunciada há um ano por Sarkozy, esta reforma motivou uma polémica sobre o financiamen-

to e a independência da televisão pública.

Para explicar a medida, Sarkozy havia invocado a “qualidade do serviço público” que “não pode funcionar segundo critérios puramente mercantilistas”.

O projecto, que prevê a supressão da publicidade da televisão pública por etapas, entre 2009 e 2011, foi anunciado no dia 22 pela ministra francesa da Cultura e Comunicação, Christine Albanel.

Para compensar a receita que a sociedade «France Television» deixará de receber, o governo garantiu

450 milhões de euros, obtidos através de um imposto de 3 por cento sobre os lucros com publicidade dos canais privados e de 0,9 por cento sobre o volume de negócio dos operadores de telecomunicações.

Além disso, o imposto audiovisual de 116 euros anuais pagos na França pelos contribuintes aumentará de acordo com a subida da inflação.

Para a oposição, trata-se de um “presente” que Sarkozy dá às redes privadas e a um dos seus amigos, o empresário Martin Bouygues, dono de uma das

grandes multinacionais da construção e proprietário da principal rede privada, TF1.

Os canais TF1 e M6 vão apanhar a publicidade até agora obtida pela televisão pública, aumentando assim, de maneira substancial, as suas receitas, apesar do imposto suplementar de 3 por cento, segundo a oposição.

A reforma também estabelece a integração dos cinco canais da «France Television» numa sociedade única.

O Inquérito

A notícia rebentou como uma bomba e rapidamente perpassou, feita um tufo, as diversas repartições municipais. Uma deliberação do executivo tinha autorizado a construção duma urbanização num local de paisagem protegida do parque natural apesar da lei proibir aí, terminantemente, construções privadas de qualquer natureza. Parece que alguém se “esqueceu” de solicitar ao ministério da tutela o respectivo parecer e os serviços técnicos apresentaram o projecto como possuindo todas as avalizações necessárias induzindo em erro o executivo. Diz-se!

As cópias que constavam do processo foram, ao que consta, forjadas. A situação nunca seria, contudo, descoberta se alguém, pelos vistos insatisfeito com o negócio (dizem as más línguas) não tivesse enviado uma denúncia anónima para os jornais.

O pânico está instalado! São declarações e mais declarações de técnicos e políticos, contraditórias entre si e mais contraditórias ainda com a situação, cujo controlo se esvai rapidamente por entre os dedos.

Com a chegada do “Senhor Presidente” consegue pôr-se alguma ordem no reboleço. É “aconselhado” aos diversos responsáveis departamentais especial contenção nas relações com a imprensa. O

“no comments” torna-se lugar comum. O chefe do departamento de obras é chamado de urgência e encontra-se reunido há já duas horas com o “Senhor Presidente”. Do que lá se passa, nem uma nota respiga.

Por corredores e gabinetes as conversas em surdina continuam bichando de boato em boato.

Finalmente a porta abre-se para entrar o Dr. Marcos, o assessor, um jovem executivo de grossas lentes oculares e da mais canina lealdade para com o “seu Presidente”. Dois minutos depois, volta a sair, apressado, aparentando os nervos em franja, e reentra no seu gabinete rapidamente fechando a porta. Porém, pouco depois a novidade começa a circular: o “Senhor Presidente” marcara uma conferência de imprensa para as onze horas!

À hora prescrita, e como era previsível, os jornalistas encontram-se presentes em grande número, ávidos de um escândalo que vem mesmo a calhar para animar uma vivência política nos últimos tempos singularmente letárgica. Aparentando uma expressão tensa mas determinada, o “Sr. Presidente” entra na sala. Debaixo do braço traz uma pasta com documentos que aparentam ser técnicos e oficiais. Senta-se, fixa o olhar no auditório e inicia imediatamen-

te uma intervenção simples e concisa. Começa por revelar a enormidade da fraude de que só agora tem conhecimento. Apela para a sua conhecida e nunca questionada honradez como penhor da sua palavra. Qualifica de “inqualificável” e “criminoso” o episódio em questão. Manifesta a mais firme determinação de “abrir um Inquérito para apurar todas as responsabilidades e punir exemplarmente os responsáveis”.

“É o bom nome da instituição municipal que o exige! É a honra de todos os que trabalham aqui que o reclama!” Aqui chegado, o discurso sofre abrupto corte, a voz embarga-se como que de emoção, as palavras recusam-se a sair, como que incapazes de exprimir toda a angústia e indignação que lhe vai na alma!

O auto-domínio, contudo, acaba por se impor. Um forte suspiro despoleta, finalmente, a tensão acumulada:

“Iremos até ao fim! Custe o que custar! Doa a quem doer!”

E, num gesto arrebatado de dramática teatralização o “Senhor Presidente” ergue-se rapidamente, deseja a todos ainda um pouco atónitos, um tenso “bom dia” e, antes que os jornalistas recuperem totalmente, abandona bruscamente a sala.

O Dr. Marcos segue-o apressadamen-

te. Os seus olhos pitosgas estão carregados de interrogações.

“Mas, Senhor Presidente, e o Inquérito? Como é que vai ser?”

Aquele, que parece estranhamente ter perdido toda a tensão, pouco afrouxa o seu passo firme e cadenciado e responde displicentemente: “Ora, os inquéritos nunca são conclusivos!”

De repente pára e, coçando como que distraidamente o bigode, adianta num esgar levemente trocista:

“Se for preciso abrimos depois outro inquérito para averiguar porque é que diabo é que este não foi conclusivo.”

Vencido, mas não convencido, o Dr. Marcos pisca os olhos repetidamente, sintoma nele de especial nervosismo! Vê-se que pretende interpelar o “chefe” mas que não se atreve.

Apercebendo-se disso o “Senhor Presidente” olha fixamente o seu fiel subordinado, suspira resignado e coloca-lhe paternalmente o mão sobre o ombro:

“Não te preocupes”, aconselha-o, “o tempo tudo apaga” e, parafraseando o dito popular, adianta enfaticamente, “de inquéritos velhos ninguém fala e, os novos,... deixam-se fazer velhos!”

Aurélio Lopes

Professor convidado da Escola Superior de Educação de Santarém

Canalizador polaco é o primeiro a ser atingido pela crise mas hesita em voltar para casa

Operários, canalizadores e outros trabalhadores polacos que vivem noutros países da Europa são os primeiros a serem atingidos pela crise financeira e a recessão, mas ainda não se decidiram a regressar em massa ao seu país.

“Cerca de um terço dos polacos na Grã-Bretanha e na Irlanda podem ficar desempregados com a evolução da crise”, estima a professora Krystyna Igllicka, uma demógrafa que presta assessoria ao governo polaco. “Mas não é certo, por enquanto, que voltem em massa à Polónia”, acrescenta.

Após a adesão da Polónia à União Europeia em 2004, os polacos foram trabalhar noutros países, em particular nas ilhas britânicas.

No entanto, nenhum país dispõe de estatísticas muito precisas, por causa da liberdade de circulação existente na União Europeia. Mas estima-se que existam um milhão de polacos instalados nas ilhas britânicas. Outros, também numerosos, foram para a Holanda ou para os países nórdicos.

Na Islândia, eram cerca de 15.000, nas últimas semanas. Mas muitos já fizeram as malas.

“Porquê ficar aqui quando o salário - 1.000 euros - é quase o mesmo na Polónia?”, interrogava o jovem cônsul polaco no país, Michal Sikorski. De acordo com informação prestada por ele, metade dos polacos que foram trabalhar na Islândia, essencialmente na construção, já deixaram a ilha.

Mas, acrescenta, os que partem não estão a regressar necessariamente à Polónia. Alguns vão para a Dinamarca, ilhas Feroë e até para a Groenlândia, para os canteiros de obras.

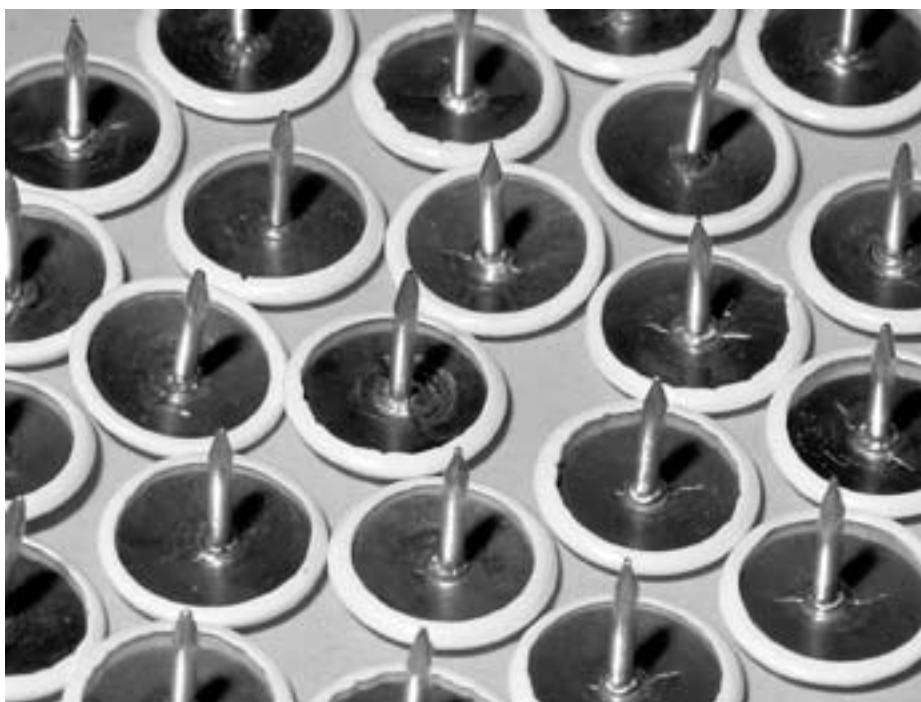
Na Irlanda, país em recessão após anos de «mila-

gre económico», os polacos que falam mal o inglês são os primeiros a perder o seu emprego. Segundo números oficiais, os estrangeiros representavam 17 por cento dos beneficiários com indemnizações laborais em Setembro. No espaço de um ano, 30 mil empregos foram suprimidos no sector da construção civil irlandês.

A crise económica mundial vai ter, certamente, efeitos pesados nos fluxos migratórios na Europa.

afp

As mentiras, as meias-verdades e realidades penosas



1 No comício do partido do governo o menos socialista dos governos da facção que estiveram no poder realizado no pretérito dia 20 do mês de Setembro no Pavilhão Multiusos de Guimarães, o primeiro-ministro afirmou que “o governo tinha orgulho em ter Lurdes Reis Rodrigues como ministra da educação”. Convenhamos que é um orgulho muito descabido, frouxo e baço. Para não lhe chamar ridículo. Esta, por sua vez, quando usou da palavra, para entreter papalvos, debitou algumas frases virtuais tipo *Second life* pretensamente ilustrativas das grandes “reformas” que a timoneira está a levar a cabo na educação contribuindo, sem dúvida, para o bem-estar, alegria incontida e felicidade a rodos que perpassa na classe docente. Que só falta limpar o cu aos meninos e colocá-los a fazer chichizinho...

2 Porque se os professores ainda têm o sortilégio de depararem nas suas tur-

mas com alunos esmeradamente educados, cumpridores e empenhados estão longe de serem alunos provenientes de famílias com determinado *status* sócio-económico (por vezes estes ainda são os piores), que potenciam o prazer do acto de ensinar e transmitir conhecimentos, numa inter-relação agradável e profícua, infelizmente e desgraçadamente, os docentes também têm de arrostar com alunos arruaceiros, selvagens, insolentes, violentos, autênticas bestas sem educação de espécie alguma (nem a querem interiorizar).

Juntem-se os alunos com graves e variados défices mentais e psíquicos, mais os alunos oligofrénicos e teremos salas de aulas onde os professores se sentem plenamente realizados... Toda esta “paisagem” estrutura a designada escola inclusiva, ou, mais modernamente, a “escola charneira”... E desestruturando, como não pode deixar de ser, a sanidade mental e o equilíbrio psíqui-

co, físico e emotivo do professor. Que tem de suportar tudo isto. Inclusive a ministra com a sua visão panglossiana da educação. Bem hajam os professores que se reformaram (mesmo tendo sido penalizados) ou os que têm oportunidade de mudar de vida!...

3 - Estou na sala de professores. Hoje, dia 25 de Setembro, chamam-me para uma profícua e audaciosa aula de substituição. Obedeço, humildemente, à chamada do contínuo(a) - (agora dignos auxiliares de educação). Como professor da área das letras julgo que vou substituir um(a) colega da mesma área disciplinar. Ou afim. Que não. Vou é substituir um professor(a) de Educação Musical! Ou seja, vou dar “música” a quem não a tem. Entrando na sala de aula os alunos entoam, cantando, “que ainda não têm professor(a) de Educação Musical desde que principiaram as aulas e porque razão ainda não o têm”. Eu, enchendo o peito “à Pavarotti” e

dedilhando à Mark Knopfler trauteio dizendo que a D^a Lurdes é que sabe. Então as aulas não começaram “a tempo e horas” e os professores não estão todos colocados?

Em muitas escolas deste país, muitas turmas ainda não têm professores de Matemática, Ciências da Natureza, Educação Física!... E não têm os manuais respectivos das disciplinas e doutras, igualmente. Mas têm o “Magalhães”, catano! E mais vale o “Magalhães” do que livros a faltarem e professores a desesperarem! Escutando a timoneira tudo vai bem. Como é bom viver no *Second life*, como é bom ocupar os professores com inútil papelada, com lateralidades, com funções acesorias e como são atractivas e resplandecentes as “aulas de substituição”...

António Cândido Miguéis

Professor, licenciado pela Universidade do Porto

Escolas-fantasma

As histórias de fantasmas habitam a imaginação e a vida de muitas pessoas. Por vezes passam geracionalmente e são histórias assustadoras de indivíduos que suportaram momentos complicados. Por exemplo, é-me difícil esquecer a história do José e da Rita. A sua cara amedrontada e sobretudo infeliz... No início do ano lectivo já não se sentaram ao lado dos seus colegas de sempre. Os seus nomes constavam numa turma repleta de meninos um pouco mais pequenos do que eles. A recepção não poderia ter sido pior: “vêm para a nossa sala? Perderam o ano!”.

As primeiras semanas começaram a revelar-se intrigantes. As actividades desenvolvidas na sala de aula por aqueles dois alunos eram facilmente realizadas, por sinal a um “ritmo” mais superior do que a maioria. Ora na leitura e escrita, ora no cálculo, não iam

demonstrando assim tantas dificuldades de aprendizagem como era suposto. Que terá levado a professora Julieta a colocá-los novamente num segundo ano de escolaridade?

Julieta era mais uma daquelas professoras contratadas que pulavam anualmente de escola em escola. Talvez por essa razão, ou quiçá por outras, não hesitou em seguir todos os passos de uma colega mais velha. Planificavam sempre juntas e os conteúdos do programa eram praticamente abordados nos mesmos dias em ambas as salas de aula. As vantagens dessa planificação-dossier eram óbvias (troca de metodologias e estratégias), mas até que ponto se estaria a respeitar as experiências, os interesses, as motivações e as necessidades de todas as crianças? Seriam todas elas iguais? Sabemos bem que não, todavia aquela aliança

oferecia-lhe porventura alguma segurança caso recebesse a visita de algum inspector. Constava que o José e a Rita não tinham atingido as competências finais do dito ano de escolaridade... estariam possivelmente no 2,7º ano de escolaridade de acordo com o diagnóstico da nova professora... Faltou-lhes “aquele bocadinho” para atingir o tal padrão, enfim, para serem “normais” como os antigos colegas e os alunos da professora do lado! Estava encontrado o motivo daquela estranha decisão!

A nova professora tinha a convicção de que o José e a Rita não teriam perdido o comboio se a antiga colega tivesse enveredado por tutorias dentro da sala de aula (ensino individualizado de um aluno por outro), ou se eles tivessem beneficiado de um apoio individualizado mais continuado por parte de outro

professor! Estes melhorariam de certeza o seu desempenho escolar!

A Julieta fez certamente o seu melhor e tomou as decisões que considerava mais correctas. Educar é uma tarefa ambígua, valorosa e valiosa. Quem sabe se daqui a uns anos, mais madura e mais segura, não pensará diferente? Por fim, recordo uma característica curiosa da Julieta. Com os colegas de profissão era divertida, sorridente e afável, enquanto com os alunos era sisuda, frígida e distante. Resquícios do passado para manter a autoridade e o respeito. Não tenho dúvidas de que alguns dos alunos demonstravam mais medo do que respeito! São histórias... histórias assustadoras... Deixemo-las para os fantasmas.

Miguel Gameiro Silva

Professor. Ponta Delgada, Açores



Atividade física praticada entre pais e filhos

De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde, a prática da atividade física regular reduz o risco de mortes prematuras, acidente vascular cerebral, doenças do coração, câncer de cólon e mama, diabetes tipo II, entre outros fatores. Os benefícios da prática de atividade física associados à saúde e ao bem-estar, assim como a redução dos riscos predisponentes ao aparecimento e ao desenvolvimento de disfunções orgânicas relacionadas ao sedentarismo, são amplamente divulgados e discutidos na literatura sobre o tema. É importante destacar que os hábitos da prática da atividade física, incorporados na infância e na adolescência, são transferidos para fase adulta. Crianças e adolescentes menos ativos fisicamente apresentam maior predisposição a se tornarem adultos sedentários. Mais do que características biológicas, os pais passam para os seus fi-

lhos, comportamentos, valores e, principalmente atitudes em relação à vida. É importante destacar que as atividades físicas não devem ser impostas como obrigação, para que não se tornem abandonadas precocemente pelos praticantes. Para que práticas dessas atividades aconteçam, em primeiro lugar, deve-se dominar alguns conhecimentos e adotar alguns procedimentos amplamente divulgados, relacionados ao tema: a importância do aquecimento, do alongamento, da intensidade e da periodicidade adotada, da roupa e do tipo de calçado aconselhável, requer a revisão sobre questões relativas ao hábito alimentar e, ainda, não prescindir de um acompanhamento médico. Existem inúmeras atividades físicas que podem ser praticadas pela família, entre outras: os jogos, o ciclismo, o esporte, a caminhada, a corrida, “a

pelada”, brincadeiras realizadas em casa, na rua, no parque ou nas praças públicas. Enfim, são várias as propostas que podem além dos benefícios biológicos, também aumentar a cumplicidade, o entrosamento, o diálogo e estimular a amizade e a convivência entre membros de uma família. Na maioria das vezes, os jovens decolam para seus vôos pessoais e muitas vezes distantes da nossa convivência. Quando “abrimos os olhos”, percebemos que deixamos de aproveitar coisas simples, porém marcantes, então, passamos a lamentar os momentos que não ficamos juntos, as emoções que não extravasamos, os beijos e abraços que não demos, o carinho que somente pensamos em dar, mas que não foi possível pela falta de tempo, pelos diversos compromissos que nos são impostos no dia-a-dia. O tempo, portanto, é aqui e agora, vamos viver intensamente todos os mo-

mentos familiares com grande intensidade, para que isto seja lembrado e recordado com saudades e com a sensação de que tudo foi feito de acordo com as nossas possibilidades. Vivemos um contexto extremamente conturbado e não podemos deixar de assumir a responsabilidade de acompanhar e influenciar no processo de formação dos nossos filhos, todavia, isto requer disponibilidade de tempo, estabelecimento de propostas, dentre outras, que criem vínculos e que podem promover alegria, divertimento, prazer e distração. A atividade física pode ser um recurso bastante adequado para alcançar este propósito.

**José Milton de Lima
e Márcia Regina Canhoto de Lima**
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
e Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente
Prudente - S.P. Brasil

A educação tem de ser uma prioridade

Temos que salientar em primeiro lugar que a educação provoca uma mudança nos indivíduos. Através dela passa a agir de modo diferente, visto que passa de indivíduo a pessoa, o que significa alguém que tem consciência de si, do papel que representa como ser pensante, agente transformador de uma realidade, responsável por sua própria vida. Passa a ter discernimento deixando de servir de massa de manobra e de se comportar como animal de rebanho, seguindo os outros sem saber para onde vai, como vai, nem onde vai acabar, facilmente influenciável e conduzido. Ora este tipo de indivíduo se

presta à ação dos políticos oportunistas como se prestou aos “coronéis” dos mais longínquos povoados deste imenso território, em épocas não muito remotas. Ao político bem intencionado, assim como ao cidadão de bem, interessa que todos tenham acesso à educação pois só assim um país pode se desenvolver, com a participação consciente e cidadã de todos os elementos que compõem uma nação. É esta a forma mais legítima de ascensão social. No momento que a educação passar a ser realmente prioridade, e não só de fachada e “palavratório” mais verbas serão a ela destinadas,

mais políticas serão ensejadas visando à propagação de um ensino de qualidade a todos. Isto tem que passar pela qualificação e valorização do ensino público do corpo docente que mal consegue sobreviver não dispondo de meios para se qualificar através da aquisição de livros, material didático atualizado, realização de cursos de extensão, pós-graduação, mestrado e doutorado, quer pelas condições supra citadas, quer pela falta de tempo em virtude de terem de trabalhar em várias escolas, desenvolvendo jornadas de 60 horas para prover o próprio sustento e de familiares.

Devem ser viabilizadas oportunidades reais para que mais pessoas ingressem no magistério, de onde está havendo uma fuga muito grande, em virtude da falta de incentivos e baixos salários. Aos homens de “bem” interessa que a educação seja prioridade. Mas será que estes estão onde deveriam estar? Não será nossa culpa se não colocamos as pessoas certas, nos lugares certos, quando temos oportunidade? Vale uma reflexão...

Isabel C. S. Vargas
Advogada. Professora aposentada do serviço público.
Brasil

O Mundo a estourar? Não me parece, mas....

O sistema financeiro mundial está a estourar, a livre circulação da moeda está a demonstrar a sua falência, a economia de mercado na sua versão capitalista selvagem, dos últimos 8 anos, está a demonstrar a sua total incapacidade em entender o mundo onde vive e está a suicidar-se.

O problema é que, estando nós numa economia crescentemente interdependente, parece que o capitalismo selvagem está a querer levar com ele o restante mundo. É o fim do capitalismo que se aproxima? Não, é o fim de uma certa forma de ver o mundo a que estamos a assistir somente.

No entanto todos sofreremos com este resultado feito de incompetência, arrogância e desprezo pelo ser humano, visível em todos os debates entre economistas em volta da temática do Desenvolvimento.

Os Estados perderam o controlo das economias, em especial nas suas componentes financeiras e monetárias. Por outro lado, a livre circulação dos capitais, acompanhada pela proibição da livre circulação das pessoas e por uma limitada livre circulação de bens e serviços, limitada porque beneficiando somente um dos campos da economia, o dos países ricos, mostrou a sua impotência.

Não havendo Estados capazes de controlar, de regular a livre circulação de capitais, esta tem de ser regulada por instância transnacionais, aceites pelos Estados e controladas também pelos cidadãos. Na verdade, a economia de bens e serviços já aprendeu que a economia são as Pessoas, mas a economia de capitais continua, teimosamente, a achar que as Pessoas não existem... senão para serem alvo de especulação.

Mas, por outro lado, os Estados terão, definitivamente, de entender que a livre circulação de bens e serviços não deve ser uma via de uma só orientação. Isto é têm de aceitar ganhos e perdas, têm de reconhecer a livre circulação dos bens e serviços dos bens dos países menos desenvolvidos, em benefício dos mesmos e das Pessoas que neles vivem.

Entretanto, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, defendeu que "a actual crise internacional demonstra que o G7 «não está a funcionar» e que "deve ser aumentado para G14", gerando-se assim um «novo multilateralismo».

Curiosamente, tal expectativa, multilateralista, tem vindo, nos últimos anos, a ser fortemente contestada, em especial pelo Sr. Bush e pelos seus neoliberais, pois indicia um caminho já não de desestatização, o seu, mas de regulamentação das actividades económicas internacionais, (razão pela qual o G7 se tem considerado bastante para a gestão desta Globalização, convém recordá-lo,

com o apoio do FMI e do Banco Mundial (BM) também, as instâncias internacionais de suporte deste G7, diga-se).

Ora, agora, para Robert Zoellick o G7, passando para G14, deveria passar a incluir países como a China, Rússia, Arábia Saudita, Brasil, Índia, México e África do Sul, a par dos Estados Unidos, do Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Canadá e Japão, integrando as perspectivas dos países em desenvolvimento no grupo dominante do Mundo. Neste novo contexto de liderança mundial o G14 corresponderia, realce-se, a mais de 70 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do mundo e a 62 por

individuais no quadro do Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) que são «negativas», não as assumindo no quadro europeu), não deixou o director do FMI de continuar na sua linha não multilateralista e de grande patrão do Mundo.

Do lado português, Teixeira dos Santos, nosso ministro das Finanças, segundo afirmações em tempo de intervalo de uma reunião de ministros das Finanças da União para a definição de uma estratégia comum europeia para esta crise, a posição é clara, a de uma posição comum na UE, sendo também certo que, «uma coisa quero assegurar de uma forma clara a todos os portuque-

que escrevo, com a bolsa de Moscovo a bater o recorde, ao registar uma queda de mais de 19 por cento, ou a bolsa de Lisboa a liderar as perdas, ao recuar mais de 9 por cento, a maior queda de sempre do PSI 20, são meramente defensivas e de sustentação do status quo, pois não prenunciam qualquer necessária reflexão sobre a crise e a forma de a debelar e não somente neutralizar impactos, o que é de lamentar vindo de quem vem...

Talvez por isso, se em Nova Iorque, Wall Street conseguiu travar a queda, depois de ter mergulhado quase 800 pontos durante a sessão desta segunda-feira, com o Dow Jones a perder 3,58 por cento e o Nasdaq 4,34 por cento, não se assista ao mesmo na Europa, pois, mesmo que tarde, os líderes financeiros americanos, ou parte deles, acordaram já para os fundamentos da crise e não só para a sua travagem – o problema está na necessidade de uma gestão global para uma economia global.

Na verdade, o que está em jogo é muito mais que debelar a crise do sistema bancário mundial, é até muito mais que forçar à penalização de quem liderou esta desgraça, é mesmo ter-se de repensar o sistema mundial.

E o caminho do Presidente do Banco Mundial, ainda que tardio, é o único adequado. Por isso, vale a pena recordá-lo e divulgá-lo, mesmo até exigí-lo. Vejamos, quer o mesmo presidente do Banco Mundial defendeu, como se viu já, a criação de «um novo multilateralismo» e o que é realmente essencial passaria por uma profunda reforma de instituições como o G7, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio.

Finalmente, diria eu!

Recordando a criação, em 1944, das instituições de Bretton Woods, Zoellick lembrou que os «fundadores do multilateralismo económico aproveitaram a oportunidade para construir um futuro melhor e nós não devemos ser menos ambiciosos hoje em dia», pelo que, segundo ele, «a nossa globalização necessita que tanto as oportunidades como as responsabilidades sejam amplamente partilhadas», o que o levou ainda a apelar a uma maior cooperação em áreas como os assuntos financeiros e económicos, a energia e o comércio. Sendo dito por quem foi, fica mais bonito e convincente que por mim não é?... ainda assim, não duvidem, as resistências irão continuar. À direita, como se viu com as posições dos republicanos americanos, ou com as afirmações, reducionistas, do patrão do BCE e, à esquerda, com um já velho e impotente discurso anticapitalista...daí o "Mas" do título deste textinho.

Joffre Justino



cento de toda a energia produzida.

Também Dominique Strauss-Kahn, director geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), num colóquio UE - América Latina, em Paris, entendeu referir que a resposta dada sábado pelos quatro membros europeus do G7 para travar a crise financeira iria no bom sentido.

Curiosamente, sentindo-se no direito de se ingerir nos negócios europeus, entendeu ainda assumir o seguinte recado, «Precisamos de uma resposta europeia coordenada (...), de uma linha de defesa colectiva», tendo também recordado que seria necessário evitar «decisões tomadas nos quatro cantos da Europa sem concertação», e defendendo que certas iniciativas tomadas isoladamente «nas últimas semanas não melhoram as coisas», (atitude reafirmada pelo ministro da Economia espanhola, Pedro Solbes, que lamentou esta segunda-feira o mesmo já que alguns países tinham tomado iniciativas

ses. Aconteça o que acontecer, as poupanças dos portugueses em qualquer banco que opera em Portugal estão garantidas», sendo que há «a necessidade de se dar o mesmo tipo de garantia» a todos os cidadãos europeus.

Outra nota importante, o ministro das Finanças português entendeu defender, e bem, que as equipas de gestão das instituições financeiras «devem ser responsabilizadas pelos actos que tenham cometido e que possam estar na base dos problemas que as instituições financeiras possam ter de enfrentar», o que é, ao que sei, a primeira vez que tal tema esteja a ser colocado na mesa da crise. Já segundo Jean-Claude Trichet, patrão do Banco Central Europeu (BCE), o importante é assumir que este Banco irá continuar a injectar liquidez no sistema bancário pelo «tempo que for necessário».

Estas declarações feitas em tempo de colapso das bolsas mundiais no dia em

FICHA TÉCNICA

DIREÇÃO EDITORIAL

Director e Coordenador editorial: **José Paulo Serralheiro** | Editor Gráfico: **Adriano Rangel** | Redacção: **Ricardo Jorge Costa** | Paginação: **Ricardo Eirado** | Fotografia: **Ana Alvim** | Impresão: **Naveprinter-Indústria Gráfica do Norte, SA**, Maia | Embalagem e distribuição: **Notícias Direct, Maia**. | Edição impressa: Publicação mensal especializada | Edição digital: <http://www.apagina.pt> | Preço: 2,00 euros | Assinatura: 1 ano: 20,00 euros; 2 anos 30,00 euros | Tiragem média em 2007: 19.000 exemplares

ADMINISTRAÇÃO

José Paulo Serralheiro – João Baldaia – Abel Macedo | Contribuinte nº 502675837 | Depósito legal nº 51935/91 | Registo ICS nº 116075 | Proprietário: Editora PROFEDIÇÕES, Lda | Registo na Conservatória Comercial do Porto: 49561 | Capital Social: 5000 euros | Sede: Rua Dom Manuel II, 51 C – 2º andar, sala 25, 4050-345 PORTO (Portugal) – Telefone: 226002790 – Fax: 226070531 – Email: redacao@apagina.pt – Assinaturas: assinaturas@apagina.pt – Livros: livros@profedicoes.pt

RUBRICAS E COLABORADORES PERMANENTES

A ESCOLA que (a)prende — Coordenação: **David Rodrigues**, Universidade Técnica de Lisboa e Coordenador do Fórum de Estudos de Educação Inclusiva (www.fmh.utl.pt/feei). **Jorge Humberto**, mestre em educação especial. | **AFINAL onde está a escola?** — Coordenação: **Regina Leite Garcia**, Universidade Federal Fluminense. Colaboração: **Grupalfa** — equipa de investigação em alfabetização das classes populares, Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, Brasil. | **CINEMA** — **Paulo Teixeira de Sousa**, Escola Secundária Fontes Pereira de Melo, Porto | **COISAS do tempo** — **Betina Astride**, Escola EB 1 de Ciborro – **Joaquim Marques**, ICE, Instituto das Comunidades Educativas – **Pascal Paulus**, Escola Básica Amélia Vieira Luis, Ourense – **Rui Pedro Silva**, CICS, Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho | **COMUNICAÇÃO e escola** — **Felisbela Lopes**, **Manuel Pinto** e **Sara Pereira**, Universidade do Minho – **Raquel Goulart Barreto**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil | **CULTURA e pedagogia** — Coordenação: **Marisa Vorraber Costa**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Luterana do Brasil. | **DA CIÊNCIA e da vida** — **Francisco Silva**, Portugal Telecom – **Margarida Gama Carvalho**, Faculdade de Medicina de Lisboa e Instituto de Medicina Molecular – **Rui Namorado Rosa**, Universidade de Évora | **DA CRIANÇA** — **Raul Iturra**, ISCTE da Universidade de Lisboa | **DISCURSO Directo** — **Ariana Cosme** e **Rui Trindade**, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | **DIZERES** — **Angelina Carvalho**, Colaboradora do CIE da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | **DO PRIMÁRIO** — **José Pacheco**, Escola da Ponte, Vila das Aves | **DO SECUNDÁRIO** — **Arsélio de Almeida Martins**, Escola Secundária de José Estêvão, Aveiro – **Domingos Fernandes**, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa – **Fernando Santos**, Escola Secundária de Valongo, Porto. **Jaime Carvalho da Silva**, Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra | **E AGORA professor?** — Coordenação: **Ricardo Vieira**, Escola Superior de Educação de Leiria – Colaboram: **José Maria dos Santos Trindade** – **Pedro Silva** e **Susana Faria** da Escola Superior de Educação de Leiria – **Rui Santiago**, Universidade de Aveiro | **EDUCAÇÃO desportiva** — **Gustavo Pires** e **Manuel Sérgio**, FMH da Universidade Técnica de Lisboa. **André Escórcio**, Escola B+S Gonçalves Zarco, Funchal | **EDUCAÇÃO e Cidadania** — **Américo Nunes Peres**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves – **Miguel Ángel Santos Guerra**, Universidade de Málaga, Espanha – **Otilia Monteiro Fernandes**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Chaves – **Xesús R. Jares** e **Xurjo Torres Santomé** da Universidade da Coruña, Galiza | **EM PORTUGUÊS** — **Leonel Cosme**, investigador. Porto | **ENTRELINHAS e rabiscos** — **José Rafael Tormenta**, Escola Secundária de Oliveira do Douro | **ERA digital** — Coordenação: **José Silva Ribeiro** – Colaboram: **Adelina Silva** – **Casimiro Pinto** – **Fernando Faria Paulino** – **Maria Fátima Nunes** – **Maria Paula Justiza** – **Ricardo Campos**, do Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), Laboratório de Antropologia Visual, Universidade Aberta – **Sérgio Bairo** (Brasil) e **Francisco Marano** (Itália), associados à rede de investigação do LabAV | **FOLHAS soltas de um caderno de viagem** — **Júlio Roldão**, jornalista. Porto | **FORA da escola também se aprende** — Coordenação: **Nilda Alves**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, Brasil. Colaboração: **Laboratório Educação e Imagem**: questão de cidadania | **FORMAÇÃO e Desempenho** — **Carlos Cardoso**, Escola Superior de Educação de Lisboa | **FORMAÇÃO e Trabalho** — **Manuel Matos**, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto | **IMPASSES e desafios** — **António Teodoro**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa – **Gustavo E. Fischman**, Arizona State University, **Mary Lou Fulton**, College of Education – **Henrique Vaz**, FPCE da Universidade do Porto – **Isabel Menezes**, FPCE da Universidade do Porto – **João Barroso**, FPCE da Universidade de Lisboa – **João Menelau Paraskeva**, Universidade do Minho – **João Teixeira Lopes**, Fac. de Letras da Universidade do Porto | **INCOMODIDADES** — **Ana Efe**, artista plástica – **Júlio Roldão**, jornalista | **LINGUAGENS desenhadas** — **Paulo Sgarbi**, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil | **LUGARES da Educação** — Coordenação: **Almerindo Janela Afonso**, Universidade do Minho – Colaboração: **Licínio C. Lima** – **Manuel António Ferreira da Silva** – **Virgínia Sá** e **Maria Emília Vilarinho** da Universidade do Minho. | **MEMÓRIAS** — **Costa Carvalho**, professor. Porto | **O ESPÍRITO e a letra** — **Serafim Ferreira**, escritor e crítico literário. Porto | **OLHARES de fora** — **Ivonald Neres Leite**, Universidade do Rio Grande do Norte, Brasil – **José Miguel Lopes**, Universidade Vale do Rio Verde, Brasil – **Maria Antónia Lopes**, Universidade de Mondlane, Moçambique – **Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva**, Universidade de São Carlos, Brasil | **PEDAGOGIA social e ÉTICA e educação social** — **Adalberto Dias de Carvalho**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto – **Isabel Baptista**, Universidade Católica Portuguesa, Porto – **José António Caride Gomez**, Universidade de Santiago de Compostela, Galiza – **Xavier Úcar**, Universidade Autònoma de Barcelona | **QUOTIDIANOS** — **Carlos Mota** e **Gabriela Cruz**, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real | **RECONFIGURAÇÕES** — Coordenação: **António Magalhães**, FPCE da Universidade do Porto. Colaboram: **Fátima Antunes**, IEP da Universidade do Minho – **Fernanda Rodrigues**, Universidade Católica Portuguesa – **Mário Novelli**, Universidade de Amsterdão, Holanda – **Roger Dale**, Universidade de Bristol, UK. – **Susan Robertson**, Universidade de Bristol, UK. – **Xavier Bonal**, Universidade Autònoma de Barcelona, Espanha | **SAÚDE escolar** — Coordenação: **Rui Tinoco**, psicólogo clínico, Unidade de Saúde da Batalha. Porto – Colaboração: **Nuno Pereira de Sousa**, médico de saúde pública – **Débora Cláudio**, nutricionista da Direcção dos Serviços de Saúde Área de Nutrição. Porto | **SOCIEDADE e território** — **Jacinto Rodrigues**, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. **SUBLINHADOS** — **Júlio Roldão**, jornalista. Porto | **TEXTOS bissextos** — coordenação: **Luís Souta**, Instituto Politécnico de Setúbal – Colaboração: **Filipe Reis**, ISCTE, Lisboa – **José Catarino**, Instituto Politécnico de Setúbal – **José Guimarães**, Universidade Aberta, Lisboa – **Luís Vendeirinho**, escritor, Lisboa – **Paulo Raposo**, ISCTE, Lisboa. | **VISIONARIUM: foto ciência com legenda** — Conteúdos Científicos **Visionarium**, Centro de Ciência do Europarque – Espargo – 4520 Santa Maria da Feira. info.visionarium@aeportugal.com – tel. 256 370 605

ESCRITAS soltas: **Agostinho Santos Silva**, Eng. Mecânico CTT, Lisboa – **Ana Benavente**, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa – **António Branco**, Universidade do Algarve – **António Brotas**, Professor Jubilado, Instituto Superior Técnico de Lisboa – **António Mendes Lopes**, (Território & labirintos) Instituto Politécnico de Setúbal – **Cristina Mesquita Pires**, ESE de Bragança – **João Pedro da Ponte**, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa – **José Alberto Correia**, FPCE da Universidade do Porto – **Luisa Mesquita**, professora e deputada, Lisboa – **Manuel Pereira dos Santos**, FCT da Universidade Nova de Lisboa – **Manuel Reis**, Professor e investigador, Guimarães – **Manuel Sarmento**, Universidade do Minho – **Maria de Lurdes Dionísio**, Universidade do Minho – **Rui Canário**, FPCE da Universidade de Lisboa – **Rui Vieira de Castro**, IEP da Universidade do Minho – **Sofia Marques da Silva**, FPCE da Universidade do Porto – **Telmo Caria**, UTAD – Vila Real – **Victor Oliveira Jorge**, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Cumprindo o seu Estatuto Editorial, este jornal respeita, e publica, as variantes do português, do galego e do castelhano. São traduzidos para português os textos produzidos noutras línguas.

SERVIÇOS: Agência France-Press – AFP

Associado 4008 da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE IMPRENSA



Editora Profedições

Compre livros (portes gratuitos)

10 Livros (dois livros de cada grupo) – 29.90€
12 Livros (todo o grupo IV) – 11.90€

5 Livros (um livro de cada grupo) – 14.90€
9 Livros (todo o grupo V) – 9.90€

Como comprar: telef. 226002790 | fax. 226070531 | E-mail: livros@profedicoes.pt

GRUPO I

Crianças de Meio Rural, de Rui Pedro Silva, 2007, pp. 250, preço de capa: 12.00€

Acolhimento Familiar, de Paulo Delgado, 2007, pp. 255, preço de capa: 12.00€

Educação e Cinema, de José Miguel Lopes, 2007, pp. 311, preço de capa: 12.00€

Quiproquós@media.com, de Francisco Silva, 2006, pp. 198, preço de capa: 12.00€

Uma Revolução na Formação Inicial dos Professores, de Vários, 2006, pp. 114, preço de capa: 12.00€

Arca de Gutemberg, de Serafim Ferreira, 2005, pp. 140, preço de capa: 12.00€

Dimensão Pedagógica Cultural de Agostinho Silva, de Amélia Lopes, 2006, pp. 147, preço de capa: 12.00€

Marxismo e Educação, de Vários, 2006, pp. 227, preço de capa: 12.00€

Concepções Pedagógicas Obra Irene Lisboa, de Luís Cardoso Teixeira, 2006, pp. 184, preço de capa: 12.00€

Dar Rosto ao futuro, de Isabel Baptista, 2005, pp. 156, preço de capa: 14.00€

GRUPO II

Da Democratização à democracia Cultural, de João Teixeira Lopes, 2007, pp. 119, preço de capa: 12.00€

Ciberleitura, de Betina Astride Santos, 2006, pp. 162, preço de capa: 12.00€

A Declaração de Bolonha, autor: Vários, 2005, pp. 263, preço de capa: 12.00€

Reconfigurações, de Vários, 2006, pp. 185, preço de capa: 12.00€

A Escola é o melhor do povo, de Vários, 2007, pp. 147, preço de capa: 12.00€

Afinal onde está a escola?, de Vários, 2005, pp. 220, preço de capa: 12.00€

Os Direitos da Criança, de Paulo Delgado, 2006, pp. 229, preço de capa: 12.00€

Muros e Redes, de Vários, 2006, pp. 225, preço de capa: 12.00€

Os Professores em contexto de diversidade, de Carlos Cardoso, 2006, pp. 170, preço de capa: 12.00€

Sociedade e Território, de Jacinto Rodrigues, 2006, pp. 299, preço de capa: 12.00€

GRUPO III

Escola a Tempo Inteiro, de Vários, 2007, pp. 110, preço de capa: 9.00€

Os Portugueses, de Leonel Cosme, 2007, pp. 74, preço de capa: 9.00€

Desconstruindo o discurso académico Papa, de Manuel Reis, 2006, pp. 80, preço de capa: 9.00€

A Escola faz-se com Pessoas, de Pascal Paulus, 2006, pp. 324, preço de capa: 12.00€

A Fábula em Portugal, de Luciano Pereira, 2007, pp. 384, preço de capa: 14.00€

O Mundo Maravilhoso Adivinhas Moçambicanas, de Américo Correia de Oliveira, 2007, pp. 389, preço de capa: 14.00€

Museus, Património e Identidade, de Fernando Magalhães, 2005, pp. 89, preço de capa: 12.00€

Agostinho e Vieira, de Vários, 2006, pp. 117, preço de capa: 11.00€

Escritas de Maio, de Miguel Gouveia, 2007, pp. 111, preço de capa: 14.00€

GRUPO IV

A Escola para todos e a excelência académica, de Vários, 2002, pp. 108, preço de capa: 7.00€

Escritas de Fonte Boa, de Joana Abranches Portela, 2007, pp. 132, preço de capa: 11.00€

Educação, Formação, Trabalho e Políticas Educativas, de Ivonaldo Leite, 2007, pp. 94, preço de capa: 10.00€

Professores para quê?, de António Teodoro, 2006, pp. 94, preço de capa: 10.00€

A Política Educativa do Colonialismo Português em África, de José Marques Guimarães, 2006, pp. 121, preço de capa: 10.00€

E agora professor?, de Vários, 2004, pp. 108, preço de capa: 6.00€

A Escola, os livros e os afectos, de Diana Medeiros, 2005, pp. 88, preço de capa: 6.00€

Cartas da periferia, de Fernando Bessa Ribeiro, 2003, pp. 46, preço de capa: 7.00€

Etnografia e educação, de Pedro Silva, 2003, pp. 125, preço de capa: 10.00€

Ser Igual ser diferente, de Ricardo Vieira, 2000, pp. 106, preço de capa: 7.00€

Pensar o ensino básico, de Vários, 2001, pp. 140, preço de capa: 7.00€

Por falar em formação centrada na escola, de Manuel Matos, 2002, pp. 211, preço de capa: 7.00€

GRUPO V

Em Mortalidades, de Óscar Gonçalves, 1992, pp. 91, preço de capa: 7.00€

Escolas Superiores de Educação, de Luís Souta, 1995, pp. 167, preço de capa: 7.00€

A Escola da Nossa Saudade, de Luís Souta, 1995, pp. 162, preço de capa: 8.00€

Carta de Chamada, de Aurélio Francos Lauredo, 1999, pp. 93, preço de capa: 7.00€

Educação Intercultural, de Américo Nunes Peres, 2000, pp. 558, preço de capa: 12.00€

Fiat Lux, de Manuel Reis, 1998, pp. 183, preço de capa: 7.00€

Sozinhos na escola, autor: José Pacheco, ano de edição: 2003, pp. 132, preço de capa: 12.00€

Da Cadeira Inquieta, de Iracema Santos Clara, 2003, pp. 138, preço de capa: 8.00€

Traição de São Paulo, Livraria Ideal Editora, de Manuel Reis, 2007, pp. 369, preço de capa: 20.00€



Para conhecer melhor os nossos livros consulte:
www.profedicoes.pt/livraria

■ Sem legenda



■ Dizeres

Ela não é um de nós

Diante de mim estava uma mãe que exigira ser recebida fosse de que forma fosse. Tinha um aspecto duro, rosto marcado, de vida tecida por dificuldades e lutas, horas sem sono e muito trabalho. Mãos grossas e calejadas de trabalho e costas um pouco curvadas da fábrica de confecções. Falava com voz áspera e agressiva. Estava zangada e não parecia nada intimidada. Apenas se podia ver no fundo dos olhos uma pequena insegurança relativamente àquelas que a recebiam e com quem falava.

Tinha vindo à escola, sim senhora, para ver a professora do seu filho e não entendia porque não a deixavam falar com ela. Porque ela, mãe do Pedro, nunca tivera medo de ninguém e até a chefe, lá na fábrica, sabia que ela não era de se rebaixar. Quem lhas fizesse pagava-as. E não podia falar lá com a professora porquê?! Estava indignada sim senhora e agora queria pedir satisfações do castigo que a professora tinha imposto ao filho porque ela que não pensasse que lá por não serem ricos e nem ela e nem o marido terem estudos, que eram menos do que os outros!

Que era agora isso de vir a professora decidir se o filho podia ou não atender o telemóvel? Ela é que era a mãe e se tinha telefonado por alguma razão era. Não vem agora uma badameca de uma professora, que ninguém conhecia de lado nenhum decidir se o seu filho deveria falar com a mãe ou não! Que isto de educação não é só a escola que decide, era o que faltava! Ela bem tinha ouvido na televisão. Agora as coisas piavam fino! Não era como no tempo dela, que até tinha sido tomada de ponta por uma professora e nunca tinha podido fazer nada...Não, agora era diferente, que ela bem ouvia na televisão e sabia como as coisas eram...Os pais também faziam parte da escola e mandavam. Ela até viu num programa um Sr. que falava pelos pais das crianças e os pais eram tão importantes como os professores.

Para aturar gente armada em importante já bastava quando ia ao hospital onde ninguém queria saber das suas ideias nem do que se queria. Aí decidiam lá à maneira deles, tinham a mania que só os médicos é que sabiam de saúde, como se eles os doentes não fossem quem sentia as coisas...Ago-

ra a escola não era como um hospital. Uma escola já não era assim, que ela bem tinha ouvido na televisão e no rádio e sabia que todos educavam, todos sabiam da educação, não eram só os professores, que não eram mais do que os outros... O que eles ensinavam até os pais podiam ensinar se tivessem tempo e lhes pagassem para isso como pagavam aos professores. E isso de educação, não era a ela que lhe vinham dizer como era, que ela não era nenhuma mal-educada.

Ela também sabia dar a educação e não admitia que fossem lá os professores da escola a dizer se os seus filhos devem atender os pais no telemóvel ou não. Também não tinham que mandar para casa nenhuns recados sobre a hora a que eles haviam de ver a televisão. Era o que faltava, sim senhor! Da casa dela sabia ela...

Não estava para ser enxovalhada e sabia muito bem os seus direitos, sabia que os pais também mandavam na escola e que os pais podiam avaliar os professores. Por isso que se *pussem à tabela*, que ela não as mandava dizer por ninguém e estava ali para meter aquela *stora*, armada em fina, na

ordem. E não era só ela. Havia mais mães que estavam prontas para ir lá falar e até podiam ir para o Ministério ou mesmo para a SIC ou TVI ou outra qualquer. E isto para não ser ainda pior, que ela bem tinha visto na televisão noutras escolas, que até algumas mães tinham *acertado na professora*, e depois? Depois não lhes tinha acontecido nada. Pensavam que agora era como primeiro? Não, isso da escola ser uma coisa especial, onde só os professores sabiam o que se fazia, já não era assim, e todos, todos, tinham o direito de exigir e de dizer como queriam a escola dos seus filhos.

É que lá isso de escola, de educação, todos sabemos um bocado. Não pensem os professores que são os únicos..., que eu sei muito bem quais são os meus direitos...Não fique para aí a fingir que me está a ouvir e que depois não vai fazer nada... Pode saber muito de escola e de educação mas eu também sei, que também sou eu que educo os meus filhos...

Angelina Carvalho

Colaboradora do CIEE da FPCE da Universidade do Porto

Jornal a Página da Educação: sempre consigo na 1.ª segunda-feira de cada mês

Em 2008, mantemos os preços do jornal · Assinar a Página conhecer a educação

Assinatura · Portugal 1 ano 20€/15€* · 2 anos 30€/25€* · Estrangeiro 1 ano: 25€ · 2 anos 35€ · Cada número 2€

*Preço especial para estudantes, escolas, bibliotecas e sócios dos sindicatos da FENPROF.

Os estudantes enviam com o pagamento fotocópia do cartão de estudante. Os associados indicam o número de sócio e a sigla do seu sindicato. Os sócios do spn têm a assinatura paga pelo seu sindicato. As escolas, bibliotecas e outras colectividades, públicas ou privadas, beneficiam do desconto pela sua natureza de instituição.

Colabore, faça novos assinantes: tel 226002790 fax 226070531 correio electrónico: assinaturas@apagina.pt